



Irani Papel e Embalagem S.A

31 de dezembro de 2025

Demonstrações Financeiras

RANI
B3 LISTED NM



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Sumário

Mensagem aos Acionistas

Sobre os negócios

Controladas

Destaques

Principais indicadores econômico-financeiros

1. DESEMPENHO OPERACIONAL

- 1.1 Segmento Embalagens Sustentáveis (Papelão Ondulado)
- 1.2 Segmento Papel para Embalagens Sustentáveis (Papel)
- 1.3 Segmento Florestal RS

2. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

- 2.1 Receita Líquida de Vendas (NE 24)
- 2.2 Custo dos Produtos Vendidos (NE 25)
 - 2.2.1 Aparas
- 2.3 Despesas (NE 25)
- 2.4 Efeito da inflação no desempenho econômico-financeiro

3. GERAÇÃO DE CAIXA OPERACIONAL (EBITDA - EBITDA AJUSTADO (OC+OD))

- 3.1 EBITDA Ajustado Operação Continuada (OC)

4. RESULTADO FINANCEIRO (NE 26)

- 4.1 Câmbio
- 4.2 Endividamento (OC+OD)

5. POSIÇÃO DE CAIXA (OC+OD)

6. FLUXO DE CAIXA LIVRE (OC+OD)

7. RETORNO SOBRE O CAPITAL INVESTIDO (RETURN ON INVESTED CAPITAL - ROIC) (OC+OD)

8. AVALIAÇÃO DO VALOR JUSTO DOS ATIVOS BIOLÓGICOS (FLORESTAS) (NE 14)

9. LUCRO LÍQUIDO (OC+OD)

10. INVESTIMENTOS (NE 14 e 15)

11. PLATAFORMA GAIA

12. MERCADO DE CAPITAIS

12.1 *Rating* de Crédito

12.2 Debêntures Verdes (NE 18)

12.3 Capital Social (NE 22 a)

12.4 Proventos (NE 22 b)

12.5 Programa de recompra de ações (NE 22 c)

13. SUSTENTABILIDADE

13.1 Gestão do Desempenho Ambiental

14. INDICADORES DE DESEMPENHO SOCIAL

14.1 Desenvolvimento de Pessoas

14.2 Sociedade

15. GOVERNANÇA

16. SERVIÇOS DE AUDITORIA

17. WEBINAR DE RESULTADOS

Perspectivas

Agradecimentos

Senhores Acionistas,

A Administração da **Irani Papel e Embalagem S.A.** submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhados do respectivo relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

Mensagem aos Acionistas

A Irani Papel e Embalagem S.A. é uma empresa integrada de embalagens sustentáveis de papel, com robusta base florestal própria destinada à produção de celulose, utilizada na fabricação de papel. A essência de seus negócios é a produção e a comercialização de embalagens sustentáveis de papelão ondulado e de papel para embalagens sustentáveis. As principais matérias-primas são florestas plantadas de Pinus (fibra longa) de propriedade da Companhia e aparas de papel para reciclagem, inseridas no conceito de economia circular.

Sobre os negócios

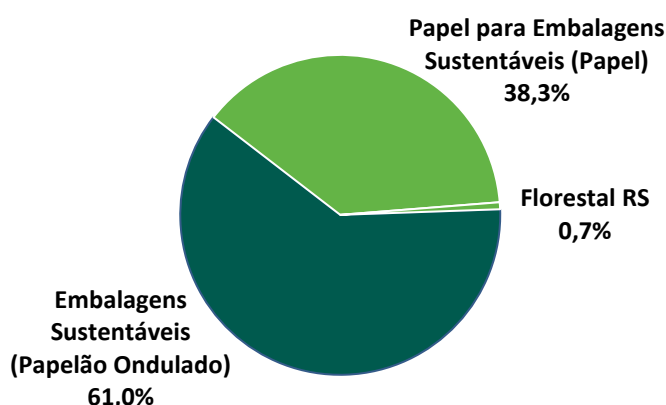
Os negócios da Irani Papel e Embalagem S.A. são compostos por três segmentos independentes em suas operações e integrados de forma harmônica, buscando otimizar o uso das florestas plantadas de Pinus, a reciclagem de papel no contexto da economia circular e a verticalização de suas operações.

Segmento de Embalagens Sustentáveis (Papelão Ondulado) produz caixas e chapas de papelão ondulado, leves e pesadas, e possui duas unidades industriais: Embalagem SC - Vargem Bonita (Vila Campina da Alegria) - SC e Embalagem SP - Indaiatuba - SP.

Segmento de Papel para Embalagens Sustentáveis (Papel) tem por finalidade a produção de papéis Kraft de baixa e alta gramaturas e de papéis reciclados destinados ao mercado externo e interno e a maior parte transferida para conversão nas unidades do segmento de Embalagens Sustentáveis (Papelão Ondulado). Conta com uma fábrica com quatro máquinas de papel, localizada na unidade Papel SC - Vargem Bonita (Vila Campina da Alegria) - SC, e uma fábrica com uma máquina de papel na unidade Papel MG - Santa Luzia - MG.

Segmento Florestal RS base florestal de 7,8 mil hectares no Rio Grande do Sul, destinada à comercialização de madeira e ao arrendamento para extração de resinas.

Contribuição na Receita por Negócios (2025)



Observação

Em decorrência do [encerramento das atividades do Negócio Resinas](#), ocorrido em 2025, os dados apresentados neste relatório priorizam as **Operações Continuadas (OC)**. Casos específicos em que os indicadores consolidam os resultados das **Operações Continuadas e Descontinuadas** serão identificados pela sigla **OC+OD**. As informações de períodos anteriores foram ajustadas para refletir a exclusão da operação descontinuada, para fins de comparabilidade.

As referências a **NE** ao longo deste Relatório da Administração correspondem às **Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras da Companhia**, apresentadas na sequência deste documento, onde constam os respectivos detalhamentos e informações complementares.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificamente indicado.

Controladas (NE 4)

A Irani Papel e Embalagem S.A. possui as seguintes controladas integrais:

- Habitasul Florestal S.A., com base fundiária de 7,8 mil hectares, localizada no Estado do Rio Grande do Sul, com atuação na comercialização de madeira e no arrendamento para extração de resinas;
- Iraflor Comércio de Madeiras Ltda., responsável pela administração e comercialização de madeiras e florestas para a controladora Irani Papel e Embalagem S.A.;

- Irani Ventures Ltda., que atua com o objetivo de investir em *startups* selecionadas, por meio de soluções inovadoras, com produtos e serviços de alta tecnologia voltados aos negócios da Companhia, com alto potencial de crescimento.

DESTAQUES FINANCEIROS DO 4º TRIMESTRE DE 2025 E DO ANO DE 2025

- Receita líquida somou R\$ 415.996 mil no 4T25 (+2,0% vs. 4T24) e R\$ 1.686.311 mil em 2025 (+8,4% vs. 2024).
- Lucro bruto atingiu R\$ 153.001 mil no 4T25 (-2,8% vs. 4T24) e R\$ 700.242 mil em 2025 (+11,9% vs. 2024).
- EBITDA Ajustado totalizou R\$ 129.024 mil no 4T25 (+8,7% vs. 4T24), com margem de 31,0% (+1,9 p.p. vs. 4T24), e R\$ 539.031 mil em 2025 (+11,4% vs. 2024), com margem de 32,0% (+0,9 p.p. vs. 2024).
- Despesas gerais e administrativas recuaram 1,4% no 4T25 (vs. 4T24), com redução de representatividade para 7,9% da receita líquida (vs. 8,2% no 4T24). No ano, houve queda de 1,5% em 2025 (vs. 2024), com representatividade de 7,0% (vs. 7,7% em 2024).
- Lucro líquido (OC+OD) foi de R\$ 37.997 mil no 4T25 (-79,6% vs. 4T24), refletindo principalmente a ausência do efeito não recorrente registrado no 4T24 (crédito tributário líquido de R\$ 168.248 mil). Em 2025, somou R\$ 242.050 mil (-20,5% vs. 2024), ante R\$ 304.519 mil em 2024. No conceito recorrente e sem ativos biológicos, o lucro líquido passou de R\$ 76.732 mil em 2024 para R\$ 126.516 mil em 2025, alta de 64,9%.
- Alavancagem (Dívida Líquida/EBITDA Ajustado (OC+OD)) encerrou 2025 em 1,99x (vs. 2,26x em 2024).
- ROIC (OC+OD) de 13,3% (+ 2,5 p.p. vs. 2024) com *spread* de 4,4 p.p. sobre o custo médio da dívida pós IR/CSLL.
- Rentabilidade do Fluxo de Caixa Livre (*Free Cash Flow Yield*) (OC+OD) de 21,5% em 2025 (+ 9,8 p.p. vs. 2024).
- O total de dividendos pagos em 2025 foi de R\$ 0,73357 por ação, representando um *dividend yield* anual de 10,8%, considerando a cotação da ação em 30 de dezembro de 2024.
- Em 28 de outubro de 2025 foi concluída a 6ª Emissão de Debêntures Verdes, no montante de R\$ 120.000 mil com prazo total de 15 anos. Os recursos serão destinados para o [Projeto Gaia V - Repotenciação São Luiz](#). As debêntures serão remuneradas pela taxa de IPCA + 6,6522% a.a., sendo que a Companhia contratou *swap* trocando a referida taxa de juros para CDI - 1,13% a.a.

OUTROS DESTAQUES DO ANO DE 2025

- A Companhia é a única empresa do segmento de Embalagens (B3) presente simultaneamente no ISE B3 e no ICO2 B3. Considerando também o segmento correlato de Papel e Celulose (Materiais Básicos) como universo comparável, permaneceu como a única companhia em ambos os índices.
- Pelo 5º ano consecutivo, a Companhia recebeu o Troféu Transparência da ANEFAC, conhecido como o “Oscar da Contabilidade”, sendo eleita Companhia destaque dentre todas as premiadas na categoria. Também foi finalista do Prêmio ANEFAC Boas Práticas ESG, que reconhece práticas ESG inovadoras e a excelência em sustentabilidade das organizações.
- Em linha com os compromissos de sustentabilidade assumidos em 2021, a Companhia manteve em 2025 o atingimento antecipado da meta de aumentar em 20% o balanço positivo para o clima (ODS 13), prevista para 2030. O balanço positivo entre emissões (Escopos 1 e 2) e remoções dos Gases de Efeito Estufa (GEE) atingiu 23,8% em 2025, permanecendo acima do compromisso.

Principais indicadores econômico-financeiros

OPERAÇÃO CONTINUADA (OC)	4T25	3T25	4T24	Var. 4T25/ 3T25	Var. 4T25/ 4T24	2025	2024	Var. 2025/2024
Econômico e Financeiro (R\$ mil)								
Receita Líquida de Vendas	415.996	433.463	407.910	-4,0%	2,0%	1.686.311	1.555.346	8,4%
Mercado Interno	381.503	401.444	383.113	-5,0%	-0,4%	1.532.569	1.422.422	7,7%
Mercado Externo	34.493	32.019	24.797	7,7%	39,1%	153.742	132.924	15,7%
Lucro Bruto (Incluso*)	153.001	157.365	157.416	-2,8%	-2,8%	700.242	625.954	11,9%
(*) Variação do Valor Justo dos Ativos Biológicos	9.397	5.386	23.965	74,5%	60,8%	116.800	83.736	39,5%
Margem Bruta	36,8%	36,3%	38,6%	+0,5p.p.	-1,8p.p.	41,5%	40,2%	+1,3p.p.
Resultado Operacional antes de Tributos e Participações	47.604	61.385	38.813	-22,5%	22,6%	316.947	218.992	44,7%
Margem Operacional	11,4%	14,2%	9,5%	-2,8p.p.	+1,9p.p.	18,8%	14,1%	+4,7p.p.
Lucro Líquido	39.016	42.076	189.842	-7,3%	-79,4%	253.963	315.984	-19,6%
Margem Líquida	9,4%	9,7%	46,5%	-0,3p.p.	-37,1p.p.	15,1%	20,3%	-5,2p.p.
EBITDA ajustado operação continuada	129.024	146.218	118.693	-11,8%	8,7%	539.031	484.087	11,4%
Margem EBITDA ajustada operação continuada	31,0%	33,7%	29,1%	-2,7p.p.	+1,9p.p.	32,0%	31,1%	+0,9p.p.
Dados Operacionais (t)								
Embalagens Sustentáveis (Papelão Ondulado)								
Produção/Vendas	41.998	42.743	44.667	-1,7%	-6,0%	170.044	174.468	-2,5%
Papel para Embalagens Sustentáveis (Papel)								
Produção	78.820	80.782	79.159	-2,4%	-0,4%	317.059	313.722	1,1%
Vendas	30.479	33.165	29.298	-8,1%	4,0%	127.550	124.323	2,6%
Mercado Interno	23.469	26.376	24.640	-11,0%	-4,8%	96.441	94.095	2,5%
Mercado Externo	7.010	6.789	4.658	3,3%	50,5%	31.109	30.228	2,9%
OPERAÇÃO CONTINUADA E DESCONTINUADA (OC+OD)	4T25	3T25	4T24	Var. 4T25/ 3T25	Var. 4T25/ 4T24	2025	2024	Var. 2025/2024
Lucro Líquido	37.997	41.111	186.183	-7,6%	-79,6%	242.050	304.519	-20,5%
EBITDA Ajustado (conforme Resolução CVM 156/22)¹	127.998	145.236	115.398	-11,9%	10,9%	531.834	475.740	11,8%
Margem EBITDA Ajustada	30,8%	33,5%	28,3%	-2,7p.p.	+2,5p.p.	31,5%	30,6%	+0,9p.p.
Dívida Líquida UDM	1.057.881	1.071.516	1.076.633	-1,3%	1,7%	1.057.881	1.076.633	-1,7%
Dívida Líquida/EBITDA ajustado (x)	1,99	2,06	2,26	-0,07	-0,27	1,99	2,26	-0,27

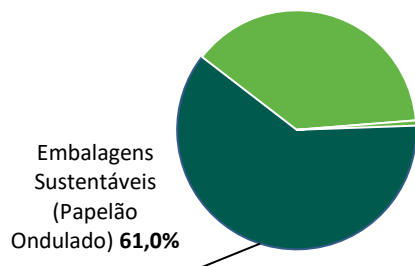
¹ EBITDA (lucro antes de juros, tributos, depreciação, amortização e exaustão) ver o capítulo 3 neste relatório.

Como complemento, a Companhia disponibiliza uma planilha com o histórico de indicadores e dados operacionais na [Central de Resultados do site de RI](#).

1. DESEMPENHO OPERACIONAL

1.1 Segmento Embalagens Sustentáveis (Papelão Ondulado)

Contribuição na Receita 2025



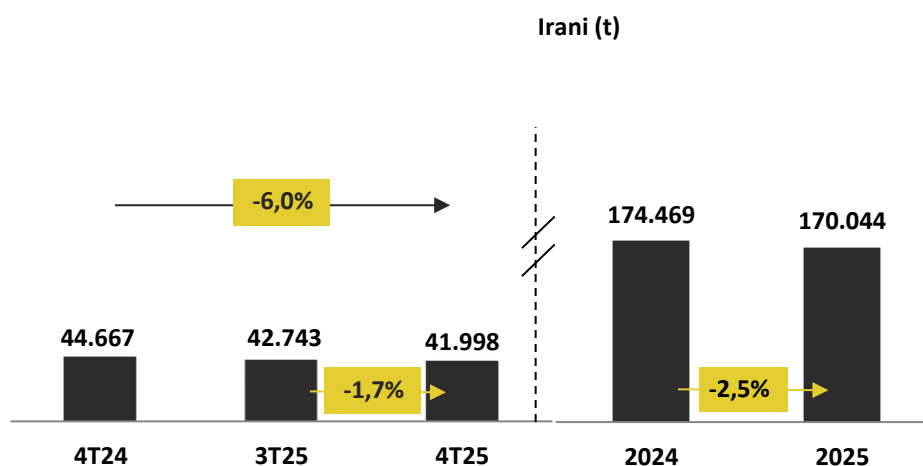
No 4T25, os volumes de vendas do segmento de Embalagens Sustentáveis (Papelão Ondulado) totalizaram 42,0 mil toneladas, representando retração de 1,7% em relação ao 3T25, reflexo da sazonalidade do período. Na comparação com o 4T24, houve redução de 6,0%, em função de uma base comparativa mais forte no ano anterior e da estratégia da Companhia de priorizar preços (*value over volume*).

No acumulado de 2025, os volumes somaram 170,0 mil toneladas, queda de 2,5% em relação a 2024, refletindo a priorização de rentabilidade ao longo do exercício.

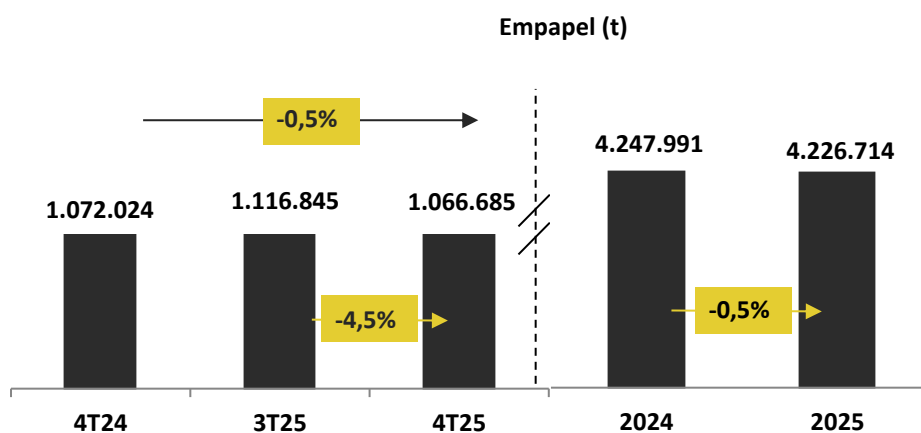
A participação de mercado (*market share*) foi de 3,9% no 4T25 (ante 3,8% no 3T25 e 4,1% no 4T24) e de 4,0% em 2025 (ante 4,1% em 2024).

Segundo dados da Empapel, o mercado totalizou 1.066,7 mil toneladas no 4T25 (-0,5% vs. 4T24) e 4.226,7 mil toneladas em 2025 (-0,5% vs. 2024), refletindo a resiliência nas expedições em diferentes cenários econômicos no mercado local e internacional.

Volume de Vendas (em toneladas) - Segmento Embalagens Sustentáveis (Papelão Ondulado)

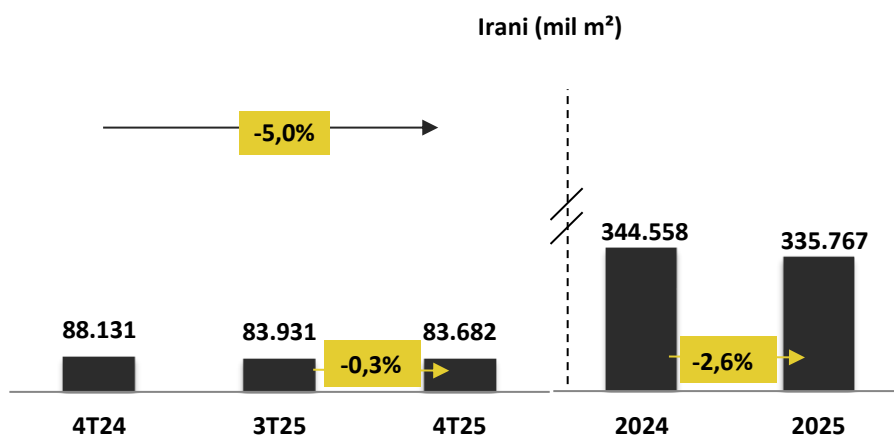


Fonte: Irani

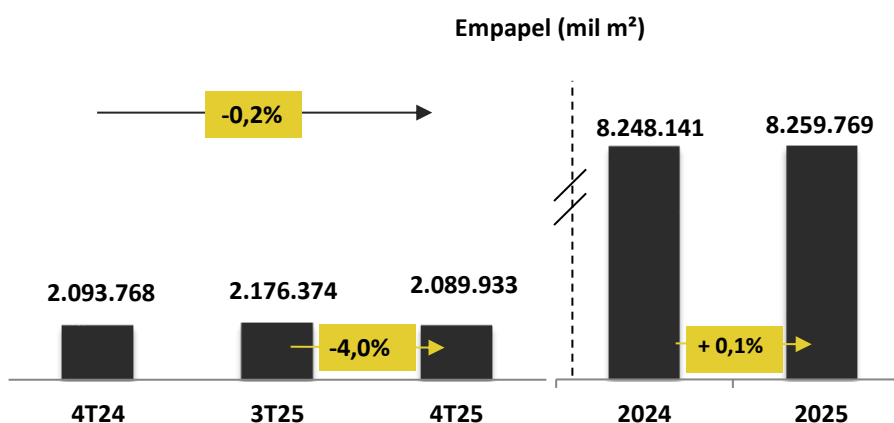


Fonte: Empapel (4T25 são prévias de fechamento, pode haver alterações nos dados oficiais.)

Volume de Vendas (em metros quadrados) – Segmento Embalagens Sustentáveis (Papelão Ondulado)



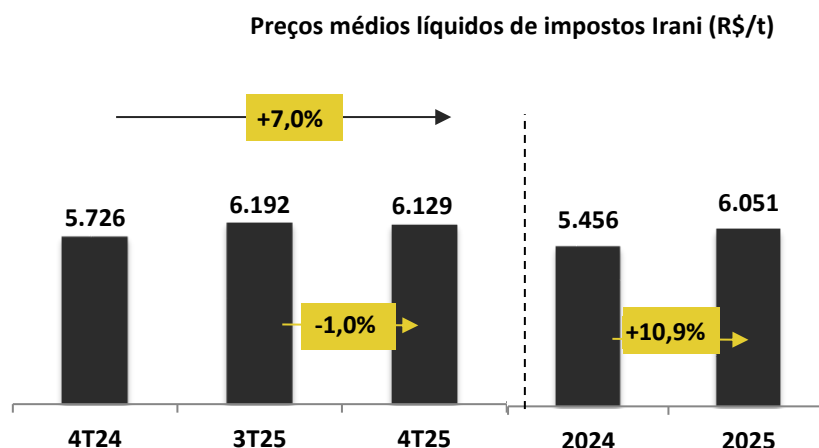
Fonte: Irani



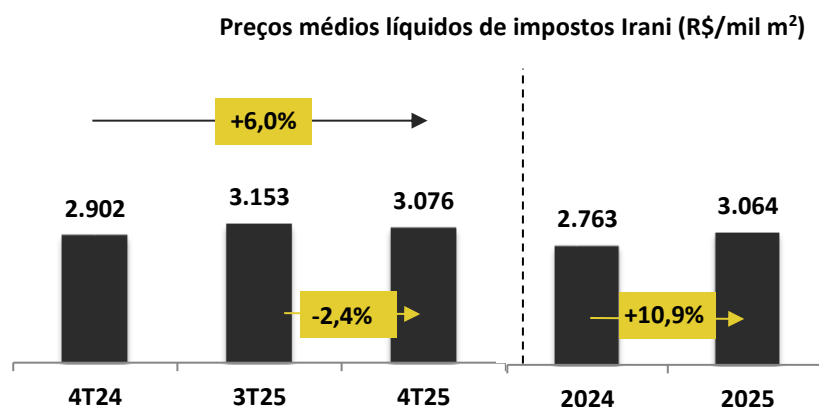
Fonte: Empapel (4T25 são prévias de fechamento, pode haver alterações nos dados oficiais.)

A estratégia de preços da Companhia manteve-se focada na otimização das margens. No 4T25, os preços médios (R\$/t) apresentaram queda de 1,0% em relação ao 3T25, refletindo ajustes comerciais pontuais e alta de 7,0% frente ao 4T24, em linha com a recomposição de preços ao longo do período.

Na visão anual, o preço médio de 2025 registrou crescimento de 10,9% em relação a 2024, refletindo a captura dos reajustes implementados e a estratégia de priorização de rentabilidade.

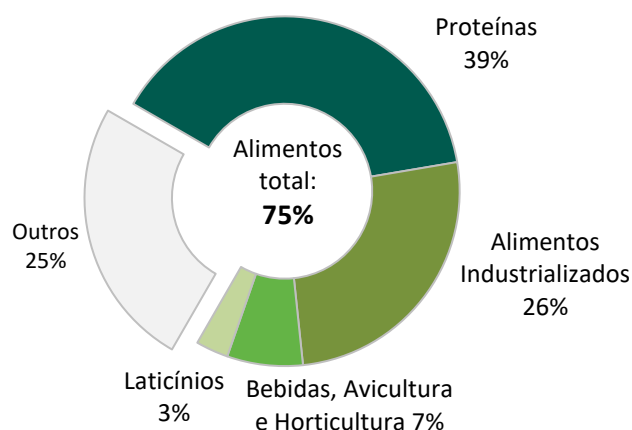


Os preços por m² refletem a dinâmica de mercado sem considerar eventuais variações de gramatura nos papéis utilizados para fabricação das caixas e chapas.



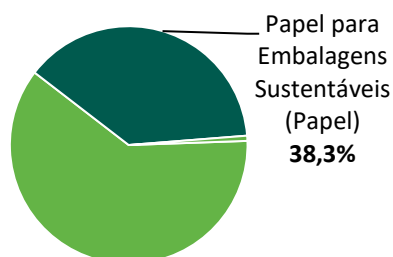
A participação das vendas da Irani por subsetores em 2025 é apresentada no gráfico a seguir:

**Participação das vendas de caixas da Irani
por subsetores (t) em 2025**



1.2 Segmento Papel para Embalagens Sustentáveis (Papel)

Contribuição na Receita 2025

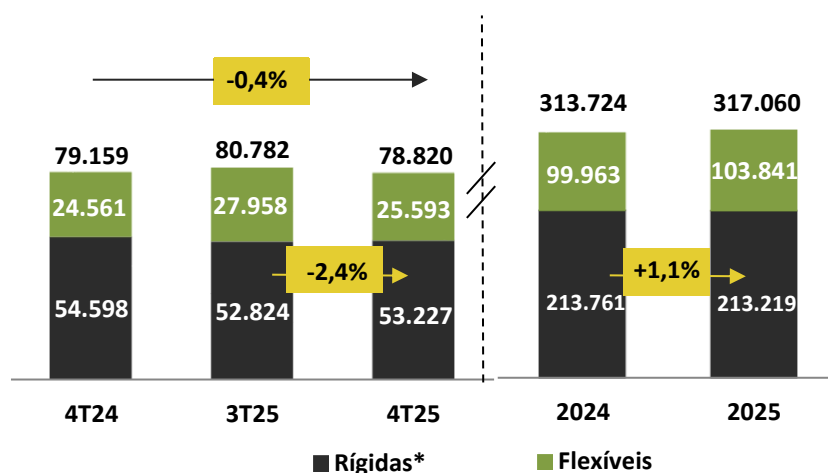


A produção de papéis para embalagens sustentáveis (Papel) totalizou 78,8 mil toneladas no 4T25, com retração de 2,4% em relação ao 3T25 e estabilidade na comparação com o 4T24 (-0,4%). O desempenho do trimestre foi influenciado pela parada programada da Caldeira de Recuperação para inspeção periódica de segurança (NR-13), conforme [comunicado ao mercado publicado em](#)

[03 de novembro de 2025](#). No acumulado de 2025, a produção somou 317,1 mil toneladas, crescimento de 1,1% em relação a 2024.

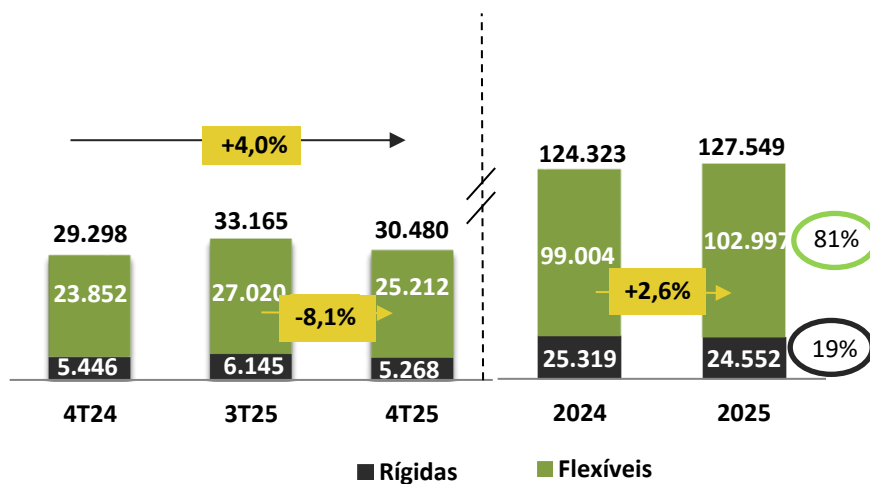
As vendas totais alcançaram 30,5 mil toneladas no 4T25, queda de 8,1% em relação ao 3T25, reflexo da sazonalidade do período, e alta de 4,0% frente ao 4T24. No acumulado de 2025, as vendas totalizaram 127,5 mil toneladas, aumento de 2,6% em relação a 2024, com 81% de participação de papéis flexíveis e 19% de rígidos no mix de vendas, refletindo os ajustes no mix e a dinâmica do mercado externo ao longo do ano.

Produção Total de Papel para Embalagens Sustentáveis (t)

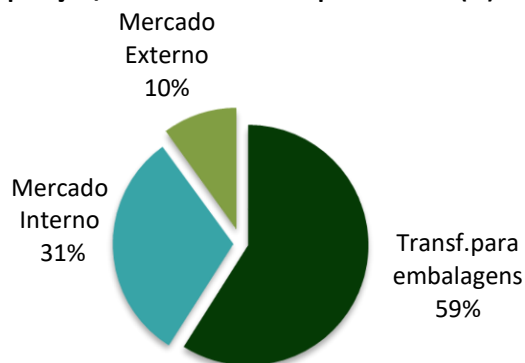


*A produção de papéis rígidos é majoritariamente utilizada internamente na fabricação de Embalagens Sustentáveis (Papelão Ondulado).

Vendas Totais de Papel para Embalagens Sustentáveis (t)



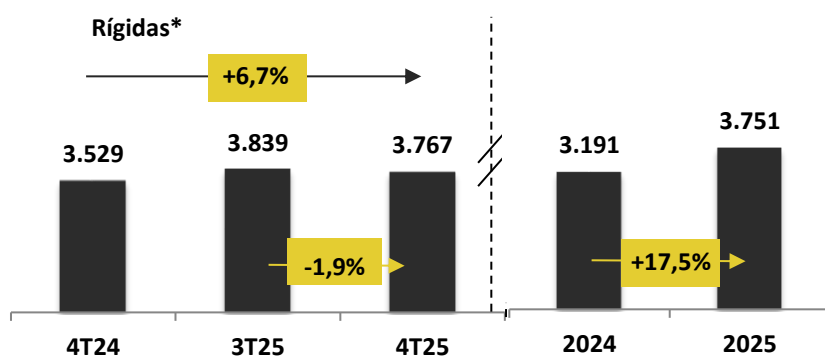
Expedição/Faturamento de Papel em 2025 (%)



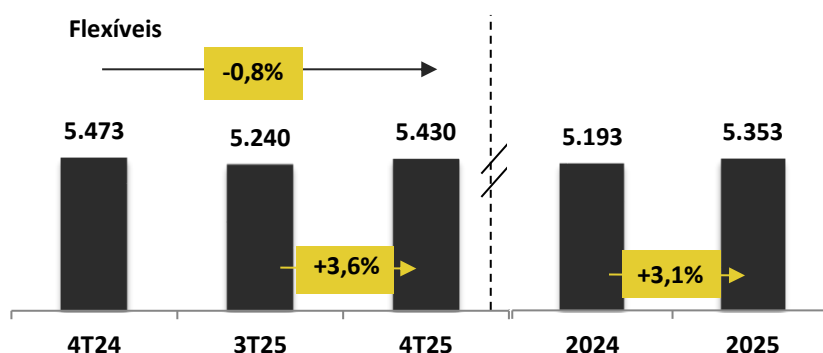
No 4T25, os preços dos papéis rígidos apresentaram redução de 1,9% em relação ao 3T25, após a recomposição observada nos trimestres anteriores, e registraram alta de 6,7% frente ao 4T24. Na visão anual, o preço médio de 2025 avançou 17,5% em relação a 2024, refletindo a recomposição gradual de preços ao longo do exercício, em linha com a dinâmica de custos, especialmente aparas, principal matéria-prima do segmento.

Os papéis flexíveis, por sua vez, registraram alta de 3,6% no 4T25 em relação ao 3T25 refletindo melhor mix de vendas. Na comparação com o 4T24, houve leve retração de 0,8%, influenciado pelo menor dólar médio. No acumulado de 2025, o preço médio avançou 3,1% em relação a 2024, refletindo ajustes no mix de vendas e a dinâmica do mercado externo ao longo do ano.

Preços médios líquidos de impostos do Papel para Embalagens Sustentáveis (R\$/t)



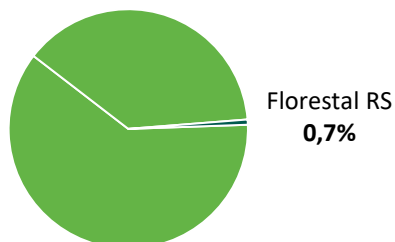
*Papéis rígidos destinados a venda.



Os papéis para embalagens flexíveis são utilizados na fabricação de sacos e sacolas para lojas, alimentos e tele-entrega (delivery), e têm apresentado uma dinâmica muito positiva nos últimos anos em função da maior utilização do papel, especialmente em substituição ao plástico. Os papéis para embalagens rígidas são utilizados para fabricação de embalagens sustentáveis de papelão ondulado.

1.3 Segmento Florestal RS

Contribuição na Receita 2025

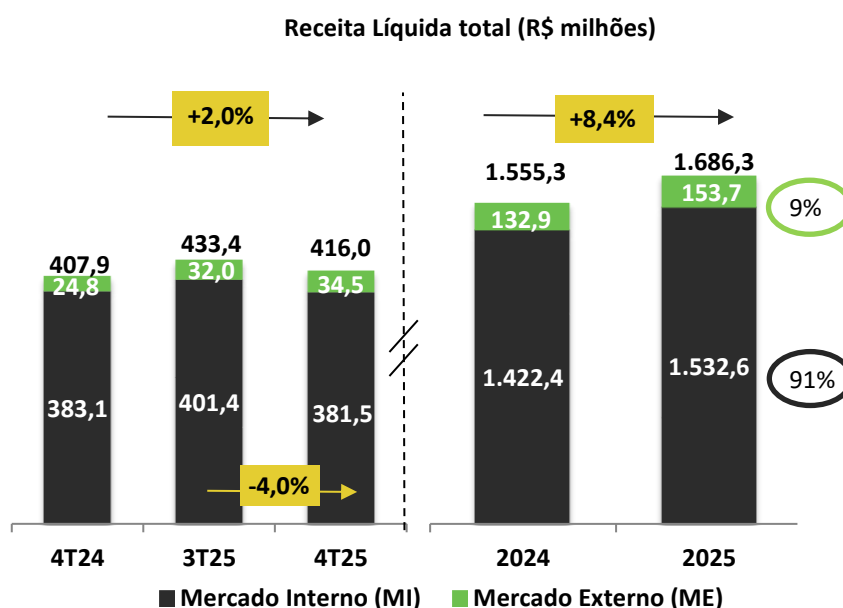


O segmento Florestal RS está relacionado ao cultivo de pinus para a comercialização de toras de madeira e ao arrendamento para extração de resinas no Estado do Rio Grande do Sul. Em 2025, a receita líquida totalizou R\$ 11.723 mil, representando 0,7% da receita total da Companhia no período.

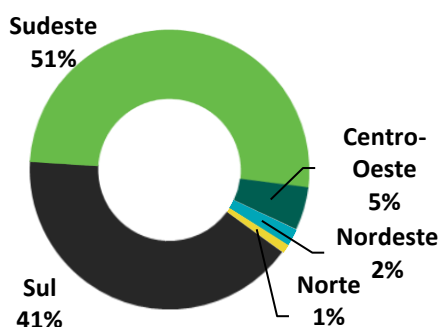
2. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

2.1 Receita Líquida de Vendas (NE 24)

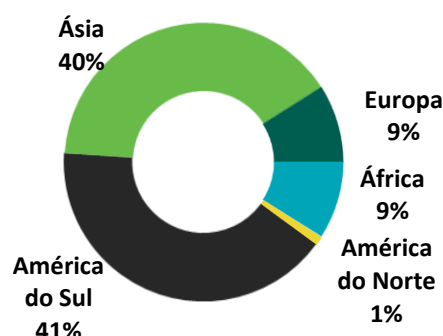
A receita líquida no 4T25 totalizou R\$ 416,0 milhões, com retração de 4,0% em relação ao 3T25 e crescimento de 2,0% na comparação com o 4T24. A variação trimestral reflete menores volumes expedidos, em função da sazonalidade do período, enquanto o avanço anual decorre, principalmente, da recomposição de preços nos segmentos de Embalagens Sustentáveis (Papelão Ondulado) e Papel para Embalagens Sustentáveis (Papel). No acumulado de 2025, a receita líquida atingiu R\$ 1.686,3 milhões, aumento de 8,4% em relação a 2024, explicado sobretudo por melhores preços e mix de vendas.



Receita Líquida MI por Região (2025)

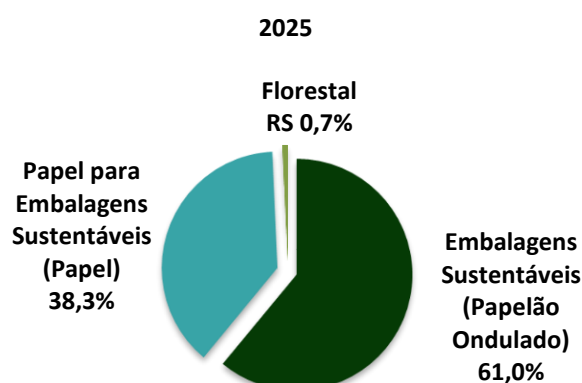
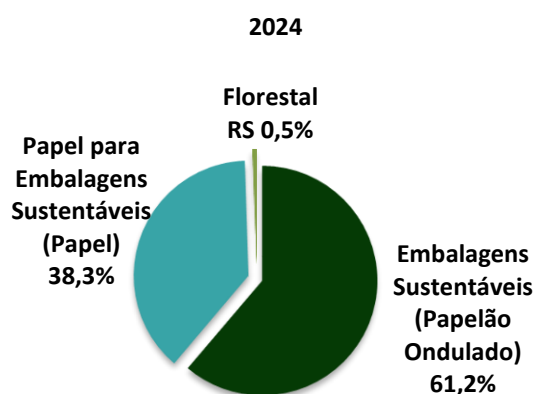


Receita Líquida ME por Região (2025)



Nota: As receitas provenientes do mercado externo (ME) referem-se integralmente ao segmento de Papel para Embalagens Sustentáveis (Papel).

Receita Líquida por Segmento



2.2 Custo dos Produtos Vendidos (NE 25)

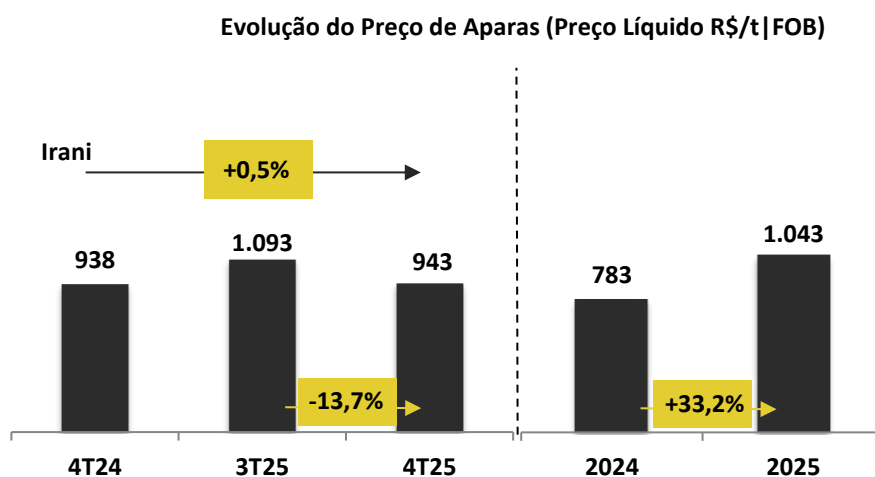
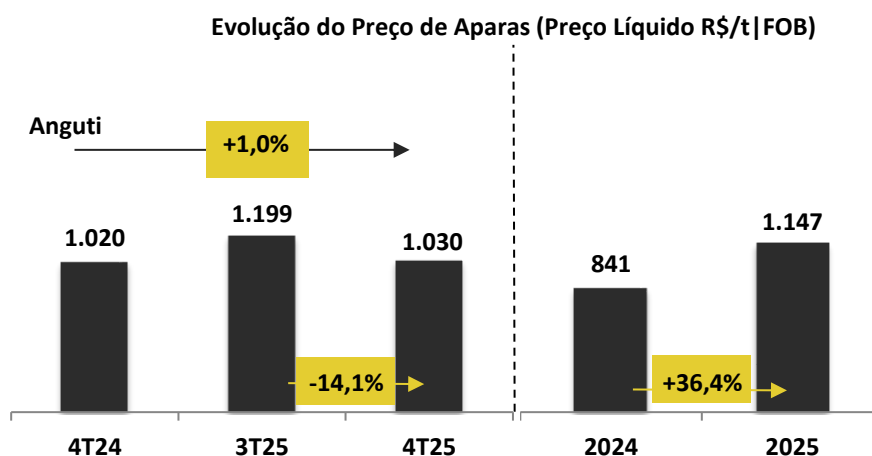
O custo dos produtos vendidos (CPV) totalizou R\$ 272.392 mil no 4T25, redução de 3,2% em relação ao 3T25 e de 0,8% frente ao 4T24. A variação trimestral refletiu o recuo no preço das aparas no período compensada parcialmente por repasses inflacionários em acordos coletivos e ajustes de remuneração variável. No acumulado de 2025, o CPV totalizou R\$ 1.102.869 mil, alta de 8,9% frente a 2024 (R\$ 1.013.128 mil), refletindo principalmente o patamar médio ainda elevado das aparas, principal matéria-prima da Companhia, ao longo do ano.

2.2.1 Aparas

No 4T25, o preço médio (FOB) recuou 13,7% em relação ao 3T25, refletindo a dinâmica do mercado diante do equilíbrio gradual entre oferta e demanda.

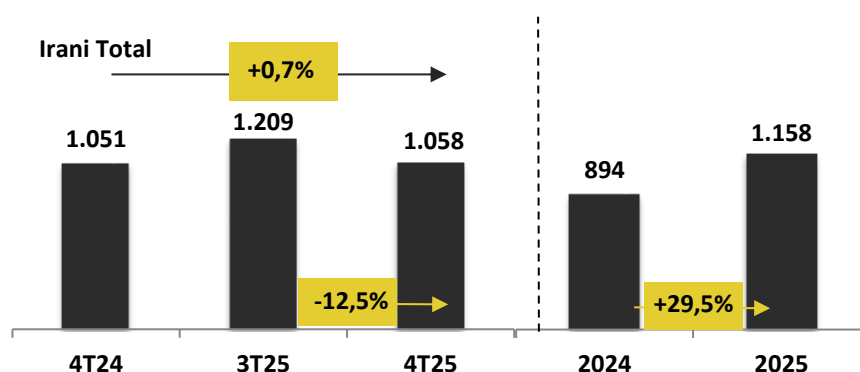
Na comparação com o 4T24, a pequena variação (+0,5%) retrata o retorno dos preços aos mesmos patamares depois da elevação ocorrida no 1S25. Na visão anual, o preço médio de 2025 ficou 33,2% acima de 2024, sendo que as aparas representaram 26% do custo total em 2025.

O mercado apresentou uma redução na velocidade das quedas ao final do 4T25, o que no curto prazo, pode indicar um pequeno espaço para novas baixas ou uma estabilização dos preços.



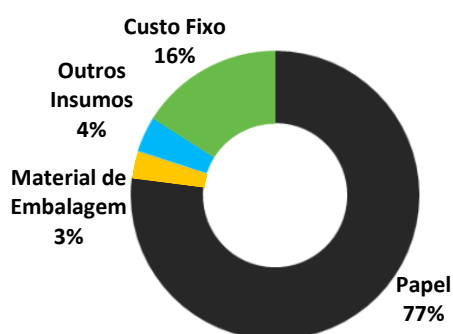
Nota metodológica: Anguti Estatística – Informativo Aparas de Papel.

Evolução do Preço de Aparas (Preço Líquido R\$/t | CIF)

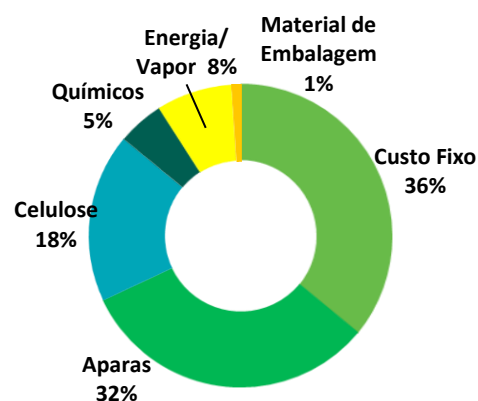


A composição do custo por segmento de atuação da Irani em 2025 pode ser verificada nos gráficos a seguir:

Embalagens Sustentáveis (Papelão Ondulado)

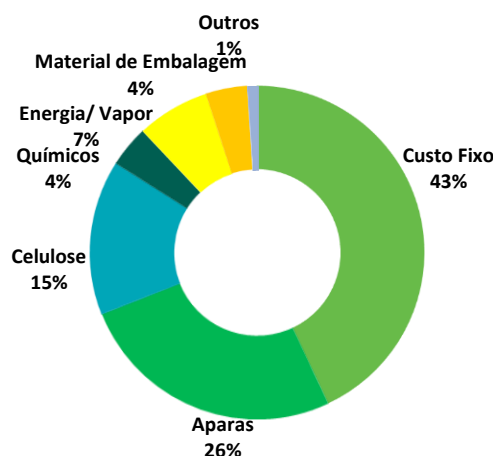


Papel para Embalagens Sustentáveis (Papel)*



*a formação do custo do Segmento Papel para Embalagens Sustentáveis (Papel) não considera a variação do valor justo dos ativos biológicos.

Custo Total 2025



2.3 Despesas (NE 25)

As despesas com vendas totalizaram R\$ 31.056 mil no 4T25, aumento de 3,7% em relação ao 3T25 e redução de 3,8% frente ao 4T24. Em proporção à receita líquida, representaram 7,5% no trimestre, ante 6,9% no 3T25 e 7,9% no 4T24. A elevação no trimestre decorreu, principalmente, do aumento das despesas logísticas, influenciado pelo mix de produtos, maiores distâncias até os clientes no mercado interno e despesas pontuais relacionadas às exportações, incluindo frete marítimo impactado pelas maiores distâncias dos clientes externos. No acumulado de 2025, somaram R\$ 127.554 mil, redução de 3,7% em relação a 2024, e representaram 7,6% da receita líquida consolidada (ante 8,5% em 2024), influenciadas pela redução da operação de resinas no período.

As despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 32.974 mil no 4T25, aumento de 19,6% em relação ao 3T25 e redução de 1,4% frente ao 4T24. Em proporção à receita líquida, representaram 7,9% no trimestre, acima dos 6,4% no 3T25 e abaixo dos 8,2% no 4T24. A elevação trimestral refletiu, principalmente, repasses inflacionários nos acordos coletivos e ajustes de remuneração variável. No acumulado de 2025, totalizaram R\$ 117.545 mil, queda de 1,5% em relação a 2024, e representaram 7,0% da receita líquida consolidada, abaixo dos 7,7% registrados em 2024.

2.4 Efeito da inflação no desempenho econômico-financeiro

A inflação impacta tanto a dinâmica de formação de preços da Companhia quanto seus custos e despesas, podendo afetar positivamente ou negativamente sua lucratividade e rentabilidade.

O Brasil, embora não esteja caracterizado como economia hiperinflacionária, historicamente apresenta taxas de inflação superiores à média de economias desenvolvidas, o que exige disciplina financeira, gestão ativa de custos e estratégia comercial consistente.

A demanda pelos produtos da Companhia está relacionada ao nível de atividade econômica e ao desempenho dos setores atendidos, com destaque para alimentos. Embora a atuação seja majoritariamente no mercado brasileiro, a Companhia participa indiretamente de cadeias expostas ao mercado global por meio de clientes que abastecem tanto o consumo interno quanto o externo. Nesse contexto, tendências de longo prazo, como o crescimento populacional e a demanda mundial por alimentos, tendem a sustentar a necessidade de embalagens ao longo da cadeia, impactando volumes, preços e a dinâmica competitiva do setor.

Uma característica setorial dos segmentos em que a Companhia atua é a baixa presença de contratos de venda com cláusulas automáticas de reajustes de preços vinculados a inflação, de forma que a maior parte da recomposição de preços ocorre por meio de negociações, considerando condições de mercado, demanda e estrutura de custos. Ainda assim, segundo dados da Empapel (Associação Brasileira de Embalagens em Papel), nos últimos 21 anos, os preços do papelão ondulado praticados pelo mercado tiveram aumento real (acima da inflação medida pelo IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo). Essa dinâmica reflete tendências estruturais de longo prazo, como a substituição de materiais não sustentáveis por embalagens sustentáveis de papel e papelão ondulado, crescimento do PIB e da renda per capita, expansão do e-commerce, aumento das exportações brasileiras e crescimento do consumo per capita de embalagens no país, ainda inferior ao de economias desenvolvidas.

A Companhia opera de forma integrada, desde o cultivo florestal até a fabricação de embalagens sustentáveis, o que contribui para maior previsibilidade e eficiência na gestão de custos. Aproximadamente um terço das fibras utilizadas é proveniente de celulose de fibra longa (Pinus) produzida internamente, a partir de florestas próprias ou arrendadas, localizadas próximas às unidades industriais. Essa verticalização confere maior previsibilidade ao custo dessa matéria-prima, pois não depende de aquisição no mercado e não está diretamente exposta a ciclos de preços. Dois terços das fibras utilizadas são provenientes de aparas de papelão adquiridas no mercado, cujos preços estão sujeitos à dinâmica de oferta e demanda. Ainda que possam ocorrer oscilações em determinados ciclos, observa-se historicamente uma tendência de convergência dos preços para patamares compatíveis com suas médias de longo prazo, ajustadas pela inflação.

Adicionalmente, parcela relevante da energia consumida pela Companhia é proveniente de autoprodução, reduzindo a exposição à volatilidade de preços no mercado de energia. Demais custos e despesas operacionais, substancialmente denominados em moeda local, como serviços, insumos auxiliares e salários tendem a acompanhar a inflação brasileira.

Parte dos contratos financeiros e de arrendamento da Companhia, cujos encargos são reconhecidos no resultado financeiro, também estão atrelados a índices de inflação.

3. GERAÇÃO DE CAIXA OPERACIONAL (EBITDA - EBITDA AJUSTADO (OC+OD))

Consolidado (R\$ mil)	4T25	3T25	4T24	Var. 4T25/ 3T25	Var. 4T25/ 4T24	2025	2024	Var. 2025/2024
Ajustes conforme Resolução CVM 156/22								
Operação continuada e descontinuada								
Lucro Líquido	37.997	41.111	186.183	-7,6%	-79,6%	242.050	304.519	-20,5%
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos	8.588	19.309	(151.029)	-55,5%	-105,7%	62.984	(96.992)	-164,9%
Exaustão	11.467	12.762	13.710	-10,1%	-16,4%	50.066	48.528	3,2%
Depreciação e Amortização	39.905	39.062	39.436	2,2%	1,2%	154.687	146.705	5,4%
Resultado Financeiro	29.509	33.759	23.853	-12,6%	23,7%	133.791	110.408	21,2%
EBITDA	127.466	146.003	112.153	-12,7%	13,7%	643.578	513.168	25,4%
Margem EBITDA	30,6%	33,7%	31,9%	-3,1p.p.	-1,3p.p.	38,2%	33,0%	+5,2p.p.
Ajustes conf. Resol. CVM 156/22 - Art. 4º								
Variação do Valor Justo dos Ativos Biológicos ⁽¹⁾	(9.397)	(5.386)	(23.965)	74,5%	-60,8%	(116.800)	(83.736)	39,5%
Participação dos Administradores ⁽²⁾	5.729	4.619	6.662	24,0%	-14,0%	19.586	19.523	0,3%
Eventos Não Recorrentes ⁽³⁾	4.200	-	20.548	-	-	(14.530)	26.785	154,2%
EBITDA Ajustado	127.998	145.236	115.398	-11,9%	10,9%	531.834	475.740	11,8%
Margem EBITDA Ajustada	30,8%	33,5%	28,3%	-2,7p.p.	+2,5p.p.	31,5%	30,6%	+0,9p.p.

¹ Variação do valor justo dos ativos biológicos: ajuste por não representar efeito caixa.

² Participação dos administradores: ajuste por se tratar de provisão, sem efeito caixa.

³ Eventos Não Recorrentes:

2025: O valor líquido de R\$ 14.530 mil refere-se crédito de IPI sobre fretes "CIF" das operações de vendas, seguro e demais despesas acessórias no valor de R\$ 19.871 mil, indenização de honorários de administrador no valor de R\$ 4.200 mil, custos de rescisão da operação descontinuada de R\$ 1.141 mil.

2024: O valor líquido de R\$ 26.785 mil refere-se à honorários sobre exclusão dos créditos presumidos de ICMS da base do IRPJ e da CSL de R\$ 10.616 mil, rescisão de contrato de representação comercial de R\$ 6.972 mil e ao pagamento integral de Execução Fiscal de ICMS SC através do programa Recupera mais R\$ 6.237 mil,

Impairment de imobilizado de R\$ 1.987 mil, Impairment de propriedade para investimento de R\$ 973 mil.

O EBITDA Ajustado atingiu R\$ 128,0 milhões no 4T25, com margem de 30,8%, retração de 11,9% em relação ao 3T25, refletindo a sazonalidade do período. Na comparação com o 4T24, houve crescimento de 10,9%, com expansão de 2,5 p.p. na margem, impulsionado pela recomposição de preços e captura contínua de ganhos de eficiência e produtividade.

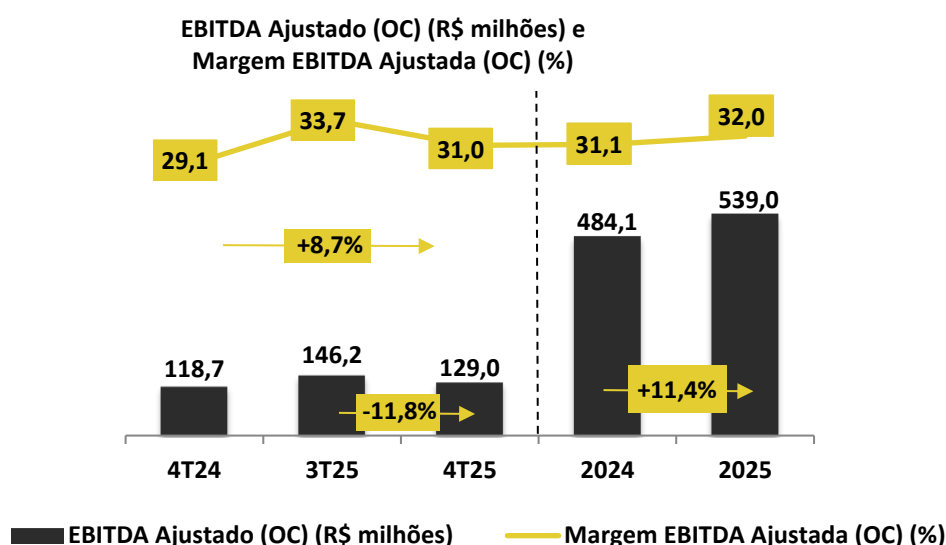
No acumulado de 2025, o EBITDA Ajustado totalizou R\$ 531,8 milhões, avanço de 11,8% em relação a 2024, com margem de 31,5% (ante 30,6%). Mesmo com o nível ainda elevado das aparas ao longo do ano, a Companhia ampliou a margem EBITDA Ajustada, evidenciando a solidez do modelo de negócios e a consistência na geração de valor sustentável.

3.1 EBITDA Ajustado Operação Continuada (OC)

No 1T25, conforme [Fato Relevante publicado em 26 de março de 2025](#), a Companhia encerrou as atividades da fábrica de destilação de goma resina extraída de florestas de pinus, localizada no município de Balneário Pinhal/RS ("Fábrica"). Com isso, ocorreu a descontinuidade desse segmento de negócio. Esse movimento reforça o posicionamento da Companhia como o único player de embalagens sustentáveis listado na bolsa de valores brasileira, a B3, e reflete seu compromisso com

a otimização de suas operações, melhor rentabilização de seus ativos e maior geração de valor para os acionistas.

Dessa maneira, a Companhia passou a apresentar também o EBITDA Ajustado da Operação Continuada (OC), que reflete exclusivamente o desempenho recorrente dos negócios que permanecem no portfólio. Essa apresentação confere maior clareza e comparabilidade na análise dos resultados entre períodos.



4. RESULTADO FINANCEIRO (NE 26)

O resultado financeiro está distribuído da seguinte forma:

R\$ mil	4T25	3T25	4T24	2025	2024
Receitas Financeiras	34.653	33.332	33.970	126.695	99.984
Despesas Financeiras	(64.169)	(67.108)	(58.137)	(257.554)	(209.923)
Resultado Financeiro	(29.516)	(33.776)	(24.167)	(130.859)	(109.939)
Variação cambial ativa	881	1.833	3.463	7.395	10.774
Variação cambial passiva	(1.305)	(1.550)	(5.541)	(7.834)	(11.766)
Variação cambial líquida	(424)	283	(2.078)	(439)	(992)
Receitas Financeiras sem variação cambial	33.772	31.499	30.507	119.300	89.210
Despesas Financeiras sem variação cambial	(62.864)	(65.558)	(52.596)	(249.720)	(198.157)
Resultado Financeiro sem variação cambial	(29.092)	(34.059)	(22.089)	(130.420)	(108.947)

Houve redução de 12,6% no resultado financeiro negativo no 4T25 em relação ao 3T25 e aumento de 22,1% frente ao 4T24. A redução frente ao 3T25 reflete a redução da dívida líquida e redução nos

juros futuros, que impactaram a marcação a mercado dos *swaps* de troca de taxa de juros. O aumento frente ao 4T24 é decorrente de maiores juros sobre as dívidas indexadas à Selic, devido ao aumento da taxa.

No ano de 2025, o resultado financeiro foi negativo em R\$ 130.859 mil contra R\$ 109.939 mil em 2024. O aumento de 19,0% no resultado financeiro negativo deve-se principalmente à maior Selic média, compensada parcialmente pela menor dívida líquida.

4.1 Câmbio

O câmbio se comportou conforme tabela a seguir.

R\$	4T25	3T25	4T24	$\Delta 4T25/3T25$	$\Delta 4T25/4T24$	2025	2024	$\Delta 2025/2024$
Dólar final	5,50	5,32	6,19	3,38%	-11,15%	5,50	6,19	-11,15%
Dólar médio	5,40	5,45	5,84	-0,92%	-7,53%	5,59	5,39	3,71%

Fonte: Bacen.

4.2 Endividamento (OC+OD)

Consolidado (R\$ mil)	2025	2024
Circulante	231.302	184.625
Não circulante	1.666.413	1.496.240
Dívida bruta ¹	1.897.715	1.680.865
Circulante	12%	11%
Não circulante	88%	89%
Moeda Nacional	1.875.061	1.645.384
Moeda Estrangeira	22.654	35.481
Dívida bruta ¹	1.897.715	1.680.865
Moeda Nacional	99%	98%
Moeda Estrangeira	1%	2%
Saldo de Caixa	839.834	604.232
Dívida líquida	1.057.881	1.076.633
EBITDA Ajustado	531.834	475.740
Dívida líquida/EBITDA Ajustado	1,99	2,26

¹ A Dívida bruta apresentada é calculada somando os empréstimos, financiamentos (NE 17), debêntures (NE 18) e instrumentos financeiros derivativos – *swap* (NE 10). Não considera o passivo de arrendamento resultado dos efeitos do CPC06 (R2) (IFRS16 – NE 16).

A dívida líquida apresentou redução de 1,7% em 2025, ou R\$ 18.752 mil, em relação a 2024, refletindo a geração de fluxo de caixa livre no período.

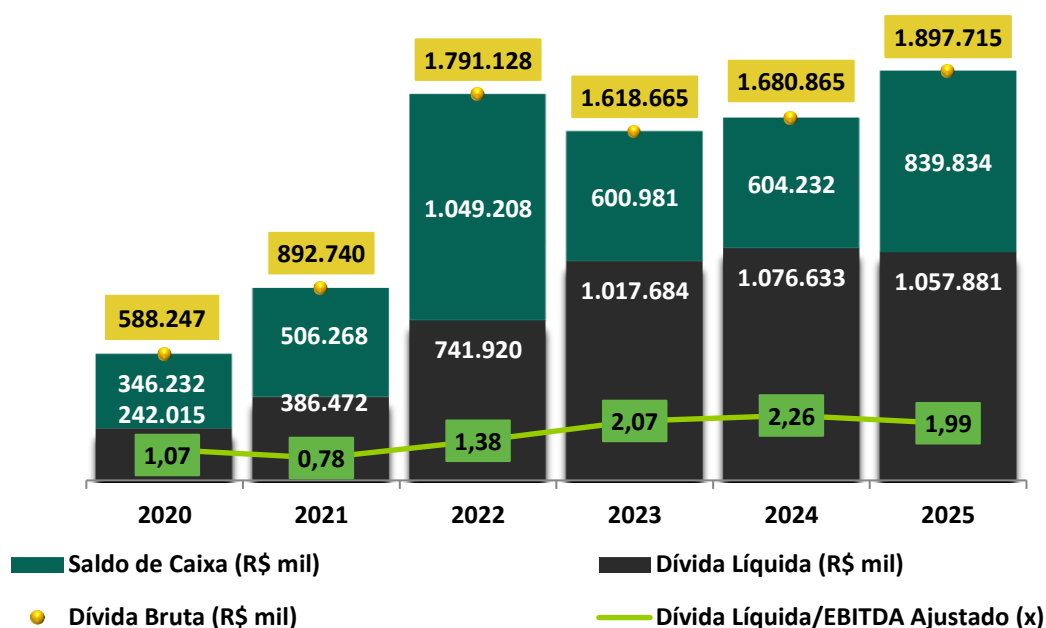
Na mesma base comparativa, a dívida bruta apresentou aumento de 12,9%, ou R\$ 216.850 mil, em relação a 2024, devido principalmente às captações realizadas no ano, com destaque para a 6ª Emissão de Debêntures Verdes, no montante de R\$ 120.000 mil.

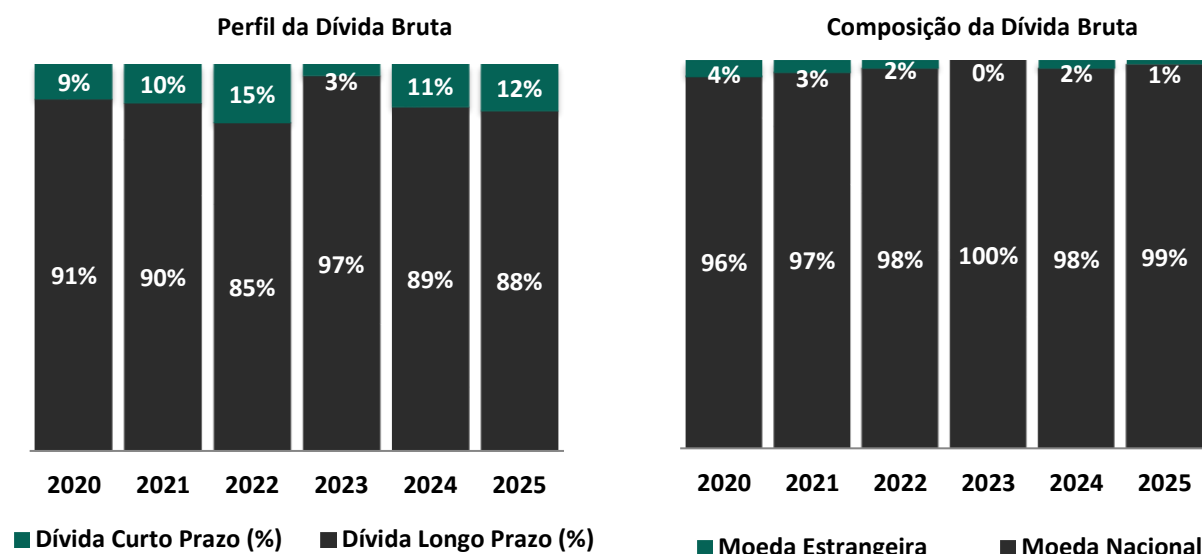
Em 2025, o custo médio da dívida foi de 13,5% ao ano (equivalente a CDI - 0,7%), representando melhora no *spread* em relação ao CDI frente a 2024, quando foi de 11,2% ao ano (equivalente a CDI + 0,3%). Após os efeitos do imposto de renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, o custo médio da dívida foi de 8,9% ao ano em 2025, ante 7,4% ao ano em 2024. Em 31 de dezembro de 2025 o prazo médio ponderado de vencimento da dívida era de 41,6 meses (3,5 anos), sendo que 88% da dívida possui vencimento no longo prazo e 99% era denominada em moeda local.

A relação dívida líquida/EBITDA Ajustado foi de 1,99 vezes em 2025, contra 2,26 vezes em 2024. A melhora foi resultado da redução da dívida líquida e da expansão do EBITDA no período. O indicador encontra-se em níveis saudáveis e em linha com os parâmetros estabelecidos na [Política de Gestão Financeira](#) da Companhia, que estabelece uma meta de 2,5x.

Considerando o passivo de arrendamento resultado dos efeitos do CPC06 (R2) (IFRS16), a dívida líquida aumenta R\$ 52.206 mil, resultando em uma relação dívida líquida/EBITDA Ajustado de 2,09x.

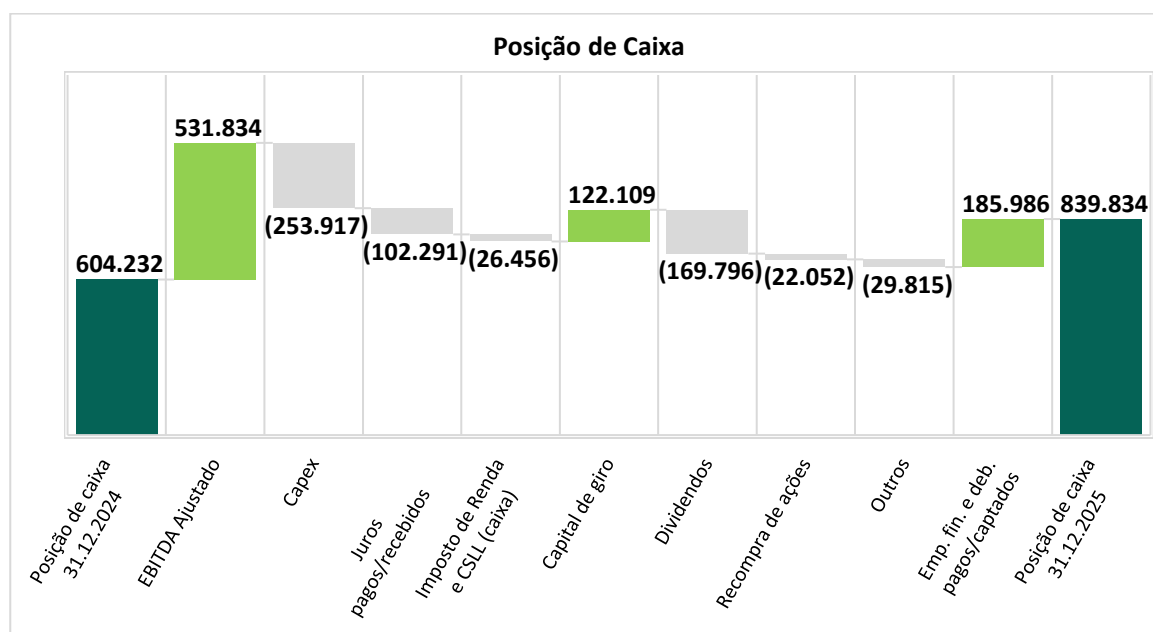
Endividamento e Dívida Líquida/EBITDA Ajustado





5. POSIÇÃO DE CAIXA (OC+OD)

A posição de caixa da Companhia totalizou R\$ 839.834 mil em 2025, aumento de 39,0% em relação aos R\$ 604.232 mil registrados em 2024. As principais variações do fluxo de caixa no período são apresentadas abaixo. Parte do aumento se justifica pela captação da 6ª Emissão de Debêntures Verdes realizada no 4T25, no montante de R\$ 120.000 mil, destinada ao Projeto Gaia V - Repotenciação São Luiz (PCH).



6. FLUXO DE CAIXA LIVRE (OC+OD)

Fluxo de Caixa Livre ⁽¹⁾	4T25	3T25	4T24	2025	2024
EBITDA Ajustado	127.998	145.236	115.398	531.834	475.740
(-) Capex	(64.307)	(49.901)	(65.543)	(253.917)	(229.464)
(-) Juros pagos/recebidos	12.771	(51.977)	(328)	(102.291)	(86.133)
(-) Imposto de Renda e CSLL (caixa)	(14.720)	(7.304)	(11.162)	(26.456)	(33.841)
(+/-) Capital de giro	13.955	54.340	13.856	122.109	49.736
(-) Dividendos + JCP	(10.323)	(25.318)	(9.583)	(169.796)	(126.043)
(-) Recompra de ações	-	(4.083)	(17.627)	(22.052)	(49.169)
(+/-) Outros	(475)	376	(1.219)	643	130
Fluxo de Caixa Livre	64.899	61.369	23.792	80.074	956
Dividendos + JCP	10.323	25.318	9.583	169.796	126.043
Recompra de ações	-	4.083	17.627	22.052	49.169
Plataforma Gaia	27.119	9.548	19.529	60.147	61.578
Projetos Expansão / Especiais	-	-	-	55.000	-
Fluxo de Caixa Livre ajustado ⁽²⁾	102.342	100.318	70.531	387.070	237.746
FCL ajustado Yield ⁽³⁾				21,5%	11,7%

⁽¹⁾ Considera operação continuada e descontinuada

⁽²⁾ Excluídos dividendos, JCP e Recompra de ações, Plataforma Gaia e Projetos Expansão / Especiais.

⁽³⁾ Yield - FCL ajustado dividido pelo valor médio de mercado nos UDM.

O Fluxo de Caixa Livre Ajustado, que desconsidera os investimentos na Plataforma Gaia e Projetos de Expansão/ Especiais, as remunerações aos acionistas e a recompra de ações, foi positivo em R\$ 102.340 mil no 4T25, aumento de 45,1% em relação ao 4T24, devido principalmente (i) ao maior EBITDA Ajustado (ii) menor *Capex* de manutenção e, (iii) ao menor pagamento de juros.

Em relação ao 3T25, houve redução de 2,0%, impactado positivamente pelo menor pagamento de juros e negativamente pelo menor EBITDA Ajustado e maior Necessidade de Capital de Giro. Todos esses impactos são sazonais na base comparativa de trimestres 4T x 3T. Além disso, a linha de capital de giro também foi impactada negativamente pelo efeito no caixa de indenização associada à rescisão de contrato de executivo.

Em 2025, o Fluxo de Caixa Livre Ajustado foi de R\$ 387.068 mil, aumento de 62,8% em relação aos R\$ 237.746 mil registrados em 2024. Tiveram destaque positivo (i) o maior EBITDA Ajustado, (ii) o menor *Capex* de manutenção, (iii) o menor Capital de Giro, reflexo de maior aproveitamento de créditos tributários e do encerramento da operação do Negócio Resinas. Colaborou negativamente o maior pagamento de juros, devido às elevações da Selic.

A Rentabilidade do Fluxo de Caixa Livre (*Free Cash Flow Yield*) foi de 21,5% em 2025, aumento de 9,8 p.p. em relação ao apurado em 2024, devido ao aumento de 62,8% do Fluxo de Caixa Livre Ajustado e à redução de 11,1% do valor médio de mercado da Companhia nesse período.

7. RETORNO SOBRE O CAPITAL INVESTIDO (RETURN ON INVESTED CAPITAL - ROIC) (OC+OD)

O Retorno sobre o Capital Investido (ROIC) foi de 13,3% nos últimos 12 meses, um aumento de 2,5 p.p. em relação aos 12 meses findos em 31 de dezembro de 2024, devido principalmente ao maior Fluxo de Caixa Operacional.

O ROIC de 13,3% representa um *spread* de 4,4 p.p. sobre o custo médio da dívida pós IR/CSLL dos últimos 12 meses, que foi de 8,9%.

O crescimento do ROIC marca a primeira evolução anual positiva após a conclusão dos principais projetos da Plataforma Gaia, demonstrando o compromisso com retornos consistentes acima do WACC e a captura gradual dos retornos dos projetos.

O modelo de negócio com *core business* fundamentado na tendência secular da economia circular e de baixo carbono (negócio de impacto) sustenta o ROIC em níveis diferenciados e patamares saudáveis.

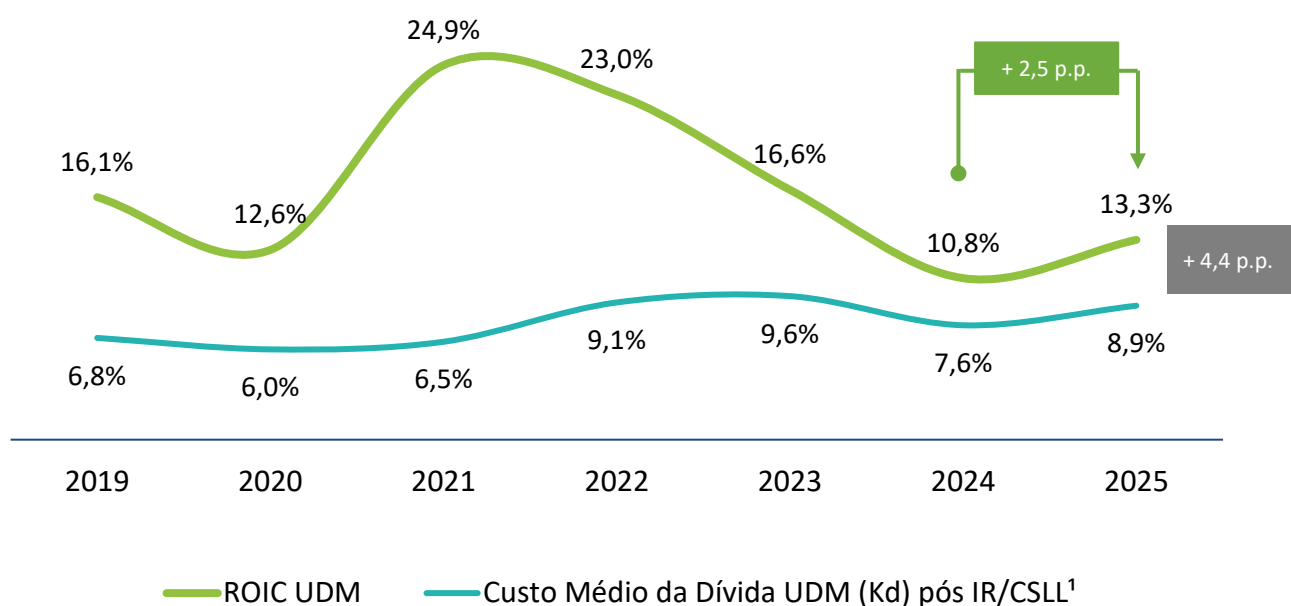
ROIC (R\$ mil) - UDM ⁽¹⁾	2025	2024
Ativo Total	3.795.079	3.522.518
(-) Passivo Total (ex-dívida)	(568.739)	(571.786)
(-) Obras em Andamento	(164.255)	(169.378)
Capital Investido	3.062.085	2.781.354
(-) Ajuste CPC 29 ⁽²⁾	(306.624)	(232.853)
Capital Investido Ajustado	2.755.461	2.548.501
EBITDA Ajustado	531.834	475.740
(-) Capex Manutenção	(138.770)	(167.886)
(-) Imposto de Renda e CSLL (caixa)	(26.456)	(33.841)
Fluxo de Caixa Operacional Ajustado	366.608	274.013
ROIC ⁽³⁾	13,3%	10,8%

⁽¹⁾ Média dos saldos patrimoniais dos 4 últimos trimestres (Últimos Doze Meses), considera operação continuada e descontinuada.

⁽²⁾ Diferencial do valor justo ativos biológicos menos Impostos Diferidos do Valor justo dos ativos biológicos.

⁽³⁾ ROIC (Últimos Doze Meses): Fluxo de Caixa Operacional Ajustado / Capital Investido Ajustado.

ROIC UDM x Custo Médio da Dívida UDM (Kd) pós IR/CSLL



¹Custo Médio da Dívida UDM (Kd) pós IR/CSLL: Juros UDM/média dívida bruta últimos 4 trimestres deduzidos IR/CSLL de 34%. Considera os juros imobilizados referentes ao financiamento dos investimentos da Plataforma Gaia

8. AVALIAÇÃO DO VALOR JUSTO DOS ATIVOS BIOLÓGICOS (FLORESTAS) (NE 14)

A partir de 2010, a Companhia passou a mensurar o valor justo dos seus ativos biológicos (florestas) periodicamente, conforme determina o CPC 29/IAS 41, por meio de fluxo de caixa descontado. A variação do valor justo dos seus ativos biológicos produziu efeitos no resultado da Companhia em 2025, conforme demonstrado a seguir:

Efeitos das variações do valor justo dos ativos biológicos

R\$ mil	4T25	4T24	2025	2024
Variação do valor justo dos ativos biológicos	9.397	23.965	116.800	83.736
Exaustão do valor justo dos ativos biológicos	(6.733)	(8.929)	(27.713)	(31.717)

A variação do valor justo dos ativos biológicos totalizou R\$ 9.397 mil no 4T25, frente a R\$ 23.965 mil no 4T24. A redução reflete a acomodação nos preços e custos no período, após efeitos de valorização reconhecidos ao longo do exercício. No acumulado de 2025, a variação do valor justo somou R\$ 116.800 mil, acima de R\$ 83.736 mil em 2024, refletindo, principalmente, o reconhecimento da

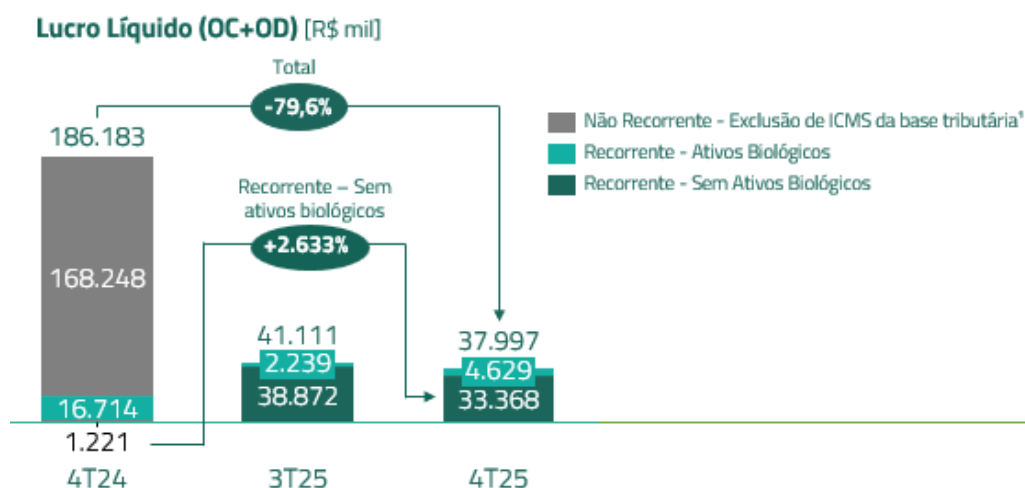
valorização decorrente das aquisições de áreas florestais localizadas no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, conforme Fatos Relevantes divulgados em [26 de março](#) e [3 de abril de 2025](#).

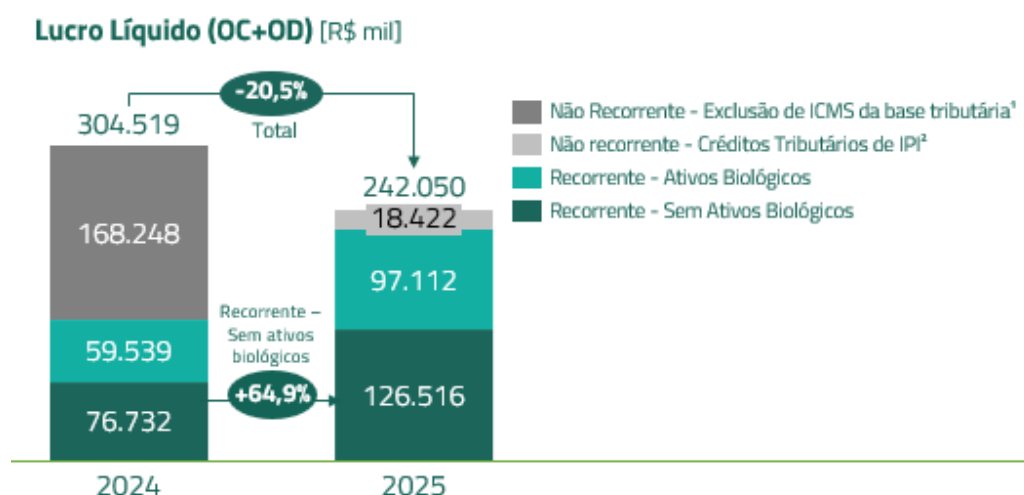
A variação do valor justo dos ativos biológicos, bem como sua exaustão, é reconhecida no Custo dos Produtos Vendidos - CPV. Esta determinação contábil permite avaliar de forma mais precisa o valor de mercado das florestas da Companhia, conferindo maior adequação às suas Demonstrações Financeiras.

9. LUCRO LÍQUIDO (OC+OD)

O lucro líquido totalizou R\$ 37.997 mil no 4T25, redução de 7,6% em relação ao 3T25 e de 79,6% frente ao 4T24. Na comparação com o 3T25, o recuo reflete a sazonalidade. Já na comparação com o 4T24, a variação decorre, principalmente, da ausência do efeito não recorrente registrado naquele trimestre, quando foi reconhecido um crédito tributário líquido de R\$ 168.248 mil, relacionado à exclusão dos créditos presumidos de ICMS da base do IRPJ e da CSLL. Desconsiderando os créditos tributários o Lucro líquido do 4T24 foi de R\$ 17.935.

No acumulado de 2025, o lucro líquido somou R\$ 242.050 mil, redução de 20,5% em relação a 2024. O resultado reflete os efeitos não recorrentes nos períodos: em 2025, o crédito tributário de IPI de R\$ 18.422 mil, e, em 2024, a exclusão do ICMS da base tributária de R\$ 168.248 mil. Considerando apenas o resultado recorrente e sem efeito de ativos biológicos, o lucro líquido de 2025 apresentou avanço de 64,9% em relação a 2024, evidenciando a evolução da performance operacional no ano.





10. INVESTIMENTOS (NE 14 e 15)

A Companhia mantém sua estratégia de investir em modernização, expansão e sustentabilidade das suas operações. No 4T25, os investimentos totalizaram R\$ 78.304 mil, com destaque para equipamentos e instalações, que somaram R\$ 72.721 mil no trimestre. Os recursos foram direcionados principalmente a projetos de eficiência operacional e ao reforço da infraestrutura industrial.

No acumulado de 2025, os investimentos somaram R\$ 278.626 mil, em linha com a estratégia de alocação em ativos industriais, com R\$ 178.102 mil em equipamentos e instalações, além de R\$ 88.713 mil em florestamento e reflorestamento, reforçando o fortalecimento da base florestal da Companhia.

R\$ mil	4T25	2025
Terrenos	-	2.041
Prédios e construções	(118)	210
Equipamentos e instalações	72.721	178.102
Florestamento e reflorestamento	3.423	88.713
Intangível	2.278	9.560
Total	78.304	278.626

11. PLATAFORMA GAIA

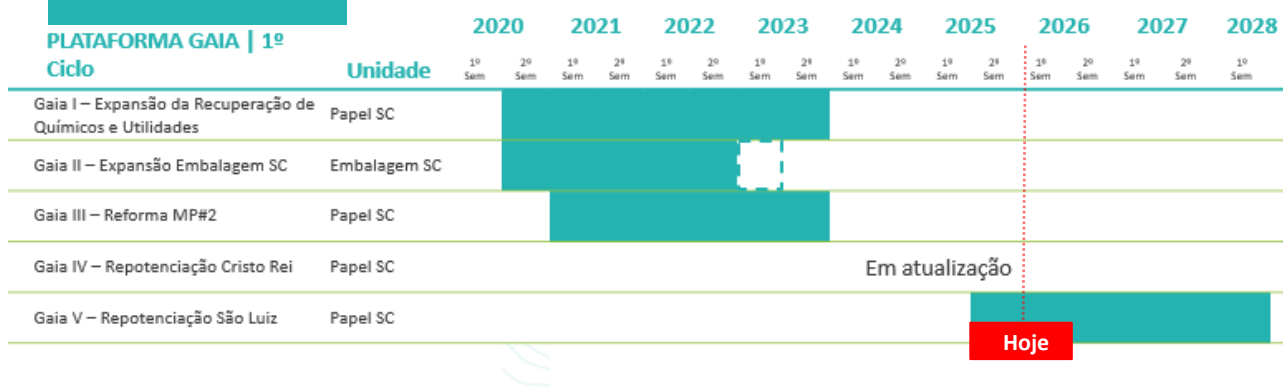
1º Ciclo

Como destaques do 4T25, no **Projeto Gaia I** - Expansão da Recuperação de Químicos e Utilidades, continuamos capturando os retornos do investimento, especialmente *mix* de papéis, geração de energia e recuperação de produtos químicos, e coletando dados para consolidar a análise de retorno.

No **Projeto Gaia IV** - Repotenciação Cristo Rei continuamos em revisão do projeto, orçamento e cronograma, com base nas deliberações do órgão ambiental estadual para obter as licenças ambientais necessárias.

O **Projeto Gaia V** - Repotenciação São Luiz, já se encontra em preparação do canteiro de obras e vias de acesso. A Engenharia do Proprietário e os pacotes de turbinas e geradores já foram contratados e estamos em fase de negociação dos pacotes de hidromecânicos, construção civil e elétrica. O planejamento da execução está em fase de detalhamento.

Cronograma



Plataforma Gaia – 1º Ciclo	Unidade	Engenharia Básica	Execução Física
Gaia I – Expansão da Recuperação de Químicos e Utilidades	Papel SC	100%	100%
Gaia II – Expansão Embalagem SC	Embalagem SC	100%	100%
Gaia III – Reforma MP#2	Papel SC	100%	100%
Gaia IV – Repotenciação Cristo Rei	Papel SC	100%	Em atualização
Gaia V – Repotenciação São Luiz	Papel SC	100%	Em planejamento

2º Ciclo

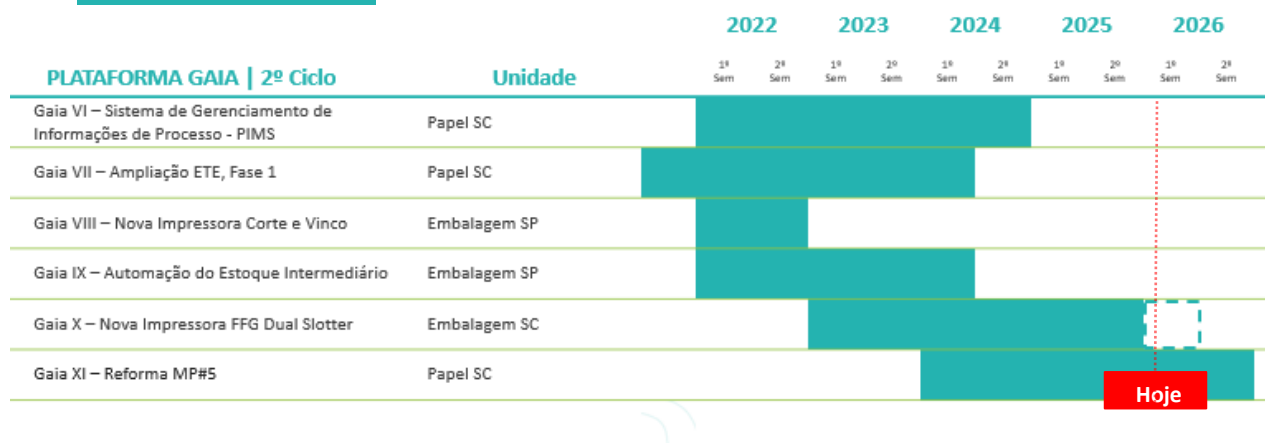
No **Projeto Gaia VI** - Sistema de Gerenciamento de Informações de Processo, estamos atuando na sustentação do projeto e acompanhando a curva de performance, monitorando e coletando os dados para analisar o retorno do investimento.

Nos **Projetos Gaia VIII** - Nova Impressora Corte e Vinco e **Gaia IX** - Automação do Estoque Intermediário, ambos na unidade Embalagem SP - Indaiatuba, estamos capturando os retornos do investimento e coletando dados para consolidar a análise.

Já no **Projeto Gaia X** - Nova Impressora FFG Dual Slotter, adquirimos uma nova amarradeira e o pacote de melhorias no sistema intralogístico, ambos com previsão de startup no primeiro semestre de 2026.

Por fim, no **Projeto Gaia XI** - Reforma da MP#5, recebemos todos os equipamentos que serão substituídos e/ou instalados durante a parada da Máquina de Papel 5. Também concluímos o detalhamento da parada com os fornecedores envolvidos. A parada está prevista para ocorrer entre 19/01/2026 e 25/02/2026.

Cronograma



Plataforma Gaia – 2º Ciclo	Unidade	Engenharia Básica	Execução Física
Gaia VI – Sistema de Gerenciamento de Informações de Processo - PIMS	Papel SC	N/A	100%
Gaia VII – Ampliação ETE, Fase 1	Papel SC	100%	100%
Gaia VIII – Nova Impressora Corte e Vinco Embalagem SP		N/A	100%
Gaia IX – Automação do Estoque Intermediário	Embalagem SP	N/A	100%
Gaia X – Nova Impressora FFG Dual Slotter	Embalagem SC	100%	90%
Gaia XI – Reforma MP#5	Papel SC	100%	67%

Plataforma Gaia

Projetos de investimento

		Investimento Estimado	Investimento Estimado	Investimento Realizado	Investimento Realizado
Plataforma Gaia – 1º e 2º Ciclo	Unidade	(Bruto)	(Líquido)	4T25 até 31/12/2025	
Gaia I – Expansão da Recuperação de Químicos e Utilidades	Papel SC	682.023	594.539	0	658.621
Gaia II – Expansão Embalagem SC	Embalagem SC	150.433	118.189	0	131.249
Gaia III – Reforma MP#2	Papel SC	66.844	53.293	0	59.806
Gaia IV – Repotenciação Cristo Rei	Papel SC	-	-	0	0
Gaia V – Repotenciação São Luiz	Papel SC	125.881	112.663	5.726	5.726
Gaia VI – Sistema de Gerenciamento de Informações de Processo - PIMS	Papel SC	18.400	15.304	0	15.051
Gaia VII – Ampliação ETE, Fase 1	Papel SC	49.597	45.159	0	46.593
Gaia VIII – Nova Impressora Corte e Vinco	Embalagem SP	21.318	15.034	2	15.576
Gaia IX – Automação do Estoque Intermediário	Embalagem SP	42.860	29.897	0	37.764
Gaia X – Nova Impressora FFG Dual Slotter	Embalagem SC	55.820	44.964	129	45.687
Gaia XI – Reforma MP#5	Papel SC	89.668	84.345	21.262	48.586
Total		1.302.844	1.113.387	27.119	1.064.659

12. MERCADO DE CAPITAIS

12.1 Rating de Crédito

A tabela a seguir apresenta os *ratings* de crédito vigentes da Companhia:

Tipo	Agência	Rating	Última atualização/ atribuição
Emissor de longo prazo	S&P Global Ratings	brAA	24/02/2025
Emissor	Moody's	AA.br	08/08/2025
4ª Emissão de Debêntures Verdes	S&P Global Ratings	brAA+	24/02/2025
5ª Emissão de Debêntures Verdes (CRAs da 194ª Emissão da Eco Securitizadora)	S&P Global Ratings	brAA (sf)	29/10/2025
6ª Emissão de Debêntures Verdes	Moody's	AA.br	17/10/2025

Atualizações/atribuições no 4T25:

- Em [17 de outubro de 2025](#), a Moody's Local BR Agência de Classificação de Risco Ltda. ("Moody's Local Brasil") atribuiu o rating "AA.br" à 6ª Emissão pública de Debêntures Verdes da Irani.
- Em [29 de outubro de 2025](#), a S&P Global Ratings efetuou o monitoramento trimestral dos ratings das 1ª e 2ª Séries dos CRAs da 194ª Emissão da Eco Securitizadora vinculados e lastreados pela 5ª Emissão Privada de Debêntures Verdes da Irani. Foi mantido o rating 'brAA (sf)', [atribuído em 26 de setembro de 2022](#).

12.2 Debêntures Verdes (NE 18)

A Companhia possui 3 emissões de debêntures verdes. A 4ª Emissão foi realizada em 2021, no montante de R\$ 60.000 mil, com custo de IPCA + 5,50% a.a., e teve sua remuneração alterada para CDI + 0,71% via instrumento derivativo (*swap*). A 5ª Emissão foi realizada em 2022, em duas Séries, no montante total de R\$ 720.000 mil, com custo de CDI + 1,40% e CDI + 1,75% a.a., sendo lastro para emissão e distribuição pública de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRAs). A 6ª Emissão foi realizada em outubro de 2025, no montante de R\$ 120.000 mil, prazo total de 15 anos, custo de IPCA + 6,6522% a.a., e teve sua remuneração alterada para CDI - 1,13% a.a. via instrumento derivativo (*swap*).

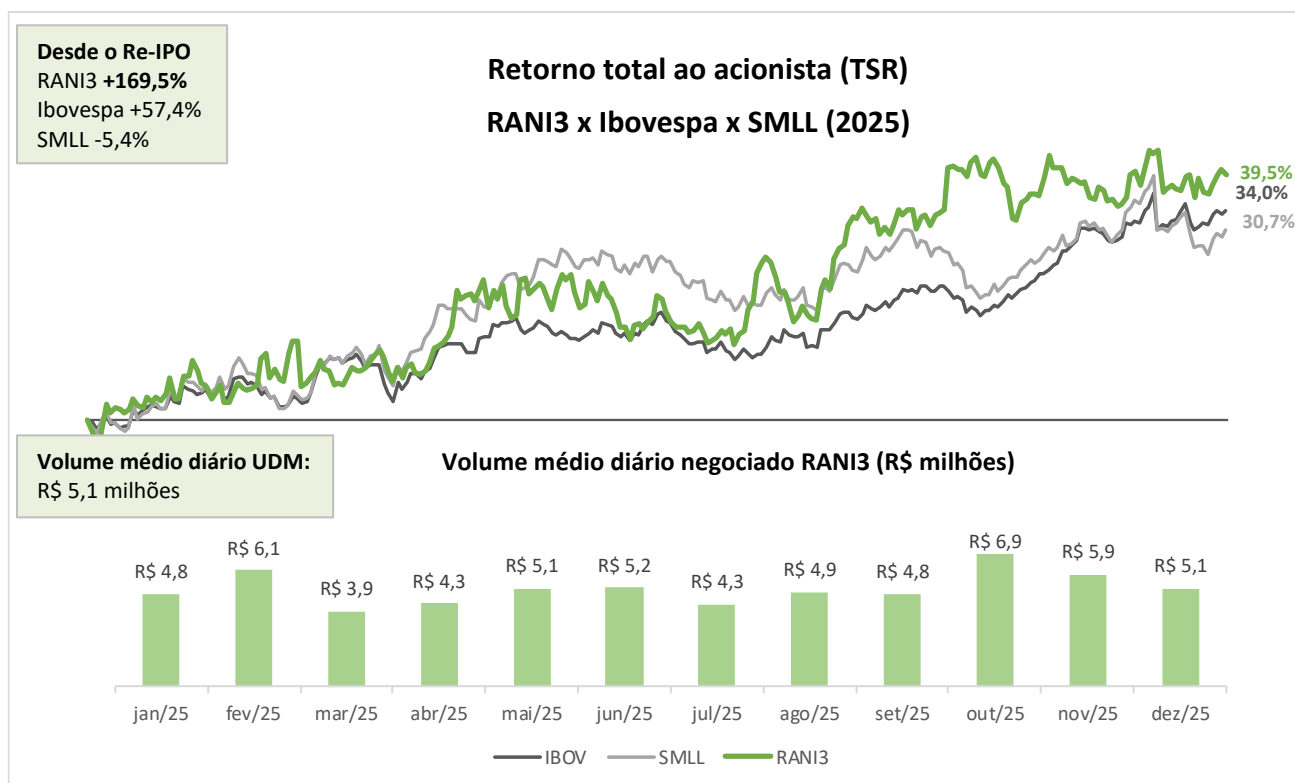
Mais informações sobre as emissões disponíveis em <https://ri.irani.com.br/dividas/>.

12.3 Capital Social (NE 22 a)

A Companhia está listada no segmento especial da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), denominado Novo Mercado, mais elevado nível de governança corporativa da B3.

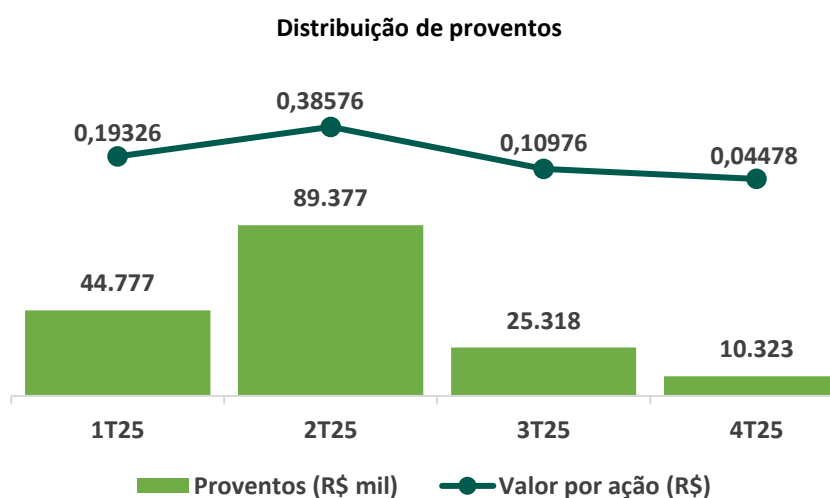
Todas as ações possuem direito a voto e *tag along* de 100%. Ao final de 2025, as ações ordinárias eram negociadas a R\$ 8,68, o que implica um valor de mercado de R\$ 2.000.751 mil, considerando 230.501.219 ações ordinárias. Na mesma data, as ações da Companhia integravam os índices IGC-NM, IGCX, ITAG, IMAT, IBRA, SMLL, IGCT, IGPTW, IAGRO, IDIV, ISE e ICO2 da B3.

A performance e o volume de negociação da ação da Companhia em 2025, em comparação com o índice Ibovespa (principal indicador de desempenho das ações negociadas na B3) e com o SMLL (indicador do desempenho de empresas de menor capitalização da B3, o qual a Irani faz parte da carteira teórica), podem ser observados no gráfico a seguir.



12.4 Proventos (NE 22 b)

Os proventos distribuídos pela Companhia nos últimos 12 meses podem ser observados no gráfico a seguir:



O total de dividendos pagos nos últimos 12 meses foi de R\$ 0,73357 por ação, totalizando um montante de R\$ 169.796 mil, e equivalente a um *dividend yield* anual de 10,8%, considerando a cotação da ação em 30 de dezembro de 2024, de R\$ 6,82. Desde o Re-IPO realizado em julho de 2020, a Companhia já distribuiu R\$ 764.506 mil em dividendos (R\$ 3,16 por ação ON), o que representa um *yield* acumulado de 70,2%, tomando como referência o preço de R\$ 4,50 por ação no Re-IPO.

De acordo com a [Política de Distribuição de Dividendos](#), a Administração está propondo a distribuição de 25% do Lucro Líquido (OC+OD) (base para dividendos) referente ao 4T25, totalizando R\$ 9.583 mil, o que corresponde a R\$ 0,041575 por ação. (NE 22 d).

Adicionalmente, considerando que a alavancagem operacional da Companhia encerrou o exercício de 2025 abaixo de 2,5x (Dívida Líquida/EBITDA Ajustado (OC+OD)), será submetida à deliberação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em abril de 2026, a proposta de distribuição adicional referente ao exercício de 2025, totalizando R\$ 59.723 mil, equivalente a R\$ 0,259103 por ação. (NE 22 d).

A quantidade de ações para fins de distribuição de proventos é de 230.501.219 ações ordinárias (ON), considerando que a Companhia não possuía ações em tesouraria, na data-base de 31 de dezembro de 2025. Eventual execução do Programa de Recompra poderá alterar o número de ações em circulação e, consequentemente, os valores dos dividendos propostos por ação.

12.5 Programa de recompra de ações (NE 22 c)

Em [Reunião do Conselho de Administração de 24 de setembro de 2025](#), foi aprovado o cancelamento da totalidade de 9.328.700 ações ordinárias, sem valor nominal, de emissão própria, mantidas em tesouraria, sem redução do valor do capital social, bem como a extinção do Programa de Recompra de Ações 2024. Na mesma data, o Conselho aprovou o novo Programa de Recompra de Ações de emissão da Companhia (“Programa de Recompra de Ações 2025”), com o objetivo de maximizar a geração de valor para os acionistas por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital. O programa passou a vigorar a partir de 25 de setembro de 2025, com prazo máximo para liquidação em 25 de março de 2027, e limite de aquisição de até 9.771.034 ações ordinárias, representativas de 10% do total de ações ordinárias em circulação. Após o cancelamento das ações em tesouraria, o capital social da Irani (RANI3) passou a ser representado por 230.501.219 ações ordinárias.

O Programa de Recompra de Ações 2025 é o terceiro desde 2021; ao todo, a Companhia já recomprou mais de 23 milhões de ações, representando 9,4% do quadro acionário pós Re-IPO, com custo médio de R\$ 7,48 por ação. A aquisição das ações tem como objetivo maximizar a geração de valor para os

acionistas, sendo a recompra uma ferramenta eficiente de alocação de capital, em equilíbrio com os investimentos em expansão e a política de remuneração aos acionistas.

13. SUSTENTABILIDADE

O compromisso a sustentabilidade está na essência dos negócios da Irani a partir de um modelo de negócios integrado, com uso de recursos naturais renováveis, de economia circular (reciclagem) e de baixo carbono, utilizando energia renovável para a maior parte de seu consumo energético e tendo as pessoas no centro da estratégia. Com isso, praticamos uma gestão integrada que incorpora à estratégia a promoção de práticas robustas de governança e um círculo virtuoso de preservação ambiental, desenvolvimento humano e social, inovação e retorno econômico diferenciado.

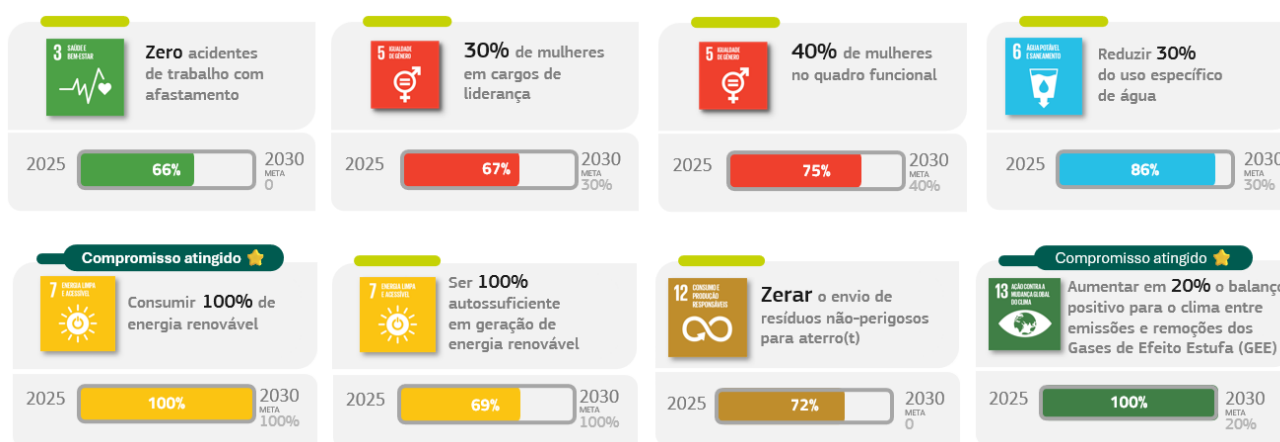
Signatária do Pacto Global e do Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção há mais de 15 anos, a Companhia aderiu ao Instituto Capitalismo Consciente com o intuito de contribuir com o movimento para transformar o jeito de se fazer investimentos e negócios no Brasil. Também faz parte do [Movimento Nacional ODS SC](#) desde 2020.

Contamos ainda com um longo histórico de compromisso com a transparência. Por isso, buscamos nos atualizar quanto às melhores práticas de gestão e relato sobre sua estratégia, desempenho e iniciativas de sustentabilidade. Desde 2006, divulgamos relatórios anuais acompanhando as principais tendências no reporte de informações de sustentabilidade. Em 2026, portanto, fará 20 anos que a Companhia divulga o Relatório de Sustentabilidade auditado, conforme metodologia do GRI. Estas duas décadas de divulgação de informações relacionadas a sustentabilidade indicam o compromisso de longo prazo que a Companhia tem com as questões sociais, ambientais e de governança de forma harmônica com os compromissos econômicos.

Em 2026, publicaremos nosso sexto Relato Integrado. Assegurado pela KPMG Auditores Independentes, esse documento público adota as orientações para o relato integrado do [International Integrated Reporting Council \(IIRC\)](#), GRI Standard da [Global Reporting Initiative \(GRI\)](#), [Sustainability Accounting Standards Board \(SASB\)](#), relacionando as práticas relatadas aos [Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU](#). Todas as publicações estão disponíveis para consulta em <http://www.irani.com.br/praticas-sustentaveis/relatorio-de-sustentabilidade/>. Também em 2025, além do Relato Integrado, lançamos uma Central de Indicadores que apresenta a performance da Companhia ao longo do tempo na gestão de temas considerados materiais.

Em caráter voluntário, a Companhia antecipará a adoção das normas IFRS S1/CBPS 01 e IFRS S2/CBPS 02, no padrão internacional emitido pelo International Sustainability Standards Board (ISSB), aplicando as flexibilizações (*reliefs*) previstas até o primeiro exercício social de adoção obrigatória,

conforme autorizado pela RCVM 193, com a divulgação do seu primeiro relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade em 2026. Para assegurar a evolução de tópicos de sustentabilidade, realizamos reuniões periódicas desde 2018 com gestores industriais e corporativos sob a liderança do Diretor-Presidente e com a participação de toda a diretoria, delineando as diretrizes necessárias para que a implementação da estratégia de sustentabilidade esteja alinhada ao planejamento estratégico da Companhia. Ao longo do tempo e no âmbito dessas discussões, foram instituídos grupos de trabalho para aprimorar nossa Política de Sustentabilidade e avançar na implementação de práticas aderentes aos ODS da ONU e no mapeamento de oportunidades que inspiraram um conjunto de compromissos a serem persistidos até 2030. São eles:



Governança da Sustentabilidade

Desde 2022 a Companhia conta como Comitê de Estratégia e ESG, vinculado diretamente ao Conselho de Administração, que orienta e estabelece as diretrizes de sustentabilidade para a Companhia. O Comitê de Estratégia e ESG é composto por três membros, que também são conselheiros de administração e tem reuniões trimestrais de acompanhamento da estratégia e dos indicadores ESG da Companhia.

Desde 2022, a Companhia conta também com um Núcleo de Sustentabilidade, uma estrutura horizontal e multidisciplinar no nível operacional com o desafio de cultivar e promover a sustentabilidade (ESG), engajando os colaboradores e as partes interessadas. Desde sua criação, as principais entregas realizadas por este núcleo compreendem o início de uma campanha sobre sustentabilidade denominada Movimentos que Criam Futuros, a análise de cenários para substituição de equipamentos alimentados por combustíveis não renováveis, uma oferta de capacitação sobre leis de incentivo fiscal e a elaboração de projetos para as comunidades no entorno, *podcasts* para colaboradores abordando temáticas relevantes para a Irani, como indústria 4.0 e diversidade, oferta de trilha de capacitação em sustentabilidade na plataforma de educação corporativa, além de

colaborar com o estudo para substituição de copos plásticos por alternativas mais sustentáveis nas unidades de negócio.

Destaques

Em 2025, lançamos o piloto da Trilha de Sustentabilidade, uma jornada criada com Foco Do Cliente para apoiar nossos parceiros de negócios na identificação e evolução de suas práticas ESG e sustentabilidade, conectando cada passo às grandes agendas globais. Com etapas que vão do diagnóstico à capacitação e ao acompanhamento de resultados, ela oferece ferramentas práticas para integrar sustentabilidade ao negócio, fortalecendo a competitividade e o impacto positivo no mercado. Em 2025, o trabalho foi realizado em dois clientes, sendo que um deles também é nosso fornecedor, com elevada percepção de valor por parte dos profissionais participantes. Para 2026, está planejado a continuidade e ampliação da Trilha para mais parceiros.

Seguimos participando do questionário do Carbon *Disclosure Project* (CDP), um dos principais referenciais globais de transparência e gestão de temas ambientais. Em relação ao ciclo anterior, avançamos o desempenho e alcançamos a nota A- em mudanças climáticas, refletindo o fortalecimento da governança climática e a consolidação da estratégia de descarbonização. Com esse resultado, passamos a integrar o nível de Liderança do CDP.

Nos temas florestas e água, obtivemos, respectivamente, as notas B- e B, evidenciando nosso compromisso com o manejo florestal responsável, a preservação da biodiversidade e a gestão eficiente dos recursos hídricos.

Os resultados demonstram a nossa evolução contínua na integração da agenda ambiental à estratégia de negócios, em conformidade com padrões internacionais de referência e com os interesses das nossas partes interessadas.

Pela terceira vez consecutiva, integramos o Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 (ISE B3), que reúne as empresas mais bem avaliadas em práticas de governança e sustentabilidade.

A estratégia de sustentabilidade da Companhia é suportada pela sua [Política de Sustentabilidade](#) e por um [sistema de gestão certificado](#) pelas normas ISO 9001, ISO 14064 e ISO 14001, esta última especificamente assegurando o segmento Embalagens Sustentáveis (Papelão Ondulado). Combinando adequadas práticas de manejo e processos operacionais cada vez mais eficientes, a Irani vem se consolidando como uma empresa com balanço de carbono positivo para o clima ano após ano. Isso significa que a Companhia remove da atmosfera mais carbono do que emite, caracterizando-a como empresa de baixo carbono.

A Companhia dispõe, ainda, de dois projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo aprovados pelas Organizações das Nações Unidas (ONU) e diversas práticas de incentivo à economia circular por meio de parcerias. Fazendo uso de alternativas e tecnologias capazes de reintroduzir os resíduos dos processos produtivos em novas cadeias de valor, fomenta o empreendedorismo, a geração de emprego e renda nas comunidades no entorno, além de evitar o envio desses resíduos para aterro, conferindo relevante contribuição ambiental. As práticas estão disponíveis para consulta em: <http://www.irani.com.br/praticas-sustentaveis/gestao-ambiental/>.

13.1 Gestão do Desempenho Ambiental

Todas as unidades de negócio da Irani possuem licenças expedidas pelos órgãos competentes e renovadas sistematicamente antes do término de sua validade de forma a manter as operações da Companhia em plena atividade. As condicionantes aplicáveis são devidamente implementadas e as evidências são protocoladas junto aos órgãos ambientais de acordo com a periodicidade estipulada em cada licença.

Monitoramentos constantes são realizados, assim como a implementação das ações necessárias, visando o atendimento à legislação ambiental vigente. A Política de Sustentabilidade confirma o intuito da manutenção do atendimento aos requisitos legais aplicáveis, a melhoria contínua dos processos e reforça compromissos voluntários assumidos pela Companhia.

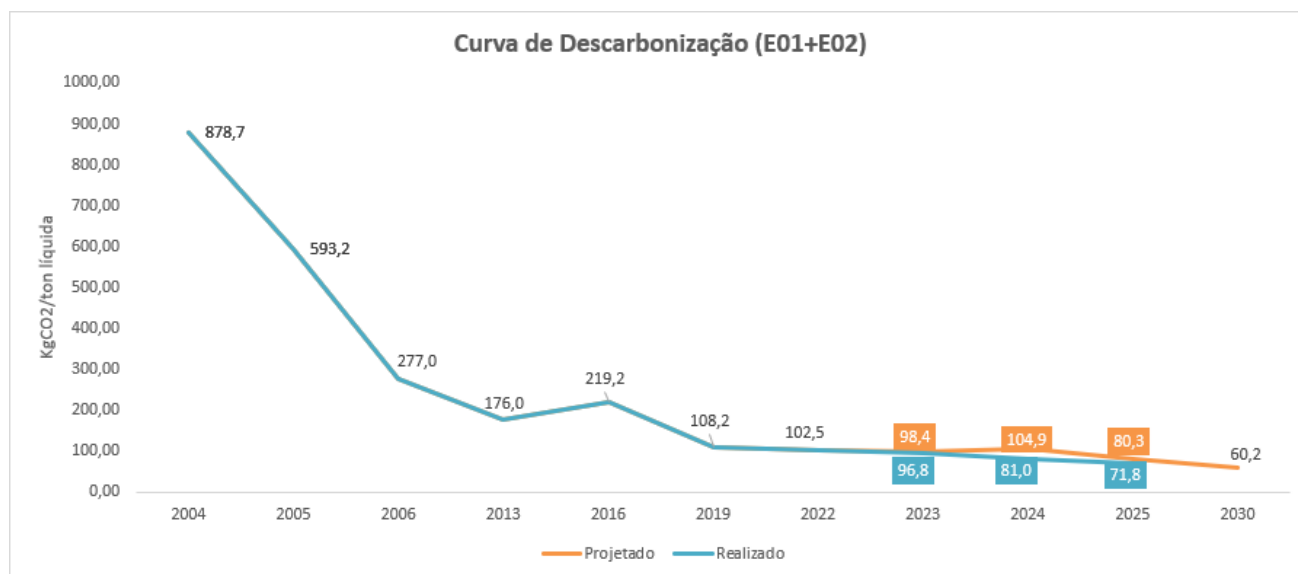
A efetividade do sistema de gestão ambiental se reflete nas certificações conquistadas:

- **Forest Stewardship Council® (FSC®):** instrumento voluntário e independente para assegurar que a matéria-prima utilizada pela Companhia seja manejada, extraída e beneficiada de uma maneira ecologicamente correta, socialmente justa e economicamente viável, o que possibilita a fabricação de produtos com selo específico FSC®. As florestas de Santa Catarina e Rio Grande do Sul possuem a certificação de manejo florestal (FSC®-C020437 / FSC®-C116791) e as unidades de papel e embalagem de papelão ondulado possuem a certificação FSC® de Cadeia de Custódia (FSC®-C009947).
- **ISO 14064:2022:** dispõe sobre as diretrizes técnicas com princípios e requisitos para desenvolver, relatar e gerenciar inventários de Gases de Efeito Estufa (GEE). A Irani foi a primeira empresa brasileira a certificar um inventário de acordo com esta norma, comprovando que a Companhia é uma empresa com balanço de carbono positivo para o clima, o que significa que as florestas têm potencial de absorção superior às emissões provenientes dos seus processos produtivos.

- **ISO 14001:2015:** especifica os requisitos para a implementação e a operação de um sistema de gestão ambiental. As unidades de embalagens já possuem esta certificação, corroborando o comprometimento com as questões ambientais e práticas focadas em sustentabilidade.
- **Certificação Lixo Zero:** as unidades industriais em SC e SP possuem a Certificação Lixo Zero, alcançando o índice de 96,9% e 96,0% respectivamente de resíduos desviados de aterro e nota A em boas práticas de gestão de resíduos.

A Companhia adota diversas práticas a fim de minimizar os impactos decorrentes de suas atividades e de gerar valor na comunidade onde atua. Nesse sentido, destacam-se dois Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL) aprovados pela ONU. Ambos os MDLs geram Reduções Certificadas de Emissões (CERs) comercializadas na forma de créditos de carbono em parceria com o Instituto Ekos Brasil no programa Compromisso com o Clima, com apoiadores e parceiros engajados na responsabilidade de buscar práticas que contribuem para a desaceleração das mudanças climáticas. Realizamos, em 2023, o processo de auditoria do período de créditos de 2018 a 2022 do projeto Irani Biomass Electricity Generation na ONU, dos quais estão validados e disponíveis para a comercialização os 2.384 CERs do período de 2018 a 2020, enquanto os 36.425 créditos estão condicionados à transição dos projetos para o novo mercado, atendendo o disposto no artigo 6.4 do Acordo de Paris, definido pela ONU. O projeto Irani Wastewater Methane Avoidance também possui créditos disponíveis para comercialização; referentes ao período de 2020 são 22.548 CERs, enquanto 124.420 CERs aguardam também a transição para o Acordo de Paris.

Desenvolvemos, em 2023, o nosso Plano Estratégico de Descarbonização. O objetivo principal deste plano de mitigação é apresentar de forma detalhada a evolução da Companhia no tema mudanças climáticas, apresentando resultados colhidos desde o primeiro inventário de gases de efeito estufa em 2004 até as projeções futuras de emissões. Por meio do plano, desenvolvemos a nossa curva de descarbonização e é possível demonstrar que as ações e os projetos desenvolvidos resultaram nos últimos 21 anos, de 2004 a 2025, em uma redução de 91,8% de kgCO₂e por tonelada líquida produzida. E encontramos oportunidades de reduzir ainda mais, mapeando projetos e calculando seu potencial de redução de gases de efeito estufa. Assim, pretendemos chegar em 2030 com um específico de emissão de 60,2 kgCO₂e por tonelada líquida produzida, o que representará uma redução de 16,1% quando comparado com 2025.



Nota: Os dados são relativos ao inventário de gases de efeito estufa da Companhia com base na metodologia GHG Protocol, considerando os escopos 01 e 02.

O resumo executivo do [Plano Estratégico de Descarbonização](https://irani.com.br/praticas-sustentaveis/) pode ser visualizado em nosso site pelo link: <https://irani.com.br/praticas-sustentaveis/>

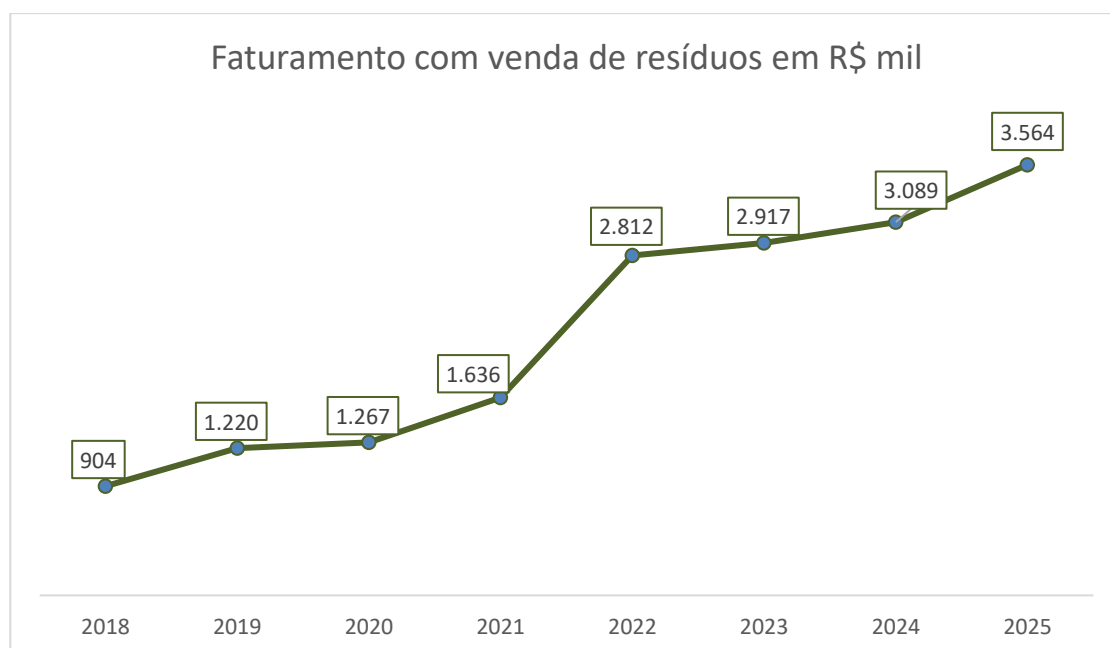
Do volume total de papel produzido pela Irani, 72,7% foram provenientes da reciclagem de aparas de papel, fomentando a economia circular. As fibras do papel podem ser recicladas inúmeras vezes. A taxa de reciclagem no Brasil é, hoje, uma das maiores do mundo, ficando em 87% (Fonte: Empapel).

A busca por alternativas de economia circular é constante e contribui não somente para o nosso negócio, como minimizar os impactos ambientais, mas no incentivo ao empreendedorismo e à arrecadação de tributos, à geração de emprego e renda nas comunidades no entorno. O carvão oriundo da queima de biomassa na caldeira de cogeração da Irani é direcionado para uma empresa parceira, que transforma esse resíduo em briquetes de carvão vegetal para churrasco e lareiras.

De forma pioneira e inovadora, a Irani também implantou o projeto para recuperação de plástico (resíduo proveniente da reciclagem de aparas de papelão), gerando um novo subproduto denominado aparas mistas de plástico. Esse subproduto é utilizado como matéria-prima para a indústria do plástico para produção de mourões, telhas e chapas de plástico reciclado, criando uma cadeia produtiva com valor agregado e com o benefício ambiental, ao evitar a disposição de resíduos plásticos em aterro.

Em 2025, geramos uma receita de R\$ 3.564 mil com venda de resíduos provenientes da Unidade Papel SC. Essa foi a maior receita registrada desde que iniciamos a prática, resultado potencializado pela valorização dos resíduos comercializados, como o carbonato de cálcio, a lixivia de sabão, as cinzas grossas de caldeira e as sucatas metálicas. Atualmente, contamos com 18 empresas parceiras

que atuam com suas atividades vinculadas aos nossos resíduos, fomentando e fortalecendo a economia circular e contribuindo para o alcance do compromisso ESG de zerar a destinação de resíduos não perigosos para aterro até 2030. Visando sempre agregar valor aos resíduos, buscamos alternativas e tecnologias para eliminar o envio de resíduos para aterros, avaliando e monitorando rigorosamente todos nossos indicadores ligados ao tema, dentre eles o compromisso ESG de zerar o envio de resíduos não perigosos para aterro, até o ano de 2030, que no ciclo 2025 apresentou uma redução de 3.030 toneladas frente ao ciclo 2024, refletindo todo engajamento na busca cada vez maior por soluções sustentáveis, tanto na gestão quanto na destinação dos resíduos.



Chancelando nossas boas práticas de gestão de resíduos, em 2025 novamente obtivemos a Certificação Lixo Zero para as unidades Papel e Embalagem SC. A certificação é concedida pelo Instituto Lixo Zero Brasil, organização que representa a *Zero Waste International Alliance* (ZWIA) no Brasil, e avalia aspectos como logística reversa, reciclagem, redução, reuso de resíduos, entre outros. Alcançamos o índice de 96,9% de resíduos desviados de aterro e nota A em termos de boas práticas. A Unidade Embalagem SP em 2025 também recebeu a recertificação Lixo Zero, na qual obteve como resultado uma nota “conceito A” para boas práticas de Gestão de Resíduos Sólidos, com percentual de 96,0% de resíduos não enviados ao aterro e destinados de modo a fomentar e fortalecer a economia circular.

Outras iniciativas de economia circular estão disponíveis em: <http://www.irani.com.br/praticas-sustentaveis/gestao-ambiental/>.

14. INDICADORES DE DESEMPENHO SOCIAL

14.1 Desenvolvimento de Pessoas

Na Irani, acreditamos que são as pessoas que sustentam nossa trajetória e tornam possível a construção do futuro que buscamos. Nosso olhar para o capital humano parte do cuidado, do respeito e da valorização das potencialidades individuais, traduzidos em práticas de gestão participativa e em investimentos contínuos no desenvolvimento.

Em 2025, a Companhia encerrou com 2.095 colaboradores e segue focada em elevar a excelência por meio de gestão participativa e de investimentos contínuos em programas, ações e benefícios. Essa agenda fortalece um ambiente de trabalho seguro, saudável e colaborativo, com condições reais para o desenvolvimento pessoal e profissional.

Esse compromisso é sustentado pelo valor “Em primeiro lugar, a vida”, que orienta nossas decisões e reforça a responsabilidade de criar condições concretas para o cuidado, a segurança e o desenvolvimento das pessoas.

Em 2025, foram destinados R\$ 57.084 mil a benefícios como alimentação, transporte, seguro de vida e plano de saúde, além de R\$ 10.673 mil ao Programa de Participação nos Resultados (PPR) e R\$ 9.985 mil ao programa SUPERA. Também foram investidos R\$ 2.986 mil em capacitação e aprimoramento, sendo R\$ 2.709 mil em ações nas escolas e R\$ 278 mil em incentivos à educação formal, por meio de subsídio educacional.

Pessoas no centro da estratégia

As pessoas são os propulsores para cumprir a missão e os catalisadores para atingir a visão. Por isso, formar equipes de alta performance e fazer com que as pessoas desenvolvam o máximo de seu potencial pessoal e profissional são parte da estratégia. Este estímulo ao desenvolvimento é oferecido aos colaboradores por meio de cinco programas estruturantes: GERA, CRESCE, CUIDA, MOTIVA e SUPERA.

O Programa GERA é uma iniciativa estratégica na integração de todo o ciclo profissional dos colaboradores. Seu propósito é fortalecer o alinhamento cultural, impulsionar o protagonismo das pessoas e garantir experiências significativas em cada etapa da jornada.

As iniciativas abrangem desde a atração e seleção de talentos com processos consistentes e baseados em competências, até programas de estágio e aprendizagem para fortalecer o banco de talentos e contribuir na renovação e diversidade de perspectivas na empresa.

Em 2025, mantivemos o uso do panorama de seleção para posições de liderança, com decisões consistentes e equitativas baseadas em critérios técnicos e comportamentais. Ao longo do ano, avançamos na consolidação dos indicadores de atração e retenção em uma plataforma de *people analytics*, ampliando nossas análises e promovendo uma gestão orientada a dados. O painel reúne métricas estratégicas relacionadas ao quadro funcional, como diversidade, rotatividade, custos de remuneração, jornada de trabalho, recrutamento e outros indicadores de gestão de pessoas, oferecendo uma visão integrada e precisa do nosso capital humano.

Diversidade, Equidade e Inclusão

O Gera Diversidade é a frente de atuação do Programa GERA dedicada à promoção da diversidade, da inclusão e do pertencimento. Alinhado ao Planejamento Estratégico 2025-2034 e ao valor corporativo “Diversidade e Inclusão: respeitamos e acolhemos cada pessoa, valorizando a força das nossas diferenças”, o programa reforça o nosso compromisso com um ambiente cada vez mais plural, equitativo e acolhedor.

Em 2025, expandimos o programa +Delas na Operação para novas áreas e unidades, triplicando as oportunidades, com o objetivo de nos aproximar da equidade de gênero, promovendo a profissionalização de mulheres em funções industriais tradicionalmente masculinas.

Fortalecemos os bancos de talentos específicos para pessoas LGBTI+ e PcD e criamos o Banco de Talentos para pessoas pretas e pardas. Essas iniciativas ampliam a representatividade e permitem oportunidades equitativas nos processos seletivos, com um aproveitamento de 6% dos candidatos inscritos.

Em seu 3º ciclo, o programa Eu Valorizo a Diversidade estimulou o engajamento dos colaboradores na indicação de pessoas diversas, com 204 indicações e aproveitamento de 5%, o que reconhece e valoriza a contribuição dos colaboradores.

O 5º Encontro com a Diversidade, Inclusão e Pertencimento consolidou-se como um marco ao impactar 42% dos colaboradores. O evento registrou um salto de 68% na participação em relação ao ano anterior, com o envolvimento de 60% das lideranças. Ao todo, foram 142 horas de atividades, com destaque para os debates sobre neurodiversidade e o fortalecimento do senso de pertencimento.

A acessibilidade é uma prioridade permanente. Em 2025, avançamos na ampliação e adequação de banheiros acessíveis, alinhados ao nosso plano de melhorias de infraestrutura, o que reafirma nosso compromisso com ambientes funcionais e inclusivos para todos.

O 2º ciclo da Mentoria Feminina foi concluído, com 40 colaboradoras participantes desde 2022 e 118 multiplicadores. O impacto é expressivo: 30% das participantes evoluíram em suas trajetórias de carreira e conquistaram posições de liderança, o que demonstra o potencial transformador da mentoria e o fortalecimento da presença feminina na Irani.

Reafirmamos nossos compromissos com a equidade e inclusão, mantendo nossa atuação como signatários da ONU Mulheres e do Fórum de Empresas e Direitos LGBTI+.

Demos um passo importante nessa jornada com a criação da Política de Diversidade, diretriz que consolida o respeito, a equidade e a valorização das diferenças em nossa cultura. Esses avanços confirmam que a inclusão e o pertencimento são prioridades estratégicas para a Irani.

Em atendimento ao disposto no § 6º do artigo 133 da Lei nº 6.404/76, com redação dada pela Lei nº 15.177/2025, a Companhia apresenta, a seguir, os indicadores relacionados à equidade de gênero apurados para os exercícios de 2025 e 2024.

Embora não tenha instituído uma política formal específica voltada exclusivamente à equidade de gênero, a Companhia adota diretrizes relevantes por meio de sua [Política de Inclusão e Diversidade](#), a qual estabelece princípios de respeito à pluralidade, igualdade de oportunidades e não discriminação em seus processos de gestão de pessoas.

A Irani possui diversas iniciativas voltadas a inclusão e promoção da diversidade, com ações pautadas no respeito à igualdade de oportunidades, a despeito de gênero, idade, etnia, religião, nacionalidade, estado civil, orientação sexual ou deficiências de qualquer natureza. Nossa intenção estratégica reforça o compromisso de respeitar e acolher cada indivíduo. As principais iniciativas e programa são apresentadas anteriormente nesse Capítulo do Relatório.

Adicionalmente, a Companhia participa do ciclo de entrega do Relatório de Transparência e Igualdade Salarial de Mulheres e Homens, nos termos da legislação vigente, reafirmando seu compromisso com a transparência remuneratória e com a construção de um ambiente corporativo mais equitativo.

Nesse sentido, são divulgados:

- A quantidade e a proporção de mulheres contratadas, segmentadas por níveis hierárquicos;
- A participação de mulheres na administração da Companhia;
- O demonstrativo da remuneração fixa e variável, segregado por sexo, relativo a cargos similares;
- A evolução comparativa desses indicadores entre os exercícios sociais de 2025 e 2024.

Mulheres empregadas por níveis hierárquicos	2025		2024	
	Total	Proporção (%)	Total	Proporção (%)
Analista Júnior	41	68,3%	37	64,9%
Analista Pleno	32	54,2%	34	53,1%
Analista Sênior	17	47,2%	13	48,1%
Aprendiz	30	75,0%	66	66,0%
Assistente	66	72,5%	66	64,7%
Comercial	5	20,8%	4	18,2%
Conselheiro	1	20,0%	1	20,0%
Coordenador e Especialista	20	27,4%	22	28,9%
Diretor Estatutário	-	-	-	-
Gerente	4	14,3%	4	14,3%
Operacional	300	24,0%	318	22,1%
Outros Administrativos	45	46,4%	42	45,7%
Presidente do Conselho	-	-	-	-
Supervisor e Líder	13	18,6%	15	19,0%
Técnico	40	15,3%	39	15,4%
Total	614	29,2%	661	28,1%

Não houve mulheres ocupando a Presidência do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária nos períodos apresentados.

Para a apresentação das informações de remuneração a seguir, considerou-se a média da soma do salário-base e das remunerações variáveis (que incluem participação nos resultados e demais programas de incentivos adotados pela Companhia, vinculados a critérios de desempenho e ao atingimento de metas individuais e/ou coletivas) pagos por categoria funcional. Foram considerados colaboradores regidos pela CLT (ativos e afastados), aprendizes e administradores estatutários (Conselho de Administração e Diretoria).

O quadro apresentado a seguir tem como base a remuneração de colaboradores do sexo masculino, considerada como em 100% em todas as categorias. Dessa forma, as proporções numéricas exibidas na tabela representam exclusivamente a remuneração total feminina em relação a essa base masculina, sendo 1 = 100%.

Homens e mulheres exercendo a mesma função na Companhia recebem o mesmo salário, conforme previsto na Legislação Trabalhista. Observa-se, na maioria dos níveis, uma diferença salarial média inferior para colaboradores do sexo feminino em comparação ao masculino. Esse resultado decorre da predominância masculina nos quadros da organização, cujos profissionais, em geral, possuem maior grau de senioridade, tempo na função e na empresa, critérios diferenciadores previstos no art. 461, §1º, da CLT. Além disso, as razões calculadas agregam diferentes áreas e cargos, os quais foram agrupados nos níveis apresentados da tabela.

Proporção da remuneração média mulheres / homens por nível hierárquico	2025	2024	Evolução
	Proporção	Proporção	
Analista Júnior	0,94	0,93	0,01
Analista Pleno	0,94	0,93	0,01
Analista Sênior	0,99	0,95	0,03
Aprendiz	1,04	0,90	0,14
Assistente	0,75	0,85	(0,11)
Comercial	0,68	0,74	(0,06)
Conselheiro	1,35	1,28	0,06
Coordenador e Especialista	0,96	0,92	0,04
Diretor Estatutário	-	-	-
Gerente	1,01	1,01	0,01
Operacional	0,73	0,72	0,01
Outros Administrativos	0,92	0,92	0,00
Presidente do Conselho	-	-	-
Supervisor e Líder	1,08	1,11	(0,03)
Técnico	0,88	0,88	0,00

Não houve mulheres ocupando a Presidência do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária nos períodos apresentados.

Cultura de desenvolvimento contínuo

O Programa CRESCE oferece capacitação e desenvolvimento aos nossos colaboradores, alinhado às estratégias da companhia e ao estímulo à cultura de aprendizado. Por meio de espaços e soluções contínuas de qualificação, incentivamos o compartilhamento de conhecimento e a autonomia de cada profissional em sua jornada de crescimento.

Em 2025, revisamos as competências organizacionais de cada grupo funcional, com o objetivo de fortalecer a cultura e a mentalidade de crescimento da organização. Esse movimento resultou na consolidação das seguintes competências:

- Visão Estratégica e Sistêmica
- Liderança Mobilizadora
- Aprendizagem Ativa e Ágil
- Escuta Ativa e Autenticidade
- Foco em Resultados e Crescimento
- Foco Do Cliente
- Tomada de Decisão orientada por Fatos e Dados

Para assegurar a disseminação e compreensão das novas competências, capacitamos facilitadores internos, que conduziram turmas em todas as unidades. Esses colaboradores aplicaram o Jogo das Competências, num recurso físico e digital desenvolvido especialmente para esse propósito. O jogo

estimula o engajamento, a aprendizagem ativa e o fortalecimento das competências organizacionais por meio de situações práticas e dinâmicas. O Jogo das Competências alcançou uma adesão de 100% dos colaboradores e registrou um NPS de 95 (classificado como zona de excelência), o que comprova a eficácia da estratégia de gamificação.

Mais do que uma iniciativa pontual, o fortalecimento das competências integra um modelo contínuo de desenvolvimento organizacional.

A Educação Corporativa Irani é a nossa forma de aprimorar a aquisição de conhecimento e torná-lo acessível, disponível e de fácil compreensão. Segmentada em três escolas (Lidera, Itec e DNA) e seus respectivos focos estratégicos, a Educação Corporativa Irani aprofunda as temáticas vividas na Companhia por meio de diferentes metodologias de ensino.

Em primeiro lugar, a vida

O Programa CUIDA foi estruturado para propiciar mudanças comportamentais e melhorar as condições físicas do ambiente de trabalho. É constituído por um conjunto de procedimentos práticos e aplicáveis dentro de um modelo de gestão integrada de saúde e segurança, que visa a redução de acidentes, o aumento de percentual de atendimento à legislação e o maior acultramento dos colaboradores quanto aos temas de saúde e segurança.

Fortalecimento do clima e da cultura organizacional

Programa MOTIVA, a Companhia fortalece o clima organizacional com práticas consistentes de gestão de pessoas. A atuação e o engajamento das lideranças, dos colaboradores e dos grupos de apoio ao clima, como Protagonistas do Clima impulsionam relações de confiança e nos consolidam como uma das melhores empresas para se trabalhar. Temos orgulho de colocar as pessoas no centro da nossa estratégia. Por isso, seguimos evoluindo com planos de ação efetivos, que garantem a melhoria contínua e o fortalecimento do nosso ambiente de trabalho.

Historicamente, a principal ferramenta desta iniciativa é a Pesquisa de Clima Great Place To Work (GPTW). Em 2025, focamos na maturidade do Programa ao fortalecer os Planos de Ação decorrentes da pesquisa de 2024. Qualificamos rituais, iniciativas e comportamentos que influenciam diretamente as percepções do colaborador, o que gerou maior proximidade entre lideranças, vínculos intensificados e aumento do senso de pertencimento. Essa estratégia traz continuidade, consistência e sustentação na evolução do clima organizacional, preservando a intencionalidade do Programa, mesmo em um período sem pesquisa formal. Um novo ciclo de pesquisa GPTW está previsto para 2026.

Performance com protagonismo

O SUPERA Competências é um programa de avaliação que tem como objetivo estimular o desenvolvimento pessoal e profissional dos colaboradores, oportunizar autoconhecimento, fortalecer a cultura de feedback, estimular alto desempenho, identificar talentos e reconhecer desempenhos diferenciados. Com mais de dez anos de existência, o programa Supera passa constantemente por importantes evoluções, acompanhando a maturidade da empresa. Estimulamos o protagonismo dos nossos colaboradores para que o desenvolvimento de seu aprendizado se concretize.

Em 2025, revisamos o processo de avaliação de competências norteados pelo Planejamento Estratégico, ciclo 2025-2034, e adotamos o conceito de Gestão de Performance. Qualificamos a forma de avaliar com uma escala evolutiva que considera a consistência da competência nos níveis: aprende – aplica – sustenta – supera.

14.2 Sociedade

Os investimentos sociais da Irani buscam atender ao objetivo estratégico de promover o desenvolvimento das comunidades do entorno, no intuito de compartilhar valor e gerar prosperidade para todos os públicos impactados pelos negócios da Companhia.

Além das ações de voluntariado providas de forma corporativa, contamos com grupos de voluntariado atuantes em todas as unidades de negócio, fomentando oportunidades de aprimoramento de competências e desenvolvimento comunitário. Em 2025, 26% do quadro funcional esteve envolvido em atividades de voluntariado.

Aportes de recursos próprios e via leis de incentivo foram realizados ao longo de 2025. Foram direcionados mais de R\$ 1.871 mil para a realização de projetos aprovados em leis federais de incentivo fiscal (Cultura, Esporte, Pronon e Pronas) no entorno das unidades da Irani, além de aportes para nove Fundos da Infância e Adolescência e seis Fundos do Idoso.

No âmbito do investimento social privado, também buscamos estabelecer parcerias sólidas para o desenvolvimento de projetos nas áreas de cidadania, educação socioambiental, cultura, esporte e inclusão social. Em 2025, investimos cerca de R\$ 186 mil.

As iniciativas apoiadas pela Companhia estão detalhadas no documento “[Projetos Sociais – Irani](#)”.

Nossas doações institucionais somaram R\$ 548 mil, contribuindo com diversas iniciativas das comunidades no entorno nas áreas de saúde, cultura e lazer, atividades assistenciais e cidadania.

15. GOVERNANÇA

A Empresa está listada no segmento especial Novo Mercado da B3, o mais alto padrão de governança corporativa no País. Todas as ações da Empresa são negociadas na B3 (RANI3) e possuem direito a voto e *tag along* de 100%. A estrutura organizacional inclui um Conselho de Administração com seis membros, sendo três independentes, uma Diretoria Executiva Estatutária com cinco membros e um Conselho Fiscal com três membros. A gestão é respaldada por comitês e núcleos, sendo três comitês de apoio ao Conselho de Administração: Comitê de Auditoria, Comitê de Estratégia e ESG, e Comitê de Pessoas.

Além disso, três comitês apoiam a Diretoria Estatutária: Comitê de Ética, Comitê de Investimentos e Comitê de Estratégia Digital e cinco núcleos especializados: Núcleo de Sustentabilidade (ESG), Núcleo de Pessoas e Diversidade, Núcleo de Inovação, Núcleo de Clientes e Núcleo de Processos.

Em [3 de dezembro de 2025](#), como parte do processo de sucessão conduzido pelo Conselho de Administração, foi aprovada a eleição de Odivan Carlos Cargnin para a posição de Diretor-Presidente, com início em 1º de janeiro de 2026, assegurando continuidade à estratégia de desenvolvimento e crescimento da Companhia. O executivo soma 30 anos de Irani, sendo 21 anos como diretor estatutário, com participação ativa nos principais movimentos estratégicos da Companhia.

Também como parte do processo, em [13 de janeiro de 2026](#), o Conselho de Administração aprovou a eleição de André Camargo de Carvalho para o cargo de Diretor de Administração, Finanças e Relações com Investidores (CFO), com mandato até o término do mandato em curso. O executivo atuava há cinco anos na Irani como Gerente de Relações com Investidores.

16. SERVIÇOS DE AUDITORIA

A PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES LTDA (PWC), presta serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras anuais e intermediárias da Companhia desde fevereiro de 2023 compreendendo, exame do balanço patrimonial da Irani Papel e Embalagem S.A. e as correspondentes demonstrações do resultado, do resultado abrangente das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, incluindo as respectivas notas explicativas, preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como o balanço patrimonial consolidado de Irani Papel e Embalagem S.A. e empresas controladas, as demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, dos fluxos de caixa e do valor adicionado do exercício, incluindo as respectivas notas explicativas, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro - IFRS emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e de acordo

com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A PWC emite relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras em português e inglês.

O contrato atual vigente datado de abril de 2025 tem duração de 3 anos para os serviços de auditoria independente listados acima, e tem previsão de contratação por escrito, em separado, de serviços eventualmente necessários.

Conforme previsão estatutária, a aprovação de contratação de serviços de auditores independentes é de responsabilidade do Conselho de Administração da Companhia, após aprovação prévia do Comitê de Auditoria, sendo observada a inexistência de conflito de interesses a fim de preservar a independência do auditor.

Em conformidade com a Resolução CVM nº 162/22, informamos que, durante o exercício de 2025, a PWC Auditores Independentes prestou serviço de auditoria das demonstrações financeiras no montante de R\$ 728 mil.

Também prestou serviços adicionais de revisão de cálculo de créditos de IPI sobre fretes "CIF", seguro e demais despesas acessórias das operações de vendas, no montante de R\$ 42 mil, e de avaliação do ISSB e seus impactos no montante de R\$ 25 mil.

17. WEBINAR DE RESULTADOS

Em português, com tradução simultânea para inglês e libras, disponível no aplicativo para computador ou celular.

Data e Horário: segunda-feira, 23 de fevereiro de 2026 às 12h00 (Brasília).

Inscreva-se: [Link de inscrição](#)

Perspectivas

No contexto internacional, 2026 deve permanecer marcado por incertezas e ajustes relevantes nas principais economias, com efeitos potenciais sobre inflação, juros e comércio global. O Fundo Monetário Internacional projeta que o crescimento global permaneça resiliente em 3,3% em 2026, ainda que em um ambiente sujeito a mudanças de política econômica e comercial e reprecificação de riscos.

Já no âmbito local, o Brasil tende a atravessar um ano de condições financeiras ainda restritivas, com atenção do mercado à trajetória fiscal e seus impactos na confiança e na curva de juros. Pelo Relatório Focus, a mediana do mercado aponta IPCA de 4,05% em 2026 e Selic de 12,25% ao final de 2026, o que reforça um cenário de custo de capital ainda elevado. Soma-se a isso o fato de 2026 ser um ano

eleitoral, com o primeiro turno das Eleições Gerais previsto para 4 de outubro de 2026, o que tradicionalmente aumenta a volatilidade e pode influenciar expectativas e decisões econômicas ao longo do ano. Outro destaque é a Reforma Tributária, cujo processo de implementação e adaptação operacional se intensifica a partir de 2026, com o início da fase de transição do novo modelo (IBS e CBS), exigindo evolução de processos e sistemas ao longo do período.

Dessa forma, o cenário para 2026 se mantém desafiador, exigindo cautela e disciplina nas decisões de investimento, à medida que se observa a evolução das condições econômicas, financeiras e institucionais. O setor de embalagens sustentáveis tende a permanecer resiliente, dada sua correlação com cadeias de consumo essenciais, e a Irani segue preparada para atravessar esse ambiente, com robusta liquidez, baixa alavancagem e perfil de dívida adequado, preservando flexibilidade para sustentar a execução da sua estratégia.

Agradecimentos

Agradecemos a cada um dos nossos colaboradores pelo empenho ao longo deste exercício, aos nossos acionistas e credores pela confiança, e a todos os nossos stakeholders, clientes, fornecedores e comunidades do entorno, pela parceria e apoio, essenciais ao crescimento e ao desenvolvimento da Irani em 2025.

Porto Alegre (RS), 23 de fevereiro de 2026.

A Diretoria.



Irani Papel e Embalagem S.A.

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2025
e relatório do auditor independente**



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Irani Papel e Embalagem S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Irani Papel e Embalagem S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

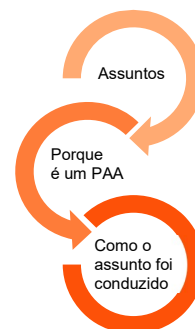
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Valor justo dos ativos biológicos (Nota 14)	
A Companhia possui, principalmente, o cultivo e plantio florestas de pinus, denominadas ativos biológicos, para abastecimento de matéria-prima na produção de celulose utilizada no processo de produção de papel para embalagens, produção de resinas e vendas de toras de madeira para terceiros. Os ativos biológicos são mensurados ao valor justo menos as despesas para colocar o ativo em condição de uso ou venda, aplicando-se a metodologia de abordagem de renda (income approach). Esse método faz uso de dados e premissas que envolvem julgamento significativo por parte da Administração e que incluem: índice de crescimento das diferentes florestas, preço da madeira em pé em diferentes regiões, preço da resina, taxas de desconto dos fluxos de caixa, plano de colheita das florestas e volume decorrente produtividade da madeira. Essa área foi considerada por nós como uma área de foco em nossa auditoria em virtude da relevância do saldo dos ativos biológicos, do julgamento significativo da Administração em relação às premissas antes mencionadas, com impacto relevante na determinação do valor justo e, por consequência, no resultado do exercício.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros e com o apoio de nossos especialistas em valorização de ativos biológicos, a atualização do entendimento da metodologia de avaliação, premissas e dados utilizados no respectivo cálculo. Assim, revisamos o modelo do fluxo de caixa descontado, bem como sua coerência geral lógica e aritmética. Para as principais premissas e dados considerados significativos no âmbito da auditoria, avaliamos o comportamento histórico vis a vis as projeções efetuadas, bem como discutimos a razoabilidade das premissas e dados utilizados com a administração. Confrontamos, em base de testes, os dados utilizados com documentos comprobatórios. Avaliamos, também, a competência, objetividade e capacidade de especialistas externos contratados pela administração para apoio na mensuração do valor justo. Comparamos as informações divulgadas nas notas explicativas com a avaliação e cálculos elaborados pela administração, bem como com os requisitos de divulgação estabelecidos pela norma contábil. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para determinação do valor justo dos ativos biológicos, bem como as divulgações em notas explicativas, são consistentes com as evidências que obtivemos.

Outros assuntos - Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*), foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações

financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.

Irani Papel e Embalagem S.A.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 20 de fevereiro de 2026



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-6

Rafael Biedermann Mariante
Contador CRC 1SP243373/O-0

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

SUMÁRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS (Em milhares de reais)	3
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO (Em milhares de reais)	4
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE (Em milhares de reais)	5
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhares de reais)	6
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Em milhares de reais)	7
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (Em milhares de reais)	8
1. CONTEXTO OPERACIONAL	9
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	11
3. PRÁTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS	12
4. CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	13
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	13
6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	14
7. ESTOQUES	17
8. TRIBUTOS A RECUPERAR E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR	17
9. OUTROS ATIVOS	19
10. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS – SWAP	20
11. ATIVOS NÃO CIRCULANTES MANTIDOS PARA VENDA E OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	21
12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS E CORRENTES	25
13. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E OUTROS INVESTIMENTOS	29
14. ATIVO BIOLÓGICO	31
15. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	35
16. ATIVO DE DIREITO DE USO E PASSIVO DE ARRENDAMENTO	42
17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	46
18. DEBÊNTURES	48
19. FORNECEDORES	52
20. PARTES RELACIONADAS	52
21. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIOS	54
22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	58
23. RESULTADO POR AÇÃO	62
24. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	63
25. CUSTOS, DESPESAS E OUTRAS RECEITAS POR NATUREZA	64
26. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	65
27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	65
28. SEGMENTOS OPERACIONAIS	73
29. SUBVENÇÃO GOVERNAMENTAL	78
30. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA	79
PARECER DO CONSELHO FISCAL	80
PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA	81
PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL	82
DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	83
DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES	84

BALANÇOS PATRIMONIAIS (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31.12.25	31.12.24	31.12.25	31.12.24
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	825.161	577.119	839.834	604.232
Contas a receber de clientes	6	283.310	281.422	286.247	281.757
Estoques	7	136.900	146.595	137.325	147.851
Tributos a recuperar	8.a	49.619	102.970	49.955	103.669
IRPJ e CSLL a recuperar	8.b	70.501	79.840	70.501	79.840
Outros ativos	9	10.436	11.759	10.637	12.004
Instrumentos financeiros derivativos - swap	10	2.264	656	2.264	656
Total do ativo circulante		1.378.191	1.200.361	1.396.763	1.230.009
NÃO CIRCULANTE					
Contas a receber de clientes	6	19	145	19	145
Tributos a recuperar	8.a	16.730	25.328	16.730	25.328
IRPJ e CSLL a recuperar	8.b	-	49.741	-	49.741
Depósitos judiciais		198	211	569	472
Outros ativos	9	6.691	6.103	6.718	6.130
Instrumentos financeiros derivativos - swap	10	9.732	4.593	9.732	4.593
Outros investimentos	13.b	-	-	7.327	6.334
Total do ativo realizável a longo prazo		33.370	86.121	41.095	92.743
Investimentos em controladas	13.a	399.151	207.056	-	-
Propriedade para investimento		1.459	1.459	1.459	1.459
Ativo biológico	14	298.742	328.227	641.706	486.259
Imobilizado	15.a	1.659.269	1.636.364	1.680.554	1.655.465
Intangível	15.b	135.903	135.417	135.903	135.417
Direito de uso de ativos	16	52.206	19.285	52.206	19.285
Total do ativo não circulante		2.580.100	2.413.929	2.552.923	2.390.628
TOTAL DO ATIVO		3.958.291	3.614.290	3.949.686	3.620.637

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31.12.25	31.12.24	31.12.25	31.12.24
CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	17	172.614	155.407	172.614	155.407
Debêntures	18	60.952	29.874	60.952	29.874
Passivo de arrendamento	16	5.519	9.978	5.519	9.978
Fornecedores	19	170.131	144.637	150.205	140.848
Obrigações sociais e previdenciárias		61.314	61.720	61.620	62.530
Obrigações tributárias		21.073	15.441	21.443	15.729
IRPJ e CSLL a pagar		-	-	634	436
Parcelamentos tributários		1.049	1.747	1.049	1.747
Adiantamento de clientes		2.051	4.312	2.053	4.340
Dividendos a pagar	22.b	11.190	46.550	11.190	46.550
Outras contas a pagar		16.205	25.640	16.366	25.794
Total do passivo circulante		522.098	495.306	503.645	493.233
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	17	787.967	715.299	787.967	715.299
Debêntures	18	888.178	785.534	888.178	785.534
Passivo de arrendamento	16	46.687	9.471	46.687	9.471
Obrigações sociais e previdenciárias		19.991	28.311	19.991	28.311
Outras contas a pagar		1.022	5.206	1.022	5.206
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	21	27.410	24.107	28.431	25.562
Parcelamentos tributários		1.524	543	1.524	543
Obrigações tributárias		282	256	282	256
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	211.198	183.719	220.025	190.684
Total do passivo não circulante		1.984.259	1.752.446	1.994.107	1.760.866
TOTAL DO PASSIVO		2.506.357	2.247.752	2.497.752	2.254.099
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	22.a	623.934	543.934	623.934	543.934
Ações em tesouraria	22.c	-	(49.169)	-	(49.169)
Reserva de capital		960	960	960	960
Reservas de lucros	22.e	717.121	751.945	717.121	751.945
Ajustes de avaliação patrimonial	22.f	109.919	118.868	109.919	118.868
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		1.451.934	1.366.538	1.451.934	1.366.538
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.958.291	3.614.290	3.949.686	3.620.637

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO (Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31.12.25	31.12.24	31.12.25	31.12.24
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	24	1.674.593	1.547.907	1.686.311	1.555.346
Variação do valor justo dos ativos biológicos	14 e 25	52.017	69.907	116.800	83.736
Custo dos produtos vendidos	25	(1.106.509)	(998.956)	(1.102.869)	(1.013.128)
LUCRO BRUTO		620.101	618.858	700.242	625.954
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS					
Com vendas	25	(125.743)	(130.536)	(127.554)	(132.397)
Reversão (Perdas) por <i>impairment</i> contas a receber		338	(250)	338	(250)
Gerais e administrativas	25	(115.048)	(116.347)	(117.545)	(119.312)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	25	11.281	(24.544)	11.911	(25.541)
Participação dos administradores	20	(19.586)	(19.523)	(19.586)	(19.523)
Resultado da equivalência patrimonial	13	76.377	2.608	-	-
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		447.720	330.266	447.806	328.931
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	26	(134.211)	(112.513)	(130.859)	(109.939)
Receitas financeiras		123.310	97.354	126.695	99.984
Despesas financeiras		(257.521)	(209.867)	(257.554)	(209.923)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS		313.509	217.753	316.947	218.992
Imposto de renda e contribuição social corrente	12	(32.067)	64.878	(33.643)	63.983
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	(27.479)	33.353	(29.341)	33.009
LUCRO LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS		253.963	315.984	253.963	315.984
Operações descontinuadas					
(PREJUÍZO) DAS OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	11	(11.913)	(11.465)	(11.913)	(11.465)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		242.050	304.519	242.050	304.519
Lucro atribuível a acionistas controladores					
Acionistas controladores		242.050	304.519	242.050	304.519
		242.050	304.519	242.050	304.519
LUCRO (PREJUÍZO) BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO ON - R\$					
De operações continuadas	23	1,0978	1,3263	1,0978	1,3263
De operações descontinuadas	23	(0,0515)	(0,0481)	(0,0515)	(0,0481)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.25	31.12.24	31.12.25	31.12.24
Lucro líquido do exercício	242.050	304.519	242.050	304.519
Outros resultados abrangentes				
Realização - custo atribuído	13.017	13.553	13.017	13.553
IR e CSLL sobre realização - custo atribuído	(4.424)	(4.609)	(4.424)	(4.609)
Reserva de lucros realizada - ativos biológicos	540	1.827	540	1.827
IR e CSLL reserva de lucros realizada - ativos biológicos	(184)	(552)	(184)	(552)
Total do resultado abrangente do exercício	250.999	314.738	250.999	314.738
Atribuível a acionistas controladores	250.999	314.738	250.999	314.738
Total do resultado abrangente do exercício	250.999	314.738	250.999	314.738
Total do resultado abrangente atribuível a acionistas controladores proveniente de:				
De operações continuadas	262.912	326.203	262.912	326.203
De operações descontinuadas	(11.913)	(11.465)	(11.913)	(11.465)
	250.999	314.738	250.999	314.738

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhares de reais)

Nota explicativa	Capital social			Reserva de capital	Reservas de lucros				Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Custos na emissão de ações	Ações em tesouraria	Pagamento baseado em ações	Legal	Estatutária de ativos biológicos	Retenção de lucros	Reserva de incentivos fiscais			
SALDO EM 01 DE DEZEMBRO DE 2024	566.895	(22.961)	(53.616)	960	56.886	1.275	597.463	4.990	127.812	-	1.279.704
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	304.519	304.519
Realização - custo atribuído	-	-	-	-	-	-	-	-	(8.944)	8.944	-
Reserva de lucros realizada - ativos biológicos	-	-	-	-	-	(1.275)	-	-	-	1.275	-
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	(1.275)	-	-	(8.944)	314.738	304.519
Ações em tesouraria	-	-	4.447	-	-	-	(53.616)	-	-	-	(49.169)
Destinações propostas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	15.226	-	-	-	-	(15.226)	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(74.878)	(74.878)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	(18.760)	-	-	(74.878)	(93.638)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-	-	149.756	-	-	(149.756)	-
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas	-	-	4.447	-	15.226	-	77.380	-	-	(314.738)	(217.685)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	566.895	(22.961)	(49.169)	960	72.112	-	674.843	4.990	118.868	-	1.366.538
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	242.050	242.050
Realização - custo atribuído	-	-	-	-	-	-	-	-	(8.949)	8.949	-
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	(8.949)	250.999	242.050
Aumento de capital	80.000	-	-	-	-	-	(80.000)	-	-	-	-
Ações em tesouraria	-	-	49.169	-	-	-	(71.221)	-	-	-	(22.052)
Destinações propostas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	12.103	-	-	-	-	(12.103)	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(59.724)	(59.724)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	(15.154)	-	-	(59.724)	(74.878)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-	-	119.448	-	-	(119.448)	-
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas	80.000	-	49.169	-	12.103	-	(46.927)	-	-	(250.999)	(156.654)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	646.895	(22.961)	-	960	84.215	-	627.916	4.990	109.919	-	1.451.934

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		31.12.25	31.12.24	31.12.25	31.12.24
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE OPERACIONAIS					
Caixa gerado nas operações					
Lucros antes do imposto de renda e contribuição social (LAIR) das operações continuadas e descontinuadas					
		301.596	206.288	305.034	207.527
Itens que não afetam o caixa:					
Variação do valor justo dos ativos biológicos	14.a	(52.017)	(69.907)	(116.800)	(83.736)
Depreciação, amortização e exaustão	14,15 e 16	181.310	168.953	204.753	195.234
Impairment de imobilizado		-	1.987	-	1.987
Impairment de propriedade para investimento		-	973	-	973
Resultado na venda de ativos		69	(1.819)	69	(1.819)
Equivalência patrimonial	13	(76.377)	(2.608)	-	-
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	21	5.571	3.722	5.859	4.973
Provisão/Reversão para impairment de contas a receber de clientes	6	(406)	210	(406)	210
Redução ao valor realizável líquido		-	596	-	596
Variações monetárias e encargos sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e swap		225.674	195.429	225.674	195.429
Juros sobre passivos de arrendamento		5.177	2.205	5.177	2.205
Juros sobre aplicações financeiras		(350)	(5.334)	(350)	(5.334)
Participação dos administradores	20	-	8.409	-	8.409
Crédito de PIS e COFINS sobre aquisições de aparas	8.a	(2.988)	(8.561)	(2.988)	(8.561)
Crédito de IPI sobre fretes "CIF" das operações de vendas, seguro e demais despesas acessórias	8.a	(27.300)	-	(27.300)	-
Fluxo de caixa das atividades operacionais antes das variações de ativos e passivos		559.959	500.543	598.722	518.093
Variações nos ativos e passivos					
Contas a receber		(1.356)	(18.193)	(3.958)	(17.530)
Estoques		9.695	(26.319)	10.526	(26.922)
Impostos a recuperar		151.317	24.211	151.680	23.805
Outros ativos		748	(2.482)	682	(2.341)
Dividendos recebidos		25.466	-	-	-
Fornecedores		19.435	11.997	2.113	15.346
Obrigações sociais e previdenciárias		(8.726)	3.776	(9.230)	3.929
Adiantamentos de clientes		(2.261)	1.779	(2.287)	1.776
Obrigações tributárias		(2.094)	69.520	(966)	70.431
Outras contas a pagar		(16.053)	(3.977)	(16.768)	(4.084)
Variações nos ativos e passivos		176.171	60.312	131.792	64.410
Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e swap		(194.810)	(150.869)	(194.810)	(150.869)
Pagamento de juros sobre passivos de arrendamento		(5.177)	(2.205)	(5.177)	(2.205)
Impostos pagos (IR e CSLL)		(24.032)	(32.337)	(26.456)	(33.841)
Caixa líquido obtido das atividades operacionais		512.111	375.444	504.071	395.588
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aplicações financeiras		(38.063)	(207.671)	(38.063)	(207.671)
Resgate de aplicações financeiras		38.413	329.834	38.413	329.834
Aquisição de imobilizado		(170.022)	(195.259)	(169.988)	(196.101)
Aquisição de ativo biológico		(72.101)	(24.902)	(74.369)	(27.215)
Aquisição de intangível		(9.560)	(6.148)	(9.560)	(6.148)
Recebimento na venda de ativos		1.636	2.280	1.636	2.280
Adiantamento futuro aumento de capital	13	-	(13.000)	-	-
Dividendos recebidos		-	25.828	-	-
Encerramento de atividades na controlada	13	1.173	-	-	-
Outros investimentos		-	-	(993)	(2.150)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(248.524)	(89.038)	(252.924)	(107.171)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Pagamento de dividendos		(169.796)	(126.043)	(169.796)	(126.043)
Passivos de arrendamento pagos		(9.683)	(10.765)	(9.683)	(10.765)
Empréstimos, financiamentos e debêntures captados		286.107	29.154	286.107	29.154
Empréstimos, financiamentos e debêntures pagos		(100.121)	(11.514)	(100.121)	(11.514)
Recompra de ações		(22.052)	(49.169)	(22.052)	(49.169)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(15.545)	(168.337)	(15.545)	(168.337)
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO EXERCÍCIO		248.042	118.069	235.602	120.080
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	5	577.119	459.050	604.232	484.152
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO	5	825.161	577.119	839.834	604.232

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.25	31.12.24	31.12.25	31.12.24
1. RECEITAS	2.419.368	2.232.440	2.433.139	2.241.633
1.1) Vendas de produtos	2.208.968	2.076.601	2.221.476	2.084.568
1.2) Outras receitas	63.356	21.545	64.123	21.601
1.3) Provisão (Reversão) para devedores duvidosos - constituição	406	(210)	406	(210)
1.4) Receitas relativas à construção de ativos próprios	146.638	134.504	147.134	135.674
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	1.366.818	1.221.480	1.332.187	1.200.596
2.1) Custo dos produtos vendidos	847.219	720.089	808.471	691.768
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	519.599	501.391	523.716	508.828
3. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	1.052.550	1.010.960	1.100.952	1.041.037
4. DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	181.310	168.953	204.753	195.234
5. VARIAÇÃO DO VALOR JUSTO DOS ATIVOS BIOLÓGICOS	(52.017)	(69.907)	(116.800)	(83.736)
6. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4-5)	923.257	911.914	1.012.999	929.539
7. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	203.251	106.019	130.259	106.041
7.1) Resultado de equivalência patrimonial	76.377	2.608	-	-
7.2) Receitas financeiras	126.874	103.411	130.259	106.041
8. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (6+7)	1.126.508	1.017.933	1.143.258	1.035.580
9. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	1.126.508	1.017.933	1.143.258	1.035.580
9.1) Pessoal	270.959	263.524	280.993	276.767
9.1.1 - Remuneração direta	199.910	194.474	206.078	202.132
9.1.2 - Benefícios	59.570	58.042	63.185	63.235
9.1.3 - F.G.T.S.	11.479	11.008	11.730	11.400
9.2) Impostos, taxas e contribuições	314.667	196.628	321.136	200.976
9.2.1 - Federais	209.205	102.351	215.437	106.548
9.2.2 - Estaduais	103.295	92.030	103.335	92.031
9.2.3 - Municipais	2.167	2.247	2.364	2.397
9.3) Remuneração de capital de terceiros	270.297	223.520	270.544	223.576
9.3.1 - Juros	264.017	216.392	264.050	216.448
9.3.2 - Aluguéis	6.280	7.128	6.494	7.128
9.4) Remuneração de capitais próprios	250.999	314.738	250.999	314.738
9.4.1 - Dividendos	59.723	74.878	59.723	74.878
9.4.2 - Lucros dos exercícios retidos	191.276	239.860	191.276	239.860
9.5) Outros	19.586	19.523	19.586	19.523
9.5.1 - Participação dos administradores	19.586	19.523	19.586	19.523

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Irani Papel e Embalagem S.A. – CNPJ 92.791.243/0001-03**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificamente indicado).**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A [Irani Papel e Embalagem S.A.](#) (“Companhia”), é uma companhia aberta domiciliada no Brasil, listada na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, segmento Novo Mercado, e com sede na Avenida Carlos Gomes, nº 400, salas 502/503, Edifício João Benjamin Zaffari, Bairro Boa Vista, município de Porto Alegre (RS). A Companhia e suas controladas têm como atividades preponderantes aquelas relacionadas à indústria de embalagens sustentáveis, tais como papelão ondulado e papel para embalagens. Atua no segmento de florestamento e reflorestamento e utiliza como base de toda sua produção a cadeia produtiva das florestas plantadas (recurso natural renovável) e a reciclagem de papel.

As controladas diretas estão relacionadas na nota explicativa nº 4.

Sua controladora direta é a Irani Participações S.A., sociedade anônima brasileira de capital fechado. Sua controladora final é a empresa D.P. Representações e Participações Ltda., ambas empresas do Grupo Habitasul.

Operação descontinuada

Conforme Fato Relevante de 26 de março de 2025, o Conselho de Administração aprovou o encerramento das atividades da fábrica de destilação de goma resina extraída de florestas de pinus, localizada no município de Balneário Pinhal/RS (“Fábrica”) e, com isso, a descontinuidade deste segmento de negócio, informações sobre ativos não circulantes mantidos para venda, demonstração do resultado e demonstração do fluxo de caixa estão apresentadas na nota explicativa nº 11.

Reforma tributária

A Reforma Tributária sobre consumo estabelecida pela Emenda Constitucional nº 132, instituiu o modelo baseado num IVA (“IVA dual”) sendo: i) CBS – Contribuição sobre Bens e Serviços que substituirá o PIS e a COFINS; ii) IBS – Imposto sobre Bens e Serviços que substituirá o ICMS e o ISS. Foi também criado um IS - Imposto Seletivo de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.

Em janeiro de 2025 foi sancionado Projeto de Lei Complementar (“PLP”) 68/24, convertido na Lei Complementar 214/25, que regulamentou parte da Reforma Tributária. Os efeitos da Reforma Tributária serão plenamente conhecidos quando finalizadas as regulamentações dos temas pendentes via Lei Complementar.

Durante os anos de 2026 a 2032 haverá o período de transição em que os dois sistemas tributários, antigo e novo, serão utilizados em paralelo, com efeitos concretos a partir de 2027. Os anos de 2025 e 2026 serão importantes para a preparação da Companhia a este cenário de transição, que perdurará até 2032.

Não há qualquer efeito da Reforma Tributária no patrimônio líquido e no resultado dos exercícios de 2025 e 2024.

Impactos contábeis relacionados às mudanças climáticas

As questões relacionadas às mudanças climáticas fazem parte da Política e dos Compromissos de Sustentabilidade na Irani, guiando nossas ações e metas rumo a um desenvolvimento cada vez mais sustentável. Nesse processo, aprofundamos as discussões sobre o tema e seus impactos nas operações, o que resultou na inclusão de dois novos compromissos na Política de Sustentabilidade: *“Usar os recursos de forma sustentável, preservando o meio ambiente, reduzindo os impactos ambientais e promovendo a economia circular e de baixo carbono”* e *“Atuar de forma proativa frente às mudanças climáticas, reduzindo emissões de Gases de Efeito Estufa e outros mecanismos regulados e voluntários de mercado de carbono, fortalecendo a resiliência dos negócios e contribuindo para o alcance de descarbonização”*. Com relação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU — mantemos cinco das nossas principais metas sustentáveis até 2030, conectadas as mudanças climáticas, que são:

1. ODS 06 - Reduzir 30% do uso específico de água;
2. ODS 07 - 100% de energia renovável em todos os negócios;
3. ODS 07 - Ser autossuficiente em geração de energia renovável;
4. ODS 12 - Zerar envio de resíduos não perigosos para aterro;
5. ODS 13 - Aumentar em 20% o balanço positivo para o clima entre emissões e remoções (compromisso atingido em 2024: 28% e 2025: 23,8%).

Neste contexto, considerando as ações, adequações e investimentos necessários, [a Companhia aprovou em reunião do Conselho de Administração realizada em 04 de setembro de 2025](#), a proposta de investimento do Projeto Gaia V – Repotenciação São Luiz, com investimento de R\$ 125.900 e prazo de execução de 2 anos, contribuindo diretamente para a Meta do ODS 07 - Ser autossuficiente em geração de energia renovável. Em 17 de outubro de 2025, a Companhia aprovou em reunião do Conselho de Administração o financiamento do projeto, por meio da captação de recursos no montante de R\$ 120.000, através de emissão de “Debêntures Verdes”, que serão utilizados integralmente neste projeto, conforme nota explicativa nº 18 item c.

Neste exercício de 2025, a Companhia considerou os efeitos possíveis de mudanças climáticas em seus julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas (nota explicativa nº 3 item b) e não identificou perdas por *impairment* nos ativos ou necessidade de provisões contábeis para os passivos.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Companhia apresenta as demonstrações financeiras individuais e consolidadas preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas contábeis internacionais (*IFRS® Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)¹, incluindo as interpretações emitidas pelo *IFRS Interpretations Committee* (*IFRIC® Interpretations*) ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (*SIC® Interpretations*), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As operações da Companhia não apresentam características cíclicas ou sazonais que poderiam afetar a comparabilidade e interpretação dessas demonstrações financeiras.

A emissão dessas demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 19 de fevereiro de 2026.

Essas demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto os ativos biológicos mensurados pelos seus valores justos menos as despesas para vender, conforme descrito na nota explicativa nº 14, instrumentos financeiros derivativos – *swap* e instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas notas explicativas nº 10 e nº 27, respectivamente.

2.1. Novas alterações de pronunciamentos ainda não vigentes

A Companhia não adotou na preparação destas demonstrações financeiras as alterações de normas emitidas pelo IASB, que não estão em vigor para o exercício de 2025. A adoção antecipada embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). As seguintes alterações em normas vigentes não deverão ter impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e terão vigência a partir de 1º de janeiro de 2026:

- Alteração ao IAS 21 - Falta de conversibilidade;
- Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros;
- Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza;
- IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras;
- IFRS 19 - Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas: Divulgações;

2.2. Novas alterações em pronunciamentos técnicos adotados nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Foi emitida a seguinte revisão de normas pelo CPC, que entrou em vigor e foi adotada efetivamente a partir de 1º de janeiro de 2025 pela Companhia, não havendo efeitos em suas demonstrações financeiras quanto a sua aplicação:

- Alterações ao IAS 21 – “Falta de permutabilidade”.

3. PRÁTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

Estas demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade da entidade, e a avaliação da continuidade operacional no futuro previsível foi formalizada pela Administração.

a) Moeda funcional e conversão de moedas estrangeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), sendo essa a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos em moeda estrangeira para a moeda funcional são reconhecidos na demonstração do resultado.

b) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

A definição dos valores decorrentes de julgamentos, estimativas e premissas contábeis adotadas pela Administração foi elaborada com a utilização das melhores informações disponíveis na data das demonstrações financeiras, envolvendo experiência de eventos passados, previsão de eventos futuros, além do auxílio de especialistas, quando aplicável.

As demonstrações financeiras incluem, várias estimativas, algumas mais significativas tais como: avaliação do valor justo dos ativos biológicos (nota explicativa nº 14), provisões fiscais, previdenciárias, cíveis e trabalhistas (nota explicativa nº 21), além de redução do valor recuperável de ativos não financeiros (nota explicativa nº 15), julgamentos relacionados à apuração do crédito tributário de PIS e COFINS (nota explicativa nº 8), julgamentos relacionados à apuração do crédito tributário de IPI (nota explicativa nº 8) e também julgamentos relacionados à exclusão dos créditos presumidos de ICMS da base do IRPJ e da CSLL (nota explicativa nº 8).

Os resultados reais dos saldos constituídos com a utilização de julgamentos, estimativas e premissas contábeis, quando de sua efetiva realização, podem ser divergentes dos reconhecidos nas demonstrações financeiras.

c) Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

A legislação societária brasileira requer a apresentação da demonstração do valor adicionado, individual e consolidado, como parte do conjunto das demonstrações financeiras apresentadas pela

Companhia. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante os exercícios apresentados.

A DVA foi preparada seguindo as disposições contidas no CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado, e com base em informações obtidas dos registros contábeis da Companhia, que servem como base de preparação das demonstrações financeiras.

4. CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem a Irani Papel e Embalagem S.A. e suas controladas conforme segue:

Participação no capital social - (%)				
Empresas controladas - participação direta	Atividade	Segmento	31.12.25	31.12.24
Habitasul Florestal S.A.	Produção florestal	Florestal RS	100,00	100,00
Iraflor - Comércio de Madeiras LTDA.	Comércio de madeiras	Papel para Embalagens Sustentáveis (Papel)	100,00	100,00
HGE - Geração de Energia Sustentável S.A. *	Geração de energia elétrica	Corporativo/eliminações	100,00	100,00
Irani Soluções para E-Commerce LTDA. *	Comércio eletrônico de embalagens	Corporativo/eliminações	100,00	100,00
Irani Ventures LTDA.	Participação em outras sociedades ou empreendimentos	Corporativo/eliminações	100,00	100,00

* sociedade extinta .

As práticas contábeis adotadas pelas empresas controladas são consistentes com as práticas adotadas pela Companhia. Nas demonstrações financeiras consolidadas foram eliminados os investimentos das empresas controladas, os resultados das equivalências patrimoniais, bem como os saldos das operações realizadas e lucros e/ou prejuízos não realizados entre as empresas. As informações contábeis das controladas utilizadas para consolidação têm a mesma data-base da controladora.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras são representados conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.25	31.12.24	31.12.25	31.12.24
Bancos	2.914	6.170	2.971	6.178
Aplicações financeiras de liquidez imediata i)	822.247	570.949	836.863	598.054
Total de caixa e equivalentes de caixa	825.161	577.119	839.834	604.232

i) As aplicações financeiras de liquidez imediata têm a finalidade de atender a necessidade de caixa imediata da Companhia.

As aplicações financeiras de liquidez imediata são remuneradas com renda fixa, à taxa média de 102,4% do CDI (101,9% em 31 de dezembro de 2024). A gestão do caixa é realizada de acordo com a Política de Gestão Financeira da Companhia.

Política contábil

Caixa e equivalentes de caixa incluem os saldos de caixa, bancos e as aplicações financeiras de liquidez imediata, com baixo risco de variação de valor, e com vencimento inferior a 90 dias da data da aplicação e com a finalidade de atender compromissos de curto prazo.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.25	31.12.24	31.12.25	31.12.24
Contas a receber de:				
Clientes - mercado interno	272.135	265.506	275.065	265.841
Clientes - partes relacionadas	14	89	14	89
Clientes - mercado externo	21.349	27.417	21.349	27.417
Clientes - renegociação	407	418	414	418
	293.905	293.430	296.842	293.765
Provisão para perdas em contas a receber de clientes	(10.576)	(11.863)	(10.576)	(11.863)
Total de contas a receber	283.329	281.567	286.266	281.902
Parcela do circulante	283.310	281.422	286.247	281.757
Parcela do não circulante	19	145	19	145

A análise de vencimento das contas a receber de clientes está representada na tabela abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.25	31.12.24	31.12.25	31.12.24
A vencer	273.691	274.101	276.604	274.426
Vencidos até 30 dias	6.388	6.103	6.411	6.104
Vencidos de 31 a 60 dias	1.251	325	1.251	325
Vencidos de 61 a 90 dias	411	614	411	617
Vencidos de 91 a 180 dias	1.645	630	1.646	636
Vencidos há mais de 180 dias	10.519	11.657	10.519	11.657
	293.905	293.430	296.842	293.765

A Companhia constitui provisão para perdas em contas a receber de clientes para parte relevante das contas a receber vencidas há mais de 180 dias. Também são constituídas provisões para *impairment* de contas a receber para os títulos a vencer e vencidos há menos de 180 dias, nos casos em que os valores não são considerados como realizáveis, considerando-se a situação financeira de cada devedor, a análise prospectiva e análises históricas de perda verificadas pela Companhia. Análises individuais são realizadas para aqueles clientes, que ainda não possuem títulos vencidos, e consideram seus riscos de crédito. A tabela a seguir fornece informações sobre a exposição ao risco de crédito e perdas de crédito esperadas para as contas a receber de clientes e ativos contratuais para clientes individuais em 31 de dezembro de 2025:

	Saldo contábil bruto em 31.12.2025	Provisão para perda estimada em 31.12.2025	Percentual de perda estimada
A vencer	276.604	-	0,00%
Vencidos até 30 dias	6.411	(21)	0,33%
Vencidos de 31 a 180 dias	3.308	(36)	1,09%
Vencidos acima de 181 dias	10.519	(10.519)	100,00%
	296.842	(10.576)	

As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito. Essas taxas foram multiplicadas por fatores de escala para refletir as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão da Companhia sobre as condições econômicas ao longo da vida esperada dos recebíveis.

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou comprometidos em 31 de dezembro de 2025 é avaliada com base nas informações históricas sobre os índices de inadimplência da Companhia. Em geral, 99% dos títulos de contas a receber não possuem histórico de inadimplência.

A Companhia monitora mudanças de cenários do mercado e seu impacto nas condições de crédito dos clientes.

A movimentação da provisão pode ser assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.25	31.12.24	31.12.25	31.12.24
Saldo do início do exercício	(11.863)	(11.653)	(11.863)	(11.653)
Provisões para perdas reconhecidas	(174)	(670)	(174)	(670)
Valores recuperados no exercício	580	460	580	460
Contas a receber de clientes baixadas durante o exercício como incobráveis	881	-	881	-
Saldo no final do exercício	(10.576)	(11.863)	(10.576)	(11.863)

Política contábil

A Companhia, no reconhecimento inicial de um ativo financeiro, classificou seus ativos como a custo amortizado ou a valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros. A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios pelo qual um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido.

i) Ativos financeiros a custo amortizado

Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*, quando necessário. A receita de juros, os ganhos e as perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

ii) Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido diretamente no resultado.

iii) Redução ao valor recuperável dos ativos financeiros

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas.

A provisão para riscos de crédito foi calculada com base na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os créditos e a avaliação dos consultores jurídicos. Também é realizada uma avaliação prospectiva que leva em consideração a mudança ou expectativa de mudança em fatores econômicos que afetam as perdas esperadas de crédito, as quais serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. A provisão para risco de crédito considera o prazo de vencimento dos títulos de contas a receber de clientes. A Companhia utiliza percentuais distintos conforme o prazo de vencimento, de forma a mensurar a probabilidade de perda, aumentando o percentual da provisão de risco de crédito conforme os títulos ficam vencidos a mais tempo.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida do ativo.

A provisão é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber.

7. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.25	31.12.24	31.12.25	31.12.24
Produtos acabados	74.676	74.067	74.797	74.630
Materiais de produção	27.684	37.080	27.684	37.174
Materiais de consumo	34.540	35.448	34.844	36.047
Total dos estoques	136.900	146.595	137.325	147.851

A Companhia realiza análise de recuperabilidade dos estoques anualmente. Para o exercício de 2025 não houve a constituição de provisões.

Política contábil

Os estoques são demonstrados ao menor valor entre o custo médio ponderado móvel de produção ou de aquisição, e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e gastos necessários para realizar a venda.

O custo da madeira transferida de ativos biológicos é o seu valor justo menos as despesas de venda apuradas na data do corte.

8. TRIBUTOS A RECUPERAR E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR

a) Tributos a recuperar

Estão apresentados conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.25	31.12.24	31.12.25	31.12.24
ICMS	24.698	34.528	24.698	34.528
PIS/COFINS	15.965	91.367	15.965	91.367
IPI	23.036	58	23.036	58
IRRF sobre aplicações	1.343	1.709	1.659	2.385
Outros	1.307	636	1.327	659
Total de tributos a recuperar	66.349	128.298	66.685	128.997
 Parcela do circulante	 49.619	 102.970	 49.955	 103.669
Parcela do não circulante	16.730	25.328	16.730	25.328

Não há risco de não utilização dos créditos de tributos a recuperar, inclusive com a entrada em vigor da reforma tributária.

Os créditos de ICMS são basicamente créditos sobre aquisição de imobilizado gerados em relação às compras de bens para o ativo imobilizado da Companhia.

Os saldos de créditos de PIS e COFINS se referem principalmente a:

- i) Crédito sobre aquisição de imobilizado gerados em relação às compras de bens para o ativo imobilizado da Companhia, e que vem sendo recuperado em 24 ou 48 parcelas conforme classificação e utilização dos ativos adquiridos, o saldo em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 15.850.
- ii) Créditos de PIS e COFINS sobre aquisição de aparas reconhecidos no resultado do exercício de 2023 no montante total de R\$ 223.432, devido ao trânsito em julgado de decisão judicial favorável que reconheceu o direito da Companhia ao crédito de PIS e COFINS sobre aquisições de aparas, em razão da inconstitucionalidade do art. 47 da Lei 11.196/05, com efeito a partir de junho de 2010. A Companhia utilizou a totalidade do crédito via compensação até a data destas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025. As informações referentes ao assunto foram reportadas ao mercado através de [Fato Relevante divulgado no dia 19 de junho de 2023](#).

Os saldos de créditos de IPI se referem ao trânsito em julgado de decisão judicial favorável, em que a Companhia reconheceu no exercício de 2025 o direito de créditos de IPI sobre fretes “CIF” das operações de vendas, seguro e demais despesas acessórias, com efeito a partir de novembro de 2019. A Companhia estima utilizar a totalidade do crédito via compensação em até 9 meses a partir do deferimento de sua habilitação. O saldo em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 23.036.

Os valores de créditos de IPI envolvidos para habilitação junto à Receita Federal do Brasil e posterior compensação com débitos federais são demonstrados a seguir:

	Controladora e Consolidado
Total crédito de IPI sobre fretes “CIF” das operações de vendas, seguro e demais despesas acessórias	27.300
Principal	21.825
Atualização monetária	5.475
Total de despesas líquidas referente ao crédito de IPI sobre fretes “CIF” das operações de vendas, seguro e demais despesas acessórias	(2.209)
Honorários	(1.954)
PIS e COFINS sobre atualização monetária	(255)
Efeito nas receitas (despesas) operacionais, líquidas	19.871
Efeito nas receitas (despesas) financeiras, líquidas	5.220
Efeito no imposto de renda e contribuição social	(6.669)
Efeito no lucro líquido do exercício	18.422

b) Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar

Estão apresentados conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.25	31.12.24	31.12.25	31.12.24
IRPJ a recuperar	51.304	94.223	51.304	94.223
CSLL a recuperar	19.197	35.358	19.197	35.358
	70.501	129.581	70.501	129.581
Parcela do circulante	70.501	79.840	70.501	79.840
Parcela do não circulante	-	49.741	-	49.741

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar são principalmente referentes ao trânsito em julgado da Medida Judicial nº 5061451-02.2018.4.04.7100/RS, no mês de outubro de 2024, na qual teve reconhecido seu direito à exclusão dos créditos presumidos de ICMS da base do IRPJ e da CSLL de 2013 a 2023, sem a necessidade de constituição de Reservas de Lucros. A Companhia reconheceu o crédito no quarto trimestre de 2024, e utilizou parte do crédito no exercício de 2025 com compensação de tributos federais e estima utilizar o saldo do crédito via compensação em até 11 meses a partir de 31 de dezembro de 2025, a depender do montante de tributos federais a serem apurados, o saldo em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 64.049.

9. OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.25	31.12.24	31.12.25	31.12.24
Adiantamento a fornecedores	2.997	3.543	2.997	3.545
Créditos com funcionários	1.661	2.715	1.690	2.824
Despesas antecipadas	5.300	4.429	5.340	4.430
Crédito de ação judicial sobre juros abusivos SP - Precatórios	6.691	6.103	6.691	6.103
Outros créditos	478	1.072	637	1.232
Total de outros créditos	17.127	17.862	17.355	18.134
Parcela do circulante	10.436	11.759	10.637	12.004
Parcela do não circulante	6.691	6.103	6.718	6.130

O saldo a receber de Crédito de ação judicial sobre juros abusivos SP – Precatórios refere-se a Ação Ordinária nº 1030021-89.2014.8.26.0053 que teve declarada a favor da Companhia a inexigibilidade dos juros de mora incidentes sobre os valores de ICMS parcelados administrativamente com taxa superior à SELIC. O referido precatório emitido em 6 de julho de 2021 possui saldo atualizado em 31 de dezembro de 2025 de R\$ 6.691, que será realizado conforme cronograma do pagamento de Precatórios estabelecido pelo Estado de São Paulo.

10. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS – SWAP

a) Swap 4ª Emissão de Debêntures

Em 01 de dezembro de 2021 a Companhia contratou instrumento financeiro derivativo – *swap* visando a troca da taxa de juros da 4ª Emissão de Debêntures, cujo montante na data de sua emissão era de R\$ 60.000, de IPCA + 5,50% a.a. para CDI + 0,71% a.a.. A operação foi contratada para otimizar a estratégia de gestão dos passivos financeiros e do caixa no longo prazo, alterando o indexador da dívida, alinhando-se com a posição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia, que é indexada ao CDI.

A contratação do *swap* foi [aprovada pelo Conselho de Administração](#) da Companhia, conforme exige a Política de Gestão Financeira.

O efeito desse reconhecimento é diluído ao longo da vida da 4ª Emissão de Debêntures, que tem vencimento final em 15 de dezembro de 2029, de forma que o seu custo efetivo seja, ao final, o equivalente ao CDI + 0,71% a.a..

b) Swap 6ª Emissão de Debêntures

Em 28 de outubro de 2025 a Companhia contratou instrumento financeiro derivativo – *swap* visando a troca da taxa de juros da 6ª Emissão Debêntures de IPCA + 6,6522% a.a. para CDI – 1,13% a.a., com valor nominal, prazos e condições compatíveis com as da Emissão. A operação foi contratada para otimizar a estratégia de gestão dos passivos financeiros e do caixa no longo prazo, alterando o indexador da dívida, alinhando-se com a posição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia, que é indexada ao CDI.

A contratação do *swap* foi [aprovada pelo Conselho de Administração](#) da Companhia, conforme exige a Política de Gestão Financeira.

O efeito desse reconhecimento é diluído ao longo da vida da 6ª Emissão de Debêntures, que tem vencimento final em 15 de agosto de 2040, de forma que o seu custo efetivo seja, ao final, o equivalente a CDI – 1,13% a.a..

As características específicas em 31 de dezembro de 2025 são demonstradas a seguir:

Vencimento	Posição ativa	Posição passiva	Nacional	Valor justo posição ativa	Valor justo posição passiva	Ganho
15 de Dezembro de 2029	IPCA + 5,50%	CDI + 0,71%	66.225	73.782	63.748	10.034
15 de Outubro de 2040	IPCA + 6,65%	CDI - 1,13%	120.000	106.902	104.940	1.962
			186.225	180.684	168.688	11.996

A movimentação dos instrumentos financeiros derivativos – *swaps* segue:

(i) Movimentação dos *swaps* nos exercícios de 2025 e 2024:

Controladora e Consolidado	Posição ativa	Posição passiva
Saldo em 01 de janeiro de 2024	7.488	-
Perdas no exercício (reconhecidas no resultado)	(5.413)	-
Efeito de liquidação	3.174	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	5.249	-
Ganhos no exercício (reconhecidas no resultado)	1.740	-
Efeito de liquidação	5.007	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	11.996	-
Parcela do circulante	2.264	
Parcela do não circulante	9.732	

(ii) Movimentação acumulada desde o início das operações de *swaps*:

	Controladora e Consolidado		
	Efeito de liquidação	(Perdas)/Ganhos reconhecidas no resultado	Total
Movimentação no exercício de 2021	64	(483)	(419)
Movimentação no exercício de 2022	4.361	(2.895)	1.466
Movimentação no exercício de 2023	4.829	1.612	6.441
Movimentação no exercício de 2024	3.174	(5.413)	(2.239)
Movimentação no exercício de 2025	5.007	1.740	6.747
Total	17.435	(5.439)	11.996

11. ATIVOS NÃO CIRCULANTES MANTIDOS PARA VENDA E OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

[Em 26 de março de 2025 o Conselho de Administração da Companhia](#) aprovou o encerramento das atividades da fábrica de destilação de goma resina extraída de florestas de pinus, localizada no município de Balneário Pinhal/RS (“Fábrica”) e, com isso, a descontinuidade deste segmento de negócio, Segmento Resinas Sustentáveis (Breu e Terebintina).

Os ativos não circulantes mantidos para venda com valor contábil de R\$ 17.465 foram integralmente vendidos neste exercício por R\$ 20.000, gerando ganho de R\$ 2.535, registrado em 'Outras receitas operacionais' da operação descontinuada.

a) Operações descontinuadas

Balanco patrimonial das operações descontinuadas

ATIVO	Operações descontinuadas		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Operações descontinuadas	
	31.12.25	31.12.24		31.12.25	31.12.24
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Contas a receber de clientes	2.843	11.589	Fornecedores	36	2.479
Estoques	2	19.234	Total do passivo circulante	36	2.479
Total do ativo circulante	2.845	30.823			
NÃO CIRCULANTE			TOTAL DO PASSIVO	36	2.479
Imobilizado	-	17.542	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Intangível	-	554	Reservas de lucros	15.239	46.440
Total do ativo não circulante	-	18.096	Prejuízos acumulados	(12.430)	-
			Total do patrimônio líquido	2.809	46.440
TOTAL DO ATIVO	2.845	48.919	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.845	48.919

Demonstração do resultado das operações descontinuadas

	Operações descontinuadas	
	31.12.25	31.12.24
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	40.234	72.125
Custo dos produtos vendidos	(41.546)	(72.632)
(PREJUÍZO) BRUTO	(1.312)	(507)
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(6.838)	(10.879)
Outras receitas e despesas operacionais *	(831)	389
Resultado financeiro	(2.932)	(468)
(PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS	(11.913)	(11.465)
Imposto de renda e contribuição social	-	-
(PREJUÍZO) DAS OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	(11.913)	(11.465)

* Outras receitas e despesas operacionais também contemplam no exercício 2025, custos de rescisão da operação descontinuada de R\$ 1.141.

Demonstração do fluxo de caixa das operações descontinuadas

	Operações descontinuadas	
	31.12.25	31.12.24
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Caixa gerado nas operações		
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social (LAIR) das operações descontinuadas	(11.913)	(11.465)
Itens que não afetam o caixa:		
Depreciação e amortização	644	2.650
Resultado na venda de ativos	(2.535)	-
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	13	607
Fluxo de caixa das atividades operacionais antes das variações de ativos e passivos	(13.791)	(8.208)
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	8.746	(5.401)
Estoques	19.232	(3.890)
Fornecedores	(1.707)	(118)
Variações nos ativos e passivos	26.271	(9.409)
Caixa líquido obtido (aplicado) nas atividades operacionais	12.480	(17.617)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de imobilizado	(699)	(2.276)
Aquisição de intangível	(50)	(16)
Recebimento na venda de ativos	20.000	-
Caixa líquido obtido (aplicado) nas atividades de investimento	19.251	(2.292)
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO EXERCÍCIO	31.731	(19.909)

Política contábil

a) Ativos não circulantes mantidos para venda

Os ativos não circulantes mantidos para venda, são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que serão recuperados primariamente por meio de venda ao invés do seu uso contínuo.

Os ativos não circulantes mantidos para venda, são geralmente mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. As perdas por redução ao valor recuperável apuradas na classificação inicial como mantidos para venda e os ganhos e perdas de remensurações subsequentes, são reconhecidos no resultado.

Uma vez classificados como mantidos para venda, ativos intangíveis e imobilizado não são mais amortizados ou depreciados, e qualquer investimento mensurado pelo método da equivalência patrimonial não é mais sujeito à aplicação do método.

b) Operação descontinuada

Uma operação descontinuada é um componente de um negócio da entidade que compreende operações e fluxos de caixa que podem ser claramente distintos do resto da entidade e que:

- i) representa uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações;
- ii) é parte de um plano individual coordenado para venda de uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações; ou
- iii) é uma controlada adquirida exclusivamente com o objetivo de revenda.

A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação, ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes.

Quando uma operação é classificada como uma operação descontinuada, as demonstrações do resultado e do resultado abrangente comparativas são reapresentadas como se a operação tivesse sido descontinuada desde o início do período comparativo.

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS E CORRENTES

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias para fins fiscais, prejuízos fiscais, dos ajustes de custo atribuído e de variação do valor justo de ativos biológicos.

A Companhia adota o regime de caixa na apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre as variações cambiais e registrou o passivo fiscal diferido da variação cambial a realizar. Não houve alteração na forma de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre as variações cambiais com relação ao ano anterior.

Os impactos tributários iniciais sobre o custo atribuído do ativo imobilizado foram reconhecidos em contrapartida do patrimônio líquido, na adoção do CPC/IFRS em 2010.

Ativo	Controladora		Consolidado	
	31.12.25	31.12.24	31.12.25	31.12.24
Imposto de renda diferido ativo				
Sobre provisões temporárias	6.671	10.002	6.801	10.002
Sobre prejuízo fiscal	42.629	50.917	42.629	50.974
Contribuição social diferida ativa				
Sobre provisões temporárias	2.401	3.601	2.448	3.622
Sobre base negativa	15.251	18.389	15.251	18.389
Total do ativo	66.952	82.909	67.129	82.987
Passivo				
Imposto de renda diferido passivo				
Variação cambial a realizar pelo regime de caixa	9	(750)	9	(750)
Depreciação acelerada	2.655	152	2.655	152
Valor justo dos ativos biológicos	92.416	82.878	96.552	87.677
Custo atribuído e revisão da vida útil	84.264	88.584	86.202	88.584
Subvenção governamental	21	28	21	28
Amortização do ágio fiscal	25.158	25.158	25.158	25.158
Contribuição social diferida passiva				
Variação cambial a realizar pelo regime de caixa	3	(270)	3	(270)
Depreciação acelerada	956	55	956	55
Valor justo dos ativos biológicos	33.270	29.836	35.502	32.080
Custo atribuído e revisão da vida útil	30.333	31.890	31.031	31.890
Subvenção governamental	8	10	8	10
Amortização do ágio fiscal	9.057	9.057	9.057	9.057
Total do passivo	278.150	266.628	287.154	273.671
Passivo de imposto diferido (líquido)	211.198	183.719	220.025	190.684

Os saldos de imposto de renda diferido ativo e contribuição social diferida ativa, sobre prejuízo e base negativa respectivamente se referem principalmente ao trânsito em julgado da Medida Judicial nº 5061451-02.2018.4.04.7100/RS, no mês de outubro de 2024, na qual teve reconhecido seu direito à exclusão dos créditos presumidos de ICMS da base do IRPJ e da CSLL de 2013 a 2023, sem a necessidade de constituição de Reservas de Lucros.

A Companhia espera realizar o imposto de renda sobre prejuízo fiscal e a contribuição social sobre a base negativa em até dois anos.

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos é demonstrada seguir:

Controladora Ativo	Saldo inicial	Reconhecido	Reclassificação	Saldo final	Reconhecido	Saldo final
	01.01.24	no resultado	de saldo	31.12.24	no resultado	31.12.25
Impostos diferidos ativos com relação a:						
Diferenças temporárias	(13.418)	(185)	-	(13.603)	4.531	(9.072)
Prejuízo fiscal e base negativa	-	(46.762)	(22.544)	(69.306)	11.426	(57.880)
	(13.418)	(46.947)	(22.544)	(82.909)	15.957	(66.952)

Controladora Passivo	Saldo inicial	Reconhecido	Reclassificação	Saldo final	Reconhecido	Saldo final
	01.01.24	no resultado	de saldo	31.12.24	no resultado	31.12.25
Impostos diferidos passivos com relação a:						
Variação cambial reconhecida por caixa	238	(1.258)	-	(1.020)	1.032	12
Depreciação acelerada	-	207	-	207	3.404	3.611
Valor justo dos ativos biológicos	92.835	19.879	-	112.714	12.972	125.686
Custo atribuído e revisão da vida útil	125.586	(5.112)	-	120.474	(5.877)	114.597
Passivo de arrendamento	114	(114)	-	-	-	-
Subvenção governamental	46	(8)	-	38	(9)	29
Amortização do ágio fiscal	34.215	-	-	34.215	-	34.215
	253.034	13.594	-	266.628	11.522	278.150

Consolidado Ativo	Saldo inicial	Reconhecido	Reclassificação	Saldo final	Reconhecido	Saldo final
	01.01.24	no resultado	de saldo	31.12.24	no resultado	31.12.25
Impostos diferidos ativos com relação a:						
Total diferenças temporárias	(13.438)	(186)	-	(13.624)	4.375	(9.249)
Prejuízo fiscal e base negativa	(30)	(46.789)	(22.544)	(69.363)	11.483	(57.880)
	(13.468)	(46.975)	(22.544)	(82.987)	15.858	(67.129)

Consolidado Passivo	Saldo inicial	Reconhecido	Reclassificação	Saldo final	Reconhecido	Saldo final
	01.01.24	no resultado	de saldo	31.12.24	no resultado	31.12.25
Impostos diferidos passivos com relação a:						
Variação cambial reconhecida por caixa	238	(1.258)	-	(1.020)	1.032	12
Depreciação acelerada	-	207	-	207	3.404	3.611
Valor justo dos ativos biológicos	96.871	22.886	-	119.757	12.297	132.054
Custo atribuído e revisão da vida útil	128.221	(7.747)	-	120.474	(3.241)	117.233
Passivo de arrendamento	114	(114)	-	-	-	-
Subvenção governamental	46	(8)	-	38	(9)	29
Amortização do ágio fiscal	34.215	-	-	34.215	-	34.215
	259.705	13.966	-	273.671	13.483	287.154

b) Conciliação da alíquota efetiva

	Controladora		Consolidado	
	31.12.25	31.12.24	31.12.25	31.12.24
Lucro operacional antes dos efeitos tributários das operações continuadas	313.509	217.753	316.947	218.992
Prejuízo operacional antes dos efeitos tributários das operações descontinuadas	(11.913)	(11.465)	(11.913)	(11.465)
Lucro operacional antes dos efeitos tributários das operações continuadas e das operações descontinuadas	301.596	206.288	305.034	207.527
Alíquota básica	34%	34%	34%	34%
Débito (crédito) tributário à alíquota básica	(102.543)	(70.138)	(103.712)	(70.559)
Efeito fiscal de (adições) exclusões permanentes:				
Equivalência patrimonial	25.968	887	-	-
Despesas indedutíveis	(862)	(811)	(862)	(811)
Dedução em dobro das despesas do PAT	1.957	2.035	1.957	2.035
Atualização monetária de créditos de PIS e COFINS sobre aquisições de aparas	7.281	9.844	7.281	9.844
Benefícios 80% dos gastos com pesquisa e desenvolvimento	1.609	1.251	1.609	1.251
Exclusão dos créditos presumidos de ICMS da base do IRPJ e da CSLL	-	156.115	-	156.115
Não incidência de IR e CSLL sobre taxa SELIC na repetição de indébito	2.816	-	2.816	-
Diferença de tributação (empresas controladas)	-	-	22.530	(352)
Outras diferenças permanentes	4.228	(952)	5.397	(531)
	(59.546)	98.231	(62.984)	96.992
Imposto de renda e contribuição social corrente	(32.067)	64.878	(33.643)	63.983
Imposto de renda e contribuição social diferido	(27.479)	33.353	(29.341)	33.009
Alíquota efetiva - %	19,0	-	19,9	-

Política contábil

a) Impostos correntes e diferidos

O imposto de renda e contribuição social correntes são provisionados com base no lucro tributável determinado de acordo com a legislação tributária em vigor, que é diferente do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros períodos, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente para cada empresa com base nas alíquotas vigentes no período. A Companhia adota a alíquota vigente de 34% para apuração de seus tributos sobre o lucro.

Sobre as diferenças temporárias para fins fiscais, prejuízos fiscais, dos ajustes de custo atribuído e de variação do valor justo de ativos biológicos são registrados imposto de renda e contribuição social diferidos. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

b) Incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro

A Interpretação Técnica CPC 22 – Incerteza sobre o Tratamento de Tributos sobre o Lucro (IFRIC 23 – *Uncertainty Over Income Tax Treatments*), requer que as incertezas sobre o tratamento de tributos sobre o lucro sejam avaliadas quando do reconhecimento e mensuração desses tributos.

Uma incerteza surge quando o tratamento aplicável a uma transação em particular não está claro na legislação tributária ou quando não está claro se a autoridade fiscal aceitará o tratamento adotado pela entidade. Nessas circunstâncias, a entidade deve reconhecer e mensurar o seu ativo ou passivo fiscal, corrente ou diferido, aplicando os requisitos do CPC 32 / IAS 12 com base no lucro tributável (prejuízo fiscal), nas bases fiscais, nas perdas fiscais não utilizadas, nos créditos fiscais não utilizados e nas alíquotas fiscais, determinados com base nessa interpretação.

13. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E OUTROS INVESTIMENTOS

a) Investimentos em controladas

	Habitasul Florestal	Iraflor Comércio de Madeiras	HGE Geração de Energia	Irani Soluções para E-Commerce	Irani Ventures	Total
Em 01 de janeiro de 2024	73.559	132.528	8	1.047	10.134	217.276
Resultado da equivalência patrimonial	(22.824)	25.466	(3)	63	(94)	2.608
Dividendos	-	(25.828)	-	-	-	(25.828)
Adiantamento futuro aumento capital	13.000	-	-	-	-	13.000
Em 31 de dezembro de 2024	63.735	132.166	5	1.110	10.040	207.056
Resultado da equivalência patrimonial	(16.176)	92.686	(4)	62	(191)	76.377
Dividendos	-	(25.466)	-	-	-	(25.466)
Aporte de capital *	50.000	105.357	-	-	-	155.357
Adiantamento futuro aumento capital	(13.000)	-	-	-	-	(13.000)
Encerramento das atividades	-	-	(1)	(1.172)	-	(1.173)
Em 31 de dezembro de 2025	84.559	304.743	-	-	9.849	399.151

* O montante aportado total de R\$ 155.357 se refere aos aportes nas controladas conforme segue:

Habitasul Florestal: R\$ 35.000 florestas conforme nota explicativa nº 14, R\$ 2.000 terrenos conforme nota explicativa nº 15 e R\$ 13.000 capitalização do adiantamento;

Iraflor Comércio de Madeiras: R\$ 105.357 florestas conforme nota explicativa nº 14;

	Habitasul Florestal	Iraflor Comércio de Madeiras	HGE Geração de Energia	Irani Soluções para E-Commerce	Irani Ventures
Em 31 de dezembro de 2025					
Circulante					
Ativo	7.138	29.259	-	-	2.407
Passivo	(862)	(853)	-	-	(62)
Circulante líquido	6.276	28.406	-	-	2.345
Não Circulante					
Ativo	82.061	282.586	-	-	7.504
Passivo	(3.778)	(6.249)	-	-	-
Não circulante líquido	78.283	276.337	-	-	7.504
Patrimônio líquido	84.559	304.743	-	-	9.849
Receita líquida	18.187	34.880	-	-	-
Lucro/Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(15.537)	96.921	(4)	74	(289)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(639)	(4.235)	-	(12)	98
Resultado do exercício	(16.176)	92.686	(4)	62	(191)
Participação no capital em %	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Política contábil

Os investimentos em empresas controladas são avaliados nas demonstrações financeiras individuais pelo método de equivalência patrimonial.

Conforme o método de equivalência patrimonial, os investimentos em controladas são ajustados para fins de reconhecimento da participação da Companhia no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da controlada.

Transações, saldos e ganhos não realizados nas operações entre partes relacionadas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são ajustadas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

b) Outros investimentos

São títulos patrimoniais designados ao valor de custo referente a empréstimo concedido pela controlada Irani Ventures Ltda. às Companhias Trashin Gestão e Coleta de Recicláveis S.A., GrowPack Bio LLC., Mush MT Ltda. e VG Resíduos Plataforma Online Ltda., a título de mútuo conversível em participação societária no valor total de R\$ 7.327 (R\$ 6.334 em 31 de dezembro de 2024).

A Companhia pretende manter este investimento no longo prazo em linha com sua tese de investimento em *startups*.

14. ATIVO BIOLÓGICO

Os ativos biológicos da Companhia compreendem, principalmente, o cultivo e plantio de florestas de pinus para abastecimento de matéria-prima na produção de celulose utilizada no processo de produção de papel para embalagens, produção de resinas e vendas de toras de madeira para terceiros. Todos os ativos biológicos da Companhia formam um único grupo denominado “Florestas”, que são mensuradas conjuntamente a valor justo em períodos trimestrais.

O saldo dos ativos biológicos da Companhia é composto pelo custo de formação das florestas e do ajuste ao valor justo sobre o custo de formação. Desta forma, o saldo de ativos biológicos como um todo está registrado a valor justo conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.25	31.12.24	31.12.25	31.12.24
Custo de formação dos ativos biológicos	78.692	89.786	189.854	123.494
Ajuste ao valor justo dos ativos biológicos	220.050	238.441	451.852	362.765
Total dos ativos biológicos	298.742	328.227	641.706	486.259
Segmento Papel para Embalagens Sustentáveis (Papel)	298.742	328.227	581.329	445.020
Segmento Florestal RS	-	-	60.377	41.239

Os ativos biológicos do Segmento Papel para Embalagens Sustentáveis (Papel) são florestas utilizadas como matéria-prima para produção de celulose e papel, e estão localizados próximos à fábrica de Vargem Bonita (SC), onde são consumidos.

A colheita dessas florestas é realizada, principalmente, em função da utilização de matéria-prima para a produção de celulose e papel, e as florestas são replantadas assim que colhidas, formando um ciclo de renovação que atende à demanda de produção da unidade.

Os ativos biológicos do Segmento Florestal RS são utilizados para extração de resinas e vendas de toras e estão localizados no litoral do Rio Grande do Sul.

Em [26 de março de 2025](#), conforme informado em Fato Relevante, a Companhia adquiriu da Flopal Florestadora Palmares Ltda. 1.236,3 hectares de florestas situadas no Rio Grande do Sul que foram arrendadas para produção de resinas. E em [03 de abril de 2025](#) a Companhia adquiriu da Global Fund Reflorestamento e Exploração de Madeira Ltda. 1.498,94 hectares de florestas plantadas localizadas em Santa Catarina, que serão utilizadas para produção de celulose e papel.

Ambas as florestas passaram a fazer parte do ativo biológico da Companhia e reconhecidos conforme esta nota explicativa.

a) Premissas para o reconhecimento do valor justo menos custos para vendas dos ativos biológicos.

A Companhia reconhece seus ativos biológicos a valor justo seguindo as seguintes premissas em sua apuração:

- i) A metodologia utilizada na mensuração do valor justo dos ativos biológicos foi abordagem de renda (*Income Approach*) com exaustão da floresta em um ciclo, e corresponde à projeção dos fluxos de caixa futuros líquidos esperados do ativo, descontados a uma taxa de desconto corrente do mercado florestal regional, de acordo com o ciclo de produtividade projetado das florestas nos ciclos de corte determinados em função da otimização da produção, levando-se em consideração as variações de preço e crescimento dos ativos biológicos. A avaliação da segregação dos ativos biológicos entre maduros ou imaturos, não representou efeito relevante. O *Income Approach* assimila o valor justo ao cálculo do valor presente do fluxo de caixa líquido esperado do ativo, descontado a uma taxa de desconto que reflete a expectativa de retorno em relação aos riscos associados ao negócio.
- ii) O modelo adotado para determinar a taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa foi a de Custo do Capital Próprio (*Capital Asset Pricing Model – CAPM*). O custo do capital próprio é estimado por meio de análise do retorno almejado por investidores no mercado, considerando que um investidor requer, no mínimo, o retorno oferecido por títulos considerados sem risco, acrescido do excedente de risco do investimento;
- iii) Os volumes de produtividade projetados das florestas são definidos com base em uma estratificação em função de cada espécie, adotados sortimentos para o planejamento de produção, idade das florestas, potencial produtivo e considerado um ciclo de produção das florestas. Este componente de volume projetado consiste no IMA (Incremento Médio Anual). São criadas alternativas de manejo para estabelecer o fluxo de produção de longo prazo ideal para maximizar os rendimentos das florestas;
- iv) Os preços adotados para os ativos biológicos são baseados em estimativa de preço da madeira de Pinus e Eucalyptus, tendo como base um histórico de três anos dos preços reais praticados nas regiões de localização dos ativos e divulgados por empresa especializada. São praticados preços em R\$/metro cúbico, e considerados os custos necessários para colocação dos ativos em condição de venda ou consumo;
- v) O custo de oportunidade da terra (Arrendamento), é calculado considerando um custo de disponibilidade da terra, conforme práticas contábeis internacionais. É considerada a média, em termos reais, do custo de arrendamento dos últimos três anos, o qual é descontado da floresta como “Remuneração dos ativos próprios que contribuem (Arrendamento)” nos percentuais informados a seguir para os ativos de SC e do RS. O valor das terras, utilizado para base de arrendamento, conforme Laudo de Avaliação contratado pela Companhia para avaliação dos Ativos Biológicos, foi de R\$ 946.053 em 31 de dezembro de 2025, pois captura o valor atual das terras no mercado. O valor contábil consolidado das terras em 31 de dezembro de 2025 conforme nota explicativa nº 15 é de R\$ 137.579.

- vi) Os gastos com plantio utilizados são os custos de formação dos ativos biológicos praticados pela Companhia, considerando a média histórica dos últimos três anos em termos reais;
- vii) A apuração da exaustão dos ativos biológicos é realizada com base no valor justo médio dos ativos biológicos, multiplicado pelo volume colhido no período;
- viii) A Companhia revisa o valor justo de seus ativos biológicos em períodos trimestrais considerando o intervalo que julga suficiente para que não haja defasagem do saldo de valor justo dos ativos biológicos registrado em suas demonstrações financeiras.

	Consolidado		Impacto no valor justo dos ativos biológicos
	31.12.25	31.12.24	
Área plantada (hectare)	19.036	16.387	Aumenta a premissa, aumenta o valor justo
Remuneração dos ativos próprios que contribuem SC- %	3,11%	3,11%	Aumenta a premissa, diminui o valor justo
Remuneração dos ativos próprios que contribuem RS - %	4,00%	4,00%	Aumenta a premissa, diminui o valor justo
Taxa de desconto - Florestas Próprias SC - %	8,50%	8,50%	Aumenta a premissa, diminui o valor justo
Taxa de desconto - Florestas Próprias RS - %	9,00%	9,00%	Aumenta a premissa, diminui o valor justo
Taxa de desconto - Parcerias - %	9,50%	9,50%	Aumenta a premissa, diminui o valor justo
Preço líquido médio de venda (m³)	154,70	145,50	Aumenta a premissa, aumenta o valor justo
Incremento médio anual (IMA) - Florestas Santa Catarina (*)	39,5	38,9	Aumenta a premissa, aumenta o valor justo
Incremento médio anual (IMA) - Florestas Rio Grande do Sul (*)	20,5	21,2	Aumenta a premissa, aumenta o valor justo

*O IMA médio anual das Florestas de Pinus do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina difere em função do manejo, espécie e condições edafoclimáticas distintas. As florestas de Santa Catarina são manejadas visando a utilização para produção de celulose, enquanto as florestas do Rio Grande do Sul são manejadas para extração de goma resina (atividade arrendada) e posterior venda da madeira. O IMA é mensurado em m³ por hectare/ano e atualizado nas Demonstrações Financeiras anuais da Companhia.

A Companhia realizou análise de sensibilidade e concluiu que os parâmetros que podem impactar de maneira mais significativa o valor dos ativos de Santa Catarina são a taxa de desconto das florestas e o preço da madeira. Para os ativos do Rio Grande do Sul onde as florestas são manejadas para extração de goma resina e posterior venda da madeira, os parâmetros que podem impactar de maneira mais significativa são a variação do preço da resina e respectivos custos da resinagem, seguidos pelo preço da madeira e taxa de desconto das florestas.

De acordo com a hierarquia da mensuração do valor justo, o cálculo dos ativos biológicos se enquadra no Nível 3, por conta de sua complexidade e estrutura de cálculo.

As principais movimentações nos exercícios de 2025 e 2024 são demonstradas conforme segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 01.01.2024	249.979	417.586
Plantio	11.090	13.613
Aquisição de floresta	19.852	19.852
Exaustão		
Custo histórico	(12.468)	(16.811)
Valor justo	(10.133)	(31.717)
Variação do valor justo	69.907	83.736
Saldo em 31.12.24	328.227	486.259
Plantio	11.331	14.192
Aquisição de floresta	74.521	74.521
Exaustão		
Custo histórico	(15.085)	(22.353)
Valor justo	(11.912)	(27.713)
Transferência para capitalização em controladas	(140.357)	-
Variação do valor justo	52.017	116.800
Saldo em 31.12.25	298.742	641.706

A exaustão dos ativos biológicos no exercício de 2025 e no exercício de 2024 foi reconhecida no resultado dos respectivos períodos, após alocação nos estoques mediante colheita das florestas e utilização no processo produtivo ou venda para terceiros.

b) Produção em terras de terceiros

A Companhia possui ainda alguns contratos de arrendamentos não canceláveis para produção de ativos biológicos em terras de terceiros, chamados de parcerias. Esses contratos possuem validade até que o total das florestas plantadas existentes nessas áreas seja colhido em um ciclo de até 15 anos. O montante de ativos biológicos em terras de terceiros é de aproximadamente 0,7 mil hectares e representa atualmente aproximadamente 4,0 % da área total com ativos biológicos da Companhia. Os passivos de arrendamento estão apresentados na nota explicativa nº 16.

Política contábil

Os ativos biológicos são avaliados a valor justo sendo deduzidos os custos para vender. A variação de cada período é reconhecida no resultado como variação de valor justo dos ativos biológicos. A avaliação do valor justo dos ativos biológicos se baseia em algumas premissas conforme descrito na nota explicativa.

15. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

a) Composição do imobilizado

Controladora

	Terrenos	Prédios e construções	Equipamentos e instalações	Veículos e tratores	Outras imobilizações (*)	Imobilizações em andamento	Imobilizações em imóveis de terceiros	Total
Saldo inicial em 01 de janeiro de 2024	120.329	247.676	1.006.635	6.604	13.110	176.658	5.429	1.576.441
Aquisições	-	4.145	39.379	5.942	3.124	134.504	611	187.705
Baixas/Alienações	-	-	(282)	(105)	(27)	(47)	-	(461)
Impairment	-	-	(1.987)	-	-	-	-	(1.987)
Transferências	-	11.064	95.364	(17)	705	(114.697)	7.581	-
Reclassificação de direito de uso para ativo imobilizado	-	-	-	309	25	-	-	334
Depreciação	-	(14.478)	(103.048)	(2.671)	(3.425)	-	(2.046)	(125.668)
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2024	120.329	248.407	1.036.061	10.062	13.512	196.418	11.575	1.636.364
Custo	120.329	359.142	1.922.603	24.792	41.905	196.418	24.286	2.689.475
Depreciação acumulada	-	(110.735)	(886.542)	(14.730)	(28.393)	-	(12.711)	(1.053.111)
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2024	120.329	248.407	1.036.061	10.062	13.512	196.418	11.575	1.636.364
Saldo inicial em 01 de janeiro de 2025	120.329	248.407	1.036.061	10.062	13.512	196.418	11.575	1.636.364
Aquisições	2.041	209	25.312	2.545	3.050	146.638	-	179.795
Baixas/Alienações	(559)	(5.867)	(10.358)	(110)	(1.108)	(594)	-	(18.596)
Transferências	518	44.235	98.602	7	5.388	(149.027)	277	-
Depreciação	-	(12.868)	(116.423)	(2.864)	(3.707)	-	(432)	(136.294)
Transferência para capitalização em controladas	(2.000)	-	-	-	-	-	-	(2.000)
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2025	120.329	274.116	1.033.194	9.640	17.135	193.435	11.420	1.659.269
Custo	120.329	397.719	2.036.159	27.234	49.235	193.435	24.563	2.848.674
Depreciação acumulada	-	(123.603)	(1.002.965)	(17.594)	(32.100)	-	(13.143)	(1.189.405)
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2025	120.329	274.116	1.033.194	9.640	17.135	193.435	11.420	1.659.269

Consolidado

	Terrenos	Prédios e construções	Equipamentos e instalações	Veículos e tratores	Outras imobilizações (*)	Imobilizações em andamento	Imobilizações em imóveis de terceiros	Total
Saldo inicial em 01 de janeiro de 2024	135.579	248.613	1.007.026	7.415	13.136	177.419	5.429	1.594.617
Aquisições	-	4.144	39.438	5.942	3.175	135.674	611	188.984
Baixas/Alienações	-	-	(282)	(105)	(27)	(47)	-	(461)
Impairment	-	-	(1.987)	-	-	-	-	(1.987)
Transferências	-	11.064	96.084	(17)	744	(115.456)	7.581	-
Reclassificação de direito de uso para ativo imobilizado	-	-	-	309	25	-	-	334
Depreciação	-	(14.535)	(103.198)	(2.797)	(3.446)	-	(2.046)	(126.022)
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2024	135.579	249.286	1.037.081	10.747	13.607	197.590	11.575	1.655.465
Custo	135.579	364.210	1.924.124	26.753	42.535	197.590	24.286	2.715.077
Depreciação acumulada	-	(114.924)	(887.043)	(16.006)	(28.928)	-	(12.711)	(1.059.612)
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2024	135.579	249.286	1.037.081	10.747	13.607	197.590	11.575	1.655.465
Saldo inicial em 01 de janeiro de 2025	135.579	249.286	1.037.081	10.747	13.607	197.590	11.575	1.655.465
Aquisições	2.041	210	25.314	2.545	3.109	147.134	-	180.353
Baixas/Alienações	(559)	(5.867)	(10.358)	(110)	(1.108)	(594)	-	(18.596)
Transferências	518	45.814	98.602	7	5.453	(150.671)	277	-
Depreciação	-	(12.943)	(116.594)	(2.958)	(3.741)	-	(432)	(136.668)
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2025	137.579	276.500	1.034.045	10.231	17.320	193.459	11.420	1.680.554
Custo	137.579	404.367	2.037.682	29.195	49.989	193.459	24.563	2.876.834
Depreciação acumulada	-	(127.867)	(1.003.637)	(18.964)	(32.669)	-	(13.143)	(1.196.280)
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2025	137.579	276.500	1.034.045	10.231	17.320	193.459	11.420	1.680.554

(*) Saldo referente a imobilizações como móveis e utensílios, equipamentos de informática.

b) Composição do intangível
Controladora

	<i>Goodwill</i>	<i>Software</i>	<i>Software em desenvolvimento</i>	Total
Saldo inicial em 01 de janeiro de 2024	104.380	34.800	-	139.180
Aquisições	-	1.697	4.451	6.148
Transferências	-	4.451	(4.451)	-
Amortização	-	(9.911)	-	(9.911)
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2024	104.380	31.037	-	135.417
Custo	104.380	74.907	-	179.287
Amortização acumulada	-	(43.870)	-	(43.870)
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2024	104.380	31.037	-	135.417
Saldo inicial em 01 de janeiro de 2025	104.380	31.037	-	135.417
Aquisições	-	409	9.151	9.560
Baixas/Alienações	-	(574)	-	(574)
Transferências	-	9.151	(9.151)	-
Amortização	-	(8.500)	-	(8.500)
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2025	104.380	31.523	-	135.903
Custo	104.380	83.893	-	188.273
Amortização acumulada	-	(52.370)	-	(52.370)
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2025	104.380	31.523	-	135.903

Consolidado

	<i>Goodwill</i>	<i>Software</i>	<i>Software em desenvolvimento</i>	Total
Saldo inicial em 01 de janeiro de 2024	104.380	34.800	-	139.180
Aquisições	-	1.697	4.451	6.148
Transferências	-	4.451	(4.451)	-
Amortização	-	(9.911)	-	(9.911)
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2024	104.380	31.037	-	135.417
Custo	104.380	74.915	-	179.295
Amortização acumulada	-	(43.878)	-	(43.878)
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2024	104.380	31.037	-	135.417
Saldo inicial em 01 de janeiro de 2025	104.380	31.037	-	135.417
Aquisições	-	409	9.151	9.560
Baixas/Alienações	-	(574)	-	(574)
Transferências	-	9.151	(9.151)	-
Amortização	-	(8.500)	-	(8.500)
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2025	104.380	31.523	-	135.903
Custo	104.380	83.901	-	188.281
Amortização acumulada	-	(52.378)	-	(52.378)
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2025	104.380	31.523	-	135.903

c) Método de depreciação / amortização

O quadro abaixo demonstra as taxas anuais de depreciação / amortização definidas com base na vida útil econômica dos ativos. A taxa utilizada está apresentada pela média ponderada e apresenta variações de acordo com as movimentações de aquisições, alienações, entre outras.

	Taxa %	
	31.12.25	31.12.24
Prédios e construções *	3,36	3,33
Equipamentos e instalações	6,39	6,27
Móveis, utensílios e equipamentos de informática	13,06	13,03
Veículos e tratores	14,51	18,05
Softwares	12,42	11,53

* incluem taxas ponderadas de imobilizações em imóveis de terceiros

d) Outras informações

As imobilizações em andamento referem-se a obras para melhorias dos ativos imobilizados existentes, agregando valor aos ativos com o intuito de manutenção do processo produtivo da Companhia, e a execução dos investimentos da Plataforma Gaia.

As imobilizações em imóveis de terceiros referem-se à reforma civil na Unidade Embalagem SP – Indaiatuba que é depreciada pelo método linear de acordo com a vigência do contrato de arrendamento. O imóvel é de propriedade das empresas MCFD – Administração de Imóveis Ltda. e PFC – Administração de Imóveis Ltda., sendo que o ônus da reforma foi todo absorvido pela Irani Papel e Embalagem S.A.

O imóvel descrito no parágrafo anterior é objeto de contrato de aluguel, conforme nota explicativa nº 16.

A abertura da depreciação do ativo imobilizado nos exercícios de 2025 e 2024 é apresentada conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.25	31.12.24	31.12.25	31.12.24
Administrativos	3.411	2.801	3.548	2.915
Produtivos	132.883	122.867	133.120	123.107
	136.294	125.668	136.668	126.022

A abertura da amortização do intangível nos exercícios de 2025 e 2024 é apresentada conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.25	31.12.24	31.12.25	31.12.24
Administrativos	3.378	5.504	3.378	5.504
Produtivos	5.122	4.407	5.122	4.407
	8.500	9.911	8.500	9.911

e) Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado (*Impairment*)

Durante o exercício de 2025, não foram identificados e reconhecidos valores de *impairment*.

f) Ativos cedidos em garantia

A Companhia possui ativos imobilizados cedidos em garantia de operações financeiras, os quais se apresentam detalhados na nota explicativa nº 18.

g) Goodwill

O *goodwill* gerado em combinação de negócios da São Roberto S.A. no exercício de 2013, está reconhecido pelo valor de R\$ 104.380 e, é atribuível à expectativa de rentabilidade futura.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia avaliou a recuperação do montante do ágio com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Administração para um período de cinco anos e extrapolados à perpetuidade nos demais períodos com base nas taxas de crescimento estimadas.

Os fluxos de caixa foram descontados a valor presente através da aplicação da taxa determinada pelo *Weighted Average Cost of Capital* (WACC), com o custo do capital próprio calculado através do método *Capital Asset Pricing Model* (CAPM) enquanto o custo da dívida considera o custo médio do endividamento. O WACC considera, portanto, os pesos dos componentes do financiamento, dívida e capital próprio, utilizados pela Companhia para financiar suas atividades.

Os principais dados utilizados para cálculo do fluxo de caixa descontado estão apresentados a seguir:

	<u>Premissas</u>
Preços médios de vendas (% da taxa de crescimento anual)	4,0%
Margem bruta (% sobre a receita líquida)	39,4%
Taxa de crescimento estimada	5,0%
Taxa de desconto antes dos impostos	15,38%
Taxa de desconto depois dos impostos	13,28%

O valor recuperável da UGC para fins de teste de *impairment* não demonstrou necessidade de reconhecimento de perda no exercício.

A Companhia definiu como UGC para fins de teste de *impairment*, sua operação do segmento Papel para Embalagens Sustentáveis (Papel). As operações adquiridas em combinação de negócios da São Roberto S.A. em 2013 foram substancialmente desse segmento, e se juntaram às atividades já existentes na Companhia.

A Companhia efetuou uma análise de sensibilidade para as taxas de desconto e de crescimento. Mesmo considerando um acréscimo de 3,0% na taxa de desconto e um decréscimo de 1,0% na taxa de crescimento, o valor recuperável se mantém superior ao valor contábil.

Política contábil

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. Esse custo foi ajustado para refletir o custo atribuído de terrenos e edificações na data de transição para as normas contábeis IFRS e CPCs. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso na mesma base dos outros ativos imobilizados.

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terras, as quais não são depreciadas. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada conforme a avaliação.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Os ativos intangíveis da Companhia são formados por *ágio (goodwill)*, licenças de *softwares*, marca e carteira de clientes.

O *ágio* é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O *ágio* de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível" nas demonstrações financeiras consolidadas. No caso de ganho por compra vantajosa, o montante é registrado como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O *ágio* é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*) e é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre *ágio* não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do *ágio* relacionado com a entidade vendida.

O *ágio* é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o *ágio* se originou.

Os *softwares* são capitalizados com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada de cinco anos dos *softwares*. Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Política contábil

Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros (“Impairment”)

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto ativos biológicos, propriedades para investimento, estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGCs), ou seja, no menor grupo possível de ativos que geram entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não identificou indicadores de que o valor contábil exceda o valor recuperável de seus ativos não financeiros para suas operações continuadas.

16. ATIVO DE DIREITO DE USO E PASSIVO DE ARRENDAMENTO

Ativo de direito de uso

Controladora e Consolidado	Terrenos	Prédios e construções	Equipamentos e instalações	Total
Saldo em 01.01.24	3.912	13.112	7.380	24.404
Depreciação	(1.795)	(4.140)	(4.838)	(10.773)
Adição/baixa de contratos - efeito principal	1.462	680	3.846	5.988
Reclassificação de direito de uso para ativo imobilizado	-	-	(334)	(334)
Saldo contábil líquido em 31.12.24	3.579	9.652	6.054	19.285
 Custo	 11.171	 27.776	 30.320	 69.267
Depreciação acumulada	(7.592)	(18.124)	(24.266)	(49.982)
Saldo contábil líquido em 31.12.24	3.579	9.652	6.054	19.285
 Saldo em 01.01.25	 3.579	 9.652	 6.054	 19.285
Depreciação	(1.913)	(2.468)	(5.138)	(9.519)
Adição/baixa de contratos - efeito principal	2.571	32.320	7.549	42.440
Saldo contábil líquido em 31.12.25	4.237	39.504	8.465	52.206
 Custo	 13.742	 60.096	 37.869	 111.707
Depreciação acumulada	(9.505)	(20.592)	(29.404)	(59.501)
Saldo contábil líquido em 31.12.25	4.237	39.504	8.465	52.206

A mensuração do ativo de direito de uso corresponde ao valor inicial do passivo de arrendamento a valor presente descontado pela taxa nominal:

Controladora e Consolidado

Vencimento	Taxa nominal
1 a 10 anos	13,59% a 15,72 %
acima de 10 anos	14,20% a 16,39%

A depreciação é calculada pelo método linear de acordo com o prazo remanescente dos contratos com prazo médio de 19 anos.

Os contratos de arrendamento possuem passivos de arrendamento conforme demonstrado a seguir:

Passivo de arrendamento

Controladora e Consolidado	Terrenos	Prédios e construções	Equipamentos e instalações	Total
Saldo em 01.01.24	3.251	13.457	7.518	24.226
Parcela do arrendamento principal	(2.263)	(5.117)	(5.590)	(12.970)
Adição/baixa de contratos	1.462	680	3.846	5.988
Juros sobre arrendamento	475	978	752	2.205
Saldo contábil líquido em 31.12.24	2.925	9.998	6.526	19.449
 Saldo em 01.01.25	 2.925	 9.998	 6.526	 19.449
Parcela do arrendamento principal	(2.526)	(6.270)	(6.064)	(14.860)
Adição/baixa de contratos	2.571	32.320	7.549	42.440
Juros sobre arrendamento	438	3.677	1.062	5.177
Saldo contábil líquido em 31.12.25	3.408	39.725	9.073	52.206

Curto prazo	5.519
Longo prazo	46.687

Os juros sobre arrendamento são reconhecidos como despesa financeira e apropriados de acordo com o prazo remanescente dos contratos.

Os pagamentos do longo prazo, considerando seus fluxos de caixa futuros (não descontados) estão assim distribuídos:

<u>Vencimentos no longo prazo:</u>	<u>Controladora e Consolidado</u>
2027	3.352
2028	3.313
2029	3.247
2030	2.880
2031 em diante	33.895
	46.687

A Companhia possui o direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação dos arrendamentos de natureza de prédios, construções, equipamentos e instalações, que permanece mesmo com a implementação da reforma tributária. Os efeitos potenciais de PIS/COFINS são apresentados no quadro a seguir:

Controladora e Consolidado

Fluxo de caixa	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	73.770	52.206
PIS/COFINS (9,25%)	6.824	4.829

Conforme o ofício circular CVM 02/2019, a Companhia adotou a técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação (taxa nominal).

Demais premissas, como o cronograma de vencimento dos passivos e taxas de juros utilizadas no cálculo estão divulgadas em outros itens desta mesma nota explicativa, assim como os índices de inflação, são observáveis no mercado, de forma que os fluxos nominais possam ser elaborados pelos usuários das demonstrações financeiras.

No exercício de 2025 houve renegociações de contratos de arrendamentos, principalmente ao contrato de arrendamento da Unidade Embalagem SP – Indaiatuba conforme nota explicativa nº 20.

A Administração avaliou a utilização de fluxos de caixa nominais e taxas nominais, conforme recomendado pela CVM, conforme quadro a seguir:

Controladora e Consolidado	Fluxo real		Fluxo nominal	
	31.12.25	31.12.24	31.12.25	31.12.24
Passivo de arrendamento	177.984	20.209	306.178	43.363
Juros embutidos	(125.778)	(760)	(232.408)	(10.483)
	52.206	19.449	73.770	32.880

Política contábil

a) Definição de arrendamento

De acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, um contrato é ou contém um arrendamento se transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

b) Como arrendatário

A Companhia arrenda imóveis, equipamentos de produção e equipamentos de TI. Como arrendatária, de acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, a Companhia reconhece os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para a maioria dos arrendamentos, ou seja, esses arrendamentos são registrados no balanço patrimonial.

No entanto, a Companhia optou por não reconhecer os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para alguns arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI). A Companhia reconhece os pagamentos associados a esses arrendamentos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Companhia.

Política contábil

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: (i) pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; (ii) pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início; (iii) valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e (iv) o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Administração reconheceu ativos de direito de uso e passivos de arrendamento conforme apresentado nesta nota explicativa.

17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a) Abertura dos saldos contábeis

			Controladora e Consolidado	
			31.12.25	31.12.24
Circulante	Encargos anuais %	Moeda		
Moeda nacional				
Finame	IPCA + 5,40%	Real	44.116	33.136
Capital de giro	CDI + 1,00%	Real	105.844	86.790
Total moeda nacional			149.960	119.926
Moeda estrangeira				
Adiantamento contrato de câmbio	Fixo a 5,47%	Dólar	22.654	35.481
Total moeda estrangeira			22.654	35.481
Total do circulante			172.614	155.407
Não Circulante				
Moeda nacional				
Finame	IPCA + 5,59%	Real	424.639	461.299
Capital de giro	CDI + 0,99%	Real	363.328	254.000
Total moeda nacional			787.967	715.299
Total do não circulante			787.967	715.299
Total			960.581	870.706

		Controladora e Consolidado	
Vencimentos no longo prazo:		31.12.25	31.12.24
	2026	-	115.993
	2027	294.025	116.553
	2028	143.741	132.553
	2029	37.220	37.220
	2030	37.220	37.220
	2031 em diante	275.761	275.760
		787.967	715.299

b) Operações significativas no exercício

Capital de Giro

Em linha com a estratégia de gestão de passivos (*liability management*) da Companhia, foram captados R\$ 150.000 com Banco Itaú Unibanco, conforme [deliberado pelo Conselho de Administração em reunião de 19 de março de 2025](#), nas seguintes condições:

- Linha: Crédito Rural RL Industrialização;
- Prazo: 24 meses – *Bullet*;
- Vencimento: 24 de março de 2027;
- Garantias: *Clean*.
- Taxa Pré de 13,83% a.a. com *swap* de troca de taxa para custo pós-fixado de CDI - 0,50% a.a. (Certificado de Depósito Interbancário menos zero virgula cinquenta por cento ao ano). O *swap* tem o objetivo de ajustar o custo da operação e a contratação e vencimento são simultâneos ao da operação original. O contrato de *swap* não é negociável separadamente. Considerando as

características desse contrato em conjunto com o contrato de Crédito Rural RL Industrialização, a Companhia está considerando os dois instrumentos como um único instrumento.

No 4º trimestre de 2025 foi efetuada a renegociação bianual de parte das cartas de fiança garantia da operação de Finame junto ao BNDES, resultando na redução dos juros efetivos a partir de outubro de 2025, de IPCA + 5,59% a.a. para IPCA + 5,39% a.a..

c) Garantias

Como garantia da operação de FINAME DIRETO, a Companhia mantém cartas de fiança contratadas junto a instituições financeiras de seu relacionamento e previamente aprovadas pelo BNDES.

d) Cláusulas restritivas

Índice Financeiro com apuração anual.

i) Relação entre a dívida líquida e o EBITDA - menor ou igual:

Banco Itaú - NCE			Banco Santander - CDCA			Banco Safra - CCB		
Ano	Contratado	Apurado	Ano	Contratado	Apurado	Ano	Contratado	Apurado
2023	4,00	2,07	2023	4,00	2,07	2023	4,00	2,07
2024	4,00	2,26	2024	4,00	2,26	2024	4,00	2,26
2025	4,00	1,99	2025	4,00	1,99	2025	4,00	1,99
2026 a 2027	4,00	-	2026 a 2027	4,00	-	2026 a 2027	4,00	-

Adicionalmente, a Companhia possui cláusulas de *covenants* para indicadores não financeiros, os quais estavam integralmente cumpridos em 31 de dezembro de 2025.

Os empréstimos e financiamentos foram contratados conforme determina a Política de Gestão Financeira da Companhia.

Política contábil

Os empréstimos e financiamentos são registrados pelos valores originais de captação, deduzidos dos respectivos custos de transação quando existentes, atualizados monetariamente pelos indexadores pactuados contratualmente com os credores, acrescidos de juros calculados pela taxa de juros efetiva e atualizados pela variação cambial quando aplicável, até as datas dos balanços, conforme descrito em notas explicativas.

18. DEBÊNTURES

a) 4ª Emissão de Debêntures simples privada

Conforme [Ata de Reunião do Conselho de 02 de março de 2021](#), foi aprovada a 4ª Emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real, para colocação privada, com valor nominal unitário de R\$ 1,00, totalizando, na data de emissão 03 de março de 2021, o valor de R\$ 60.000. As debêntures possuem vencimento final em 15 dezembro de 2029 e serão amortizadas em 8 parcelas semestrais a partir de 15 de junho de 2026.

Os recursos obtidos pela Companhia com a Emissão foram utilizados para execução de investimentos para consecução de seu objeto social no curso normal de seus negócios, para os quais a Companhia possui ou venha a possuir, conforme as normas atualmente em vigor, licença e/ou autorização ambiental válida, vigente e/ou eficaz, conforme aplicável e exigido pela Legislação Socioambiental.

A 4ª Emissão, privada, de Debêntures simples possui [Rating brAA+ pela S&P Global Ratings](#) e é caracterizada como “Debêntures Verdes” com base em [Parecer de Segunda Opinião emitido pela consultoria especializada SITAWI Finanças do Bem \(ERM NINT\)](#), com base nas diretrizes do *Green Bond Principles* de junho de 2018.

Em dezembro de 2021, a Companhia contratou instrumento financeiro derivativo (*swap*) trocando a remuneração da 4ª Emissão, privada, de Debêntures simples de IPCA + 5,50% a.a., para CDI + 0,71% a.a., conforme nota explicativa nº 10.

b) 5ª Emissão, privada, de Debêntures simples (CRA – Certificados de Recebíveis do Agronegócio)

Conforme [Reunião do Conselho de Administração de 10 de agosto de 2022](#) rerratificada pela [Reunião do Conselho de Administração de 08 de setembro de 2022](#), [Fato Relevante 11 de agosto de 2022](#) e [Comunicado ao Mercado de 18 de outubro de 2022](#), a Companhia concluiu em 17 de outubro de 2022 a 5ª (quinta) emissão de 720.000 (setecentas e vinte mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, em duas séries, para colocação privada, com valor unitário de R\$ 1, totalizando, na data de sua emissão, no montante total de R\$ 720.000, dos quais:

- (i) 486.307 (quatrocentos e oitenta e seis mil, trezentos e sete) Debêntures da 1ª Série, correspondente ao valor de R\$ 486.307, remuneradas a CDI + 1,40% a.a. em periodicidade semestral e amortizadas em parcela única no vencimento em 12 de agosto de 2027.
- (ii) 233.693 (duzentos e trinta e três mil, seiscentos e noventa e três) Debêntures da 2ª Série, correspondente ao valor R\$ 233.693, remuneradas a CDI + 1,75% a.a. em periodicidade semestral e amortizadas em duas parcelas de igual valor, em 11 de agosto de 2028 e no vencimento em 13 de agosto de 2029.

As Debêntures não contam com qualquer garantia real ou fidejussória, ou qualquer segregação de bens da Companhia como garantia, e foram vinculadas a uma operação de securitização, servindo de lastro para a emissão e distribuição pública, nos termos da Instrução da CVM nº 400, de certificados de recebíveis do agronegócio (CRAs) das 1ª (primeira) e 2ª (segunda) séries da 194ª (centésima nonagésima quarta) emissão da Eco Securitizadora De Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

A emissão de CRAs possui [Rating brAA pela S&P Global Ratings](#). As Debêntures e, consequentemente, os CRAs foram caracterizados como "debêntures verdes" e "CRA Verde" (*Green Bond*), respectivamente, com base em [Parecer de Segunda Opinião](#) emitido pela consultoria especializada NINT – Natural Intelligence Ltda.

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Emissão são destinados exclusivamente às suas atividades no agronegócio, no âmbito da silvicultura e da agricultura, em especial por meio do emprego dos recursos em investimentos, custos e despesas relacionados com o florestamento, reflorestamento, aquisição de defensivos agrícolas, adubos, madeira, serviços de manejo e colheita de florestas e derivados como resinas e de logística integrada de transporte, armazenagem, descascamento e picagem de madeira.

c) 6ª Emissão de Debêntures simples pública

Conforme [Ata de Reunião do Conselho de Administração de 17 de Outubro de 2025, comunicado ao mercado em 28 de outubro de 2025](#), a Companhia concluiu a emissão de 120.000 (cento e vinte mil) Debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais), perfazendo o valor total da Emissão de R\$ 120.000, com vencimento em 15 anos, a contar da data de emissão, ou seja, 15 de agosto de 2040.

A totalidade dos recursos captados pela Companhia por meio das Debêntures será destinada para o Projeto Gaia V – Repotenciação São Luiz, com o objetivo de repotenciar a PCH (Pequena Central Hidrelétrica) em Santa Catarina, conforme [Fato Relevante divulgado em 04 de setembro de 2025](#), na forma do artigo 2º da Lei 12.431.

A Moody's Local BR Agência de Classificação de Risco Ltda. [atribuiu, em 17 de outubro de 2025](#), o rating AA.br à Emissão.

As Debêntures foram caracterizadas como "Debêntures Verdes" com base no compromisso da Companhia em destinar os recursos captados com as Debêntures para o Projeto, em conformidade com o Parecer Independente de Segunda Opinião do Projeto, emitido por consultoria especializada independente contratada pela Companhia, qual seja Det Norske Veritas, com base nas diretrizes do Green Bond Principles de 2025, emitido pela International Capital Market Association.

As Debêntures não contam com qualquer garantia real ou fidejussória, ou qualquer segregação de bens da Companhia como garantia.

d) Abertura dos saldos contábeis

			Controladora e Consolidado	
Circulante	Emissão	Encargos anuais %	31.12.25	31.12.24
Em moeda nacional				
4ª Emissão de Debêntures	03.03.21	IPCA + 5,50%	19.718	59
5ª Emissão de Debêntures	15.08.22	CDI + 1,51%	40.061	29.815
6ª Emissão de Debêntures	15.10.25	IPCA + 6,65%	1.173	-
Total do circulante			60.952	29.874
Não Circulante				
Em moeda nacional				
4ª Emissão de Debêntures	03.03.21	IPCA + 5,50%	58.769	75.020
5ª Emissão de Debêntures	15.08.22	CDI + 1,51%	714.864	710.514
6ª Emissão de Debêntures	15.10.25	IPCA + 6,65%	114.545	-
Total do não circulante			888.178	785.534
Total			949.130	815.408

Vencimentos a longo prazo:	Controladora e Consolidado	
	31.12.25	31.12.24
2026	-	14.363
2027	502.133	501.527
2028	135.057	134.479
2029	135.714	135.165
2030	10.485	-
2031 em diante	104.789	-
	888.178	785.534

e) Cronograma de amortização dos custos de captação

Em moeda nacional	Emissão	2026	2027	2028	2029	2030	2031 em diante	Total
4ª Emissão de Debêntures	03.03.21	87	50	33	14	-	-	184
5ª Emissão de Debêntures	15.08.22	4.351	3.531	1.136	468	-	-	9.486
6ª Emissão de Debêntures	15.10.25	190	215	243	272	306	4.958	6.184
Total moeda nacional		4.628	3.796	1.412	754	306	4.958	15.854

f) Garantias

A 4ª Emissão de Debêntures simples privada possui garantias, conforme segue:

- Alienação fiduciária de propriedades da Companhia, localizadas na cidade de Santa Luzia, no Estado de Minas Gerais (Planta de Papel).
- Alienação fiduciária de máquinas e equipamentos de propriedade da Companhia, localizados na referida planta.

g) Cláusulas restritivas

Índices financeiros com apuração anual:

i) Relação entre a dívida líquida e o EBITDA, menor ou igual:

4ª Emissão de Debêntures			5ª Emissão de Debêntures			6ª Emissão de Debêntures		
Ano	Contratado	Apurado	Ano	Contratado	Apurado	Ano	Contratado	Apurado
2021	3,50	0,78	2022	3,50	1,38	2025	4,00	1,99
2022	3,50	1,38	2023	4,00	2,07	2026 a 2039	4,00	-
2023	3,50	2,07	2024	4,00	2,26			
2024	3,50	2,26	2025	4,00	1,99			
2025	3,50	1,99	2026 a 2028	4,00	-			
2026 a 2028	3,50	-						

ii) Relação EBITDA sobre despesa financeira líquida, maior ou igual:

4ª Emissão de Debêntures		
Ano	Contratado	Apurado
2021	2,00	11,24
2022	2,00	9,21
2023	2,00	10,92
2024	2,00	4,28
2025	2,00	4,03
2026 a 2028	2,00	-

Adicionalmente, a Companhia possui cláusulas de *covenants* para indicadores não financeiros, os quais estavam integralmente cumpridos em 31 de dezembro de 2025.

Política contábil

As debêntures são registradas pelos valores originais de captação, deduzidos dos respectivos custos de transação quando existentes, atualizados monetariamente pelos indexadores pactuados contratualmente com os credores, acrescidos de juros calculados pela taxa de juros efetiva e atualizados pela variação cambial quando aplicável, até as datas dos balanços, conforme descrito em notas explicativas.

19. FORNECEDORES

Correspondem às obrigações junto a fornecedores conforme a seguir:

CIRCULANTE	Controladora		Consolidado	
	31.12.25	31.12.24	31.12.25	31.12.24
Fornecedores do mercado interno	148.233	138.821	148.537	139.580
Fornecedores do mercado externo	1.553	1.193	1.553	1.193
Partes relacionadas	20.345	4.623	115	75
	170.131	144.637	150.205	140.848

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possuía operação de “risco sacado” com seus fornecedores.

20. PARTES RELACIONADAS

a) Saldos e transações com partes relacionadas (empresas)

As operações foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia conforme previsto na política de Transações com Partes Relacionadas.

Controladora	Ativos		Passivos		Receitas		Custos e Despesas	
	31.12.25	31.12.24	31.12.25	31.12.24	31.12.25	31.12.24	31.12.25	31.12.24
Empresas								
Habitasul Florestal S.A.	-	-	-	1.116	-	-	6.253	10.204
Iraflor - Com. de Madeiras Ltda.	-	-	20.230	3.432	-	-	33.745	17.910
Companhia Habitasul de Participações	14	89	-	-	760	876	-	-
Souto Correa Cesa & Amaral Advogados	-	-	115	75	-	-	1.374	1.209
MCFD Administração de Imóveis Ltda.	-	-	-	-	-	-	2.787	2.292
PFD Administração de Imóveis Ltda.	-	-	-	-	-	-	2.787	2.292
Total	14	89	20.345	4.623	760	876	46.946	33.907
Parcela circulante	14	89	20.345	4.623				

Consolidado	Ativos		Passivos		Receitas		Custos e Despesas	
	31.12.25	31.12.24	31.12.25	31.12.24	31.12.25	31.12.24	31.12.25	31.12.24
Empresas								
Companhia Habitasul de Participações	14	89	-	-	760	876	-	-
Souto Correa Cesa & Amaral Advogados	-	-	115	75	-	-	1.374	1.209
MCFD Administração de Imóveis Ltda.	-	-	-	-	-	-	2.787	2.292
PFD Administração de Imóveis Ltda.	-	-	-	-	-	-	2.787	2.292
Total	14	89	115	75	760	876	6.948	5.793
Parcela circulante	14	89	115	75				

O saldo ativo está reconhecido na rubrica de “Contas a receber de clientes” e o saldo passivo está reconhecido na rubrica de “Fornecedores” do balanço patrimonial.

A receita está contabilizada na rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas” e custo e despesa estão contabilizados nas rubricas “Custo dos produtos vendidos” e “Despesas gerais e administrativas” na demonstração de resultado.

Os débitos junto à controlada Habitasul Florestal S.A. são decorrentes de operações comerciais e de aquisição de matéria-prima, a preços e prazos em condições estabelecidas entre as partes.

Os débitos junto à controlada Iraflor Comércio de Madeiras Ltda. são decorrentes de operações comerciais e de aquisição de matéria-prima a preços e prazos em condições estabelecidas entre as partes.

O valor a receber junto à Companhia Habitasul de Participações ("CHP") decorre de convênio de compartilhamento de custos em decorrência do reembolso dos custos de estrutura dos profissionais alocados em áreas de apoio e/ou administrativas, com revisões dos valores semestralmente.

Os débitos junto à Souto Correa Cesa & Amaral Advogados são decorrentes de serviços de assessoria e consultoria jurídica na condução de demandas administrativas e judiciais da Companhia, contratados a preços, prazos e condições de mercado.

O débito junto a MCFD Administração de Imóveis Ltda. e PFD Administração de Imóveis Ltda., corresponde ao valor mensal de aluguel da Unidade Embalagem SP – Indaiatuba, firmado em 26 de dezembro de 2006 e, conforme Fato Relevante do dia 07 de abril de 2025, foi prorrogado por mais 25 anos a contar de 2027. O contrato está reconhecido como arrendamento conforme nota explicativa nº 16.

b) Remuneração e benefícios da administração e conselho fiscal

Controladora

	Passivos		Despesas	
	31.12.25	31.12.24	31.12.25	31.12.24
Remuneração dos administradores e conselho fiscal*	3.163	3.972	19.586	19.523
Indenização de honorários de administrador	-	-	4.200	-
Participação dos administradores	19.991	28.311	19.586	19.523
Participação nos Resultados de Longo Prazo - "Upside "	7.664	11.114	-	-
Total	30.818	43.397	43.372	39.046
Parcela circulante	10.827	15.086		
Parcela não circulante	19.991	28.311		

* sem encargos sociais e incluindo benefícios

Consolidado

	Passivos		Despesas	
	31.12.25	31.12.24	31.12.25	31.12.24
Remuneração dos administradores e conselho fiscal*	3.163	3.972	19.640	19.577
Indenização de honorários de administrador	-	-	4.200	-
Participação dos administradores	19.991	28.311	19.586	19.523
Participação nos Resultados de Longo Prazo - "Upside "	7.664	11.114	-	-
Total	30.818	43.397	43.426	39.100
Parcela circulante	10.827	15.086		
Parcela não circulante	19.991	28.311		

* sem encargos sociais e incluindo benefícios

O saldo passivo está reconhecido na rubrica de "Obrigações sociais e previdenciárias" do balanço patrimonial.

A remuneração dos administradores e conselho fiscal está contabilizada na rubrica de despesas "Gerais e administrativas" e a participação dos administradores está contabilizada em rubrica própria "Participação dos administradores" na demonstração de resultado.

A remuneração global dos administradores e do conselho fiscal aprovada pela Assembleia Geral Ordinária de 23 de abril de 2025, é de valor máximo de R\$ 23.000 que compreendem honorários fixos, benefícios e remuneração variável de curto prazo.

A remuneração dos administradores no montante de R\$ 3.163 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 3.972 em 31 de dezembro de 2024) se refere ao bônus a pagar do programa de incentivos de curto prazo.

A indenização de honorários de administrador se refere a pagamento de rescisão de contrato de executivo.

A participação dos administradores decorre de previsão estatutária conforme Artigo 24 do [Estatuto Social da Companhia](#), limitado a 10% (dez por cento) dos lucros, ou a sua remuneração anual, se este limite for menor. A variação do saldo da participação dos administradores a pagar decorre principalmente a pagamento de indenização associada à rescisão de contrato de executivo.

As participações nos Resultados de Longo Prazo – “Upside”, se referem à destinação para pagamento de parcela da participação dos administradores, com teto que será o equivalente à remuneração mensal de cada administrador no mês de dezembro do ano imediatamente anterior ao ano do efetivo pagamento, multiplicado por 25 vezes até o Upside de 2021 e 21 vezes a partir do Upside de 2022, a serem distribuídas àqueles participantes do programa, conforme [aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em 04 de agosto de 2022](#). Não se trata de um plano de *Stock Option*.

21. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIOS

A Companhia e suas controladas figuram como parte em ações judiciais de naturezas tributárias, cíveis e trabalhistas e em processos administrativos de natureza tributária. A classificação da probabilidade de perda nos referidos processos leva em consideração a avaliação de seus assessores jurídicos diante da legislação aplicável ao caso, contexto probatório demonstrado, decisões administrativas dos Órgãos Fiscalizadores do Governo Federal e Estadual, posicionamento jurisprudencial dos Tribunais, bem como entendimento das Cortes Superiores.

Atendendo o Pronunciamento do CPC 25/IAS 37, para os processos da Companhia e Subsidiárias que seus assessores jurídicos classificaram com probabilidade de perda provável, foram registradas provisões contábeis conforme a abertura de saldos abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.25	31.12.24	31.12.25	31.12.24
Provisões cíveis	1.391	858	1.800	1.242
Provisões trabalhistas	3.299	4.967	3.911	6.038
Provisões tributárias	22.720	18.282	22.720	18.282
Total	27.410	24.107	28.431	25.562

Detalhamento das movimentações das provisões conforme segue:

Controladora	01.01.24	Provisão	Pagamentos	Reversão	Depósitos judiciais vinculados	31.12.24
Cível	3.022	1.070	(2.250)	(984)	-	858
Trabalhista	5.958	941	(1.779)	(209)	56	4.967
Tributária	15.492	4.988	(114)	(2.084)	-	18.282
	24.472	6.999	(4.143)	(3.277)	56	24.107
Controladora	01.01.25	Provisão	Pagamentos	Reversão	Depósitos judiciais vinculados	31.12.25
Cível	858	845	(312)	-	-	1.391
Trabalhista	4.967	715	(2.031)	(427)	75	3.299
Tributária	18.282	8.798	-	(4.360)	-	22.720
	24.107	10.358	(2.343)	(4.787)	75	27.410
Consolidado	01.01.24	Provisão	Pagamentos	Reversão	Depósitos judiciais vinculados	31.12.24
Cível	3.022	1.454	(2.250)	(984)	-	1.242
Trabalhista	6.175	1.808	(1.792)	(209)	56	6.038
Tributária	15.492	4.988	(114)	(2.084)	-	18.282
	24.689	8.250	(4.156)	(3.277)	56	25.562
Consolidado	01.01.25	Provisão	Pagamentos	Reversão	Depósitos judiciais vinculados	31.12.25
Cível	1.242	875	(312)	(5)	-	1.800
Trabalhista	6.038	1.088	(2.753)	(537)	75	3.911
Tributária	18.282	8.798	-	(4.360)	-	22.720
	25.562	10.761	(3.065)	(4.902)	75	28.431

As provisões constituídas referem-se principalmente a:

- Os processos cíveis relacionam-se, entre outras questões, a pedidos indenizatórios de perdas e danos. Em 31 de dezembro de 2025, havia no consolidado o valor de R\$ 1.800 provisionado para fazer frente às eventuais condenações nesses processos.
- Os processos trabalhistas têm como principais pedidos o pagamento de adicional de periculosidade e de insalubridade, horas extras e indenizações por danos morais e materiais. Com base na experiência passada e na assessoria de seus advogados, a Companhia mantém

provisionado, no consolidado, o valor de R\$ 3.911 em 31 de dezembro de 2025 e acredita que esse montante seja suficiente para cobrir prováveis perdas trabalhistas.

- c) As provisões tributárias totalizam no consolidado o valor de R\$ 22.720 em 31 de dezembro de 2025, e se referem principalmente à:
- i) Apropriação de Crédito Presumido de ICMS no Estado de Minas Gerais vinculado a Protocolo de Intenções para Investimento na Unidade Papel localizada no Município de Santa Luzia, o qual não foi iniciado pois aguarda autorização dos Órgãos Ambientais e por razões estratégicas de mercado da Companhia. O montante apropriado até 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 12.201, para o qual foi constituída provisão para riscos tributários no valor corrigido de R\$ 18.113.
 - ii) Execução Fiscal nº 5001467-40.2016.4.04.7203 originado pelo Auto de Infração emitido pela Receita Federal do Brasil em 2006, referente a glosa de crédito presumido de IPI dos períodos de 10/2004 a 08/2006, com valor atualizado de R\$ 4.272.

Em relação à Execução Fiscal que se referia à glosa de créditos de ICMS pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, no montante total de R\$ 2.049, neste exercício de 2025 ocorreu a sua reversão.

Política contábil

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia tem uma obrigação presente, formal ou não formal, como consequência de um evento passado e é provável que recursos sejam exigidos para liquidar essa obrigação. São constituídas em montante considerado, pela Administração, suficiente para cobrir perdas prováveis, sendo atualizadas até a data do balanço, observada a natureza de cada risco e apoiadas na opinião dos advogados e consultores legais da Companhia.

Contingências

Para as contingências avaliadas pela Administração em conjunto com seus assessores jurídicos como perdas possíveis não foram constituídas provisões contábeis.

A Companhia e suas controladas figuram como parte em ações judiciais de naturezas tributárias, cíveis e trabalhistas e em processos administrativos de natureza tributária que diante do estágio do respectivo processo, contexto probatório, posicionamento dos Órgãos Fiscalizadores e da jurisprudência sobre o assunto, foram classificados com probabilidade de perda possível. Sendo que para estes casos, em consonância com as normas contábeis não há provisões constituídas.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o montante dessas contingências possíveis de naturezas trabalhistas, cíveis, e tributárias é composto como segue:

	Consolidado	
	31.12.25	31.12.24
Contingências trabalhistas	16.431	11.900
Contingências cíveis	10.446	8.985
Contingências tributárias	149.861	144.427
	176.738	165.312

-

Contingências trabalhistas:

As ações trabalhistas classificadas como perda possível, avaliadas pela Administração em conjunto com seus assessores jurídicos, totalizam R\$ 16.431 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 11.900 em 31 de dezembro de 2024). Os principais pedidos nessas ações se referem a adicional de periculosidade, adicional de insalubridade e horas extras, bem como a indenizações por danos morais e materiais.

Contingências cíveis:

As ações cíveis classificadas como perda possível, avaliadas pela Administração em conjunto com seus assessores jurídicos como perdas possíveis totalizam R\$ 10.446 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 8.985 em 31 de dezembro de 2024) e contemplam principalmente ações de indenização, em sua maior parte, decorrentes de relações contratuais, incluindo a discussão de valores relacionados a perdas e danos.

Contingências tributárias passivas:

As ações tributárias avaliadas pela Administração em conjunto com seus assessores jurídicos como perdas possíveis totalizam R\$ 149.861 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 144.427 em 31 de dezembro de 2024) e contemplam principalmente os seguintes processos:

- Processos Administrativos e Judiciais referentes a cobranças do Estado de Santa Catarina, oriundos de crédito tributário de ICMS supostamente indevido na aquisição de materiais utilizados no processo produtivo das unidades Industriais instaladas naqueles Estados, com valor em 31 de dezembro de 2025 de R\$ 33.598 (R\$ 30.795 em 31 de dezembro de 2024). A Companhia discute administrativa e judicialmente as referidas notificações fiscais.
- Processos Administrativos referentes a Autos de Infração de PIS e COFINS oriundos de crédito tributário supostamente indevido, com valor em 31 de dezembro de 2025 de R\$ 51.102 (R\$ 48.726 em 31 de dezembro de 2024). A Companhia contesta os referidos autos administrativa e judicialmente e aguarda os respectivos julgamentos.
- Processo Administrativo referente a Auto de Infração de PIS e COFINS emitido pela Receita Federal do Brasil (RFB) no segundo trimestre de 2024, oriundo de crédito tributário supostamente indevido na aquisição de goma resina no período de 01/2020 a 12/2021, com valor em 31 de dezembro de 2025 de R\$ 28.705. A Companhia apresentou no dia 29 de dezembro de 2025 Recurso Voluntário e aguarda julgamento.

- Processos Administrativos referentes a cobranças de supostos débitos de INSS, oriundos de auto de infração de INSS decorrente de compensação de débitos destes tributos com créditos da mesma espécie, que totalizam em 31 de dezembro de 2025 o valor de R\$ 12.850 (R\$ 11.435 em 31 de dezembro de 2024). A Companhia discute administrativamente as referidas notificações fiscais.
- Processos referentes a Autos de Infração de IRPJ oriundos de compensação de débitos destes tributos com créditos da mesma espécie, com valor em 31 de dezembro de 2025 de R\$ 3.142 (R\$ 3.001 em 31 de dezembro de 2024). A Companhia discute administrativa e judicialmente as referidas notificações fiscais.
- Notificação Fiscal que tem por objeto aplicação de multa relativa ao IRPJ e CSLL dos exercícios 2015 a 2018, decorrentes de exclusões supostamente indevidas sobre o lucro líquido de cada período. A Receita Federal do Brasil entendeu que as reduções, com aumento do prejuízo fiscal, teriam origem em amortização fiscal de ágio, sem respaldo legal.

O processo se encontra suspenso em virtude de a Companhia ter apresentado a respectiva impugnação administrativa, pela qual aguarda julgamento. O valor da multa aplicada na Notificação Fiscal é de R\$ 435. Caso a Companhia não obtenha êxito haverá reflexo adicional de reversão de prejuízo fiscal pela amortização do ágio utilizado no período, que resulta em redução de aproximadamente R\$ 19.551 de IRPJ e CSLL ativo sobre o valor amortizado do ágio.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 646.895 (R\$ 566.895 em 31 de dezembro de 2024), composto em 31 de dezembro de 2025 por 230.501.219 ações ordinárias sem valor nominal (239.829.919 ações ordinárias sem valor nominal em 31 de dezembro de 2024). No segundo trimestre de 2025 houve a capitalização da conta de reserva de retenção de lucros no montante de R\$ 80.000 sem emissão de novas ações, conforme deliberado em Assembleia Geral da Companhia.

O valor do capital social, líquido dos custos com emissões de ações de R\$ 22.961, é de R\$ 623.934 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 543.934 em 31 de dezembro de 2024).

b) Remuneração dos acionistas

i) Dividendos intercalares

O [Conselho de Administração aprovou, em 04 de novembro de 2025](#), “ad referendum” da Assembleia Geral de Acionistas da Companhia, a distribuição de dividendos intercalares sobre os resultados apurados no terceiro trimestre de 2025, no montante de R\$ 10.323, correspondentes a R\$ 0,044784774 por ação ordinária, aos acionistas detentores de ações de emissão da Companhia em 10 de novembro de 2025, pagos em 25 de novembro de 2025. Os Dividendos Intercalares – 3º Trimestre de 2025 distribuídos foram imputados ao dividendo mínimo obrigatório eventualmente declarado pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia que aprovar

as contas dos administradores relativas ao exercício social de 2025, conforme faculta o supracitado artigo 29, caput, do [Estatuto Social da Companhia](#).

O [Conselho de Administração aprovou, em 04 de agosto de 2025](#), “*ad referendum*” da Assembleia Geral de Acionistas da Companhia, a distribuição de dividendos intercalares sobre os resultados apurados no segundo trimestre de 2025, no montante de R\$ 25.318, correspondentes a R\$ 0,109708784 por ação ordinária, aos acionistas detentores de ações de emissão da Companhia em 08 de agosto de 2025, pagos em 22 de agosto de 2025. Os Dividendos Intercalares – 2º Trimestre de 2025 distribuídos foram imputados ao dividendo mínimo obrigatório eventualmente declarado pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia que aprovar as contas dos administradores relativas ao exercício social de 2025, conforme faculta o supracitado artigo 29, caput, do [Estatuto Social da Companhia](#).

O [Conselho de Administração aprovou, em 02 de maio de 2025](#), “*ad referendum*” da Assembleia Geral de Acionistas da Companhia, a distribuição de dividendos intercalares sobre os resultados apurados no primeiro trimestre de 2025, no montante de R\$ 14.499, correspondentes a R\$ 0,062579877 por ação ordinária, aos acionistas detentores de ações de emissão da Companhia em 07 de maio de 2025, pagos em 21 de maio de 2025. Os Dividendos Intercalares – 1º Trimestre de 2025 distribuídos foram imputados ao dividendo mínimo obrigatório eventualmente declarado pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia que aprovar as contas dos administradores relativas ao exercício social de 2025, conforme faculta o supracitado artigo 29, caput, do [Estatuto Social da Companhia](#).

ii) Dividendos adicionais propostos do exercício de 2024

Em [Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de Acionistas na data de 23 de abril de 2025](#), foram aprovados dividendos adicionais referente ao exercício de 2024, no valor total de R\$ 74.878, sendo o dividendo por ação o valor de R\$ 0,323177, pagos em 21 de maio de 2025.

c) Ações em tesouraria

Programa de Recompra de Ações 2024: [O Conselho de Administração da Companhia aprovou em 22 de março de 2024 o Programa de Recompra de Ações 2024](#), que passou a vigorar a partir de 25 de março de 2024 e terminou em 25 de setembro de 2025, com limite de aquisição de 10.651.676 ações ordinárias, representativas de 10% do total de ações ordinárias de emissão da Companhia em circulação, e tinha como objetivo maximizar a geração de valor para os acionistas por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital da Companhia. [O Conselho de Administração da Companhia aprovou em 24 de setembro de 2025 o encerramento do Programa de Recompra de Ações 2024 e o cancelamento das ações ordinárias no total de 9.328.700 ações ordinárias](#), sem valor nominal, de emissão própria, sem redução do valor do capital social da Companhia.

As movimentações das ações em tesouraria estão demonstradas no quadro que segue:

		Controladora					
01.01.25		Aquisições		Cancelamento		31.12.25	
Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor
6.300.800	49.169	3.027.900	22.052	(9.328.700)	(71.221)	-	-
6.300.800	49.169	3.027.900	22.052	(9.328.700)	(71.221)	-	-

Programa de Recompra de Ações 2024

Programa de Recompra de Ações 2025: [O Conselho de Administração da Companhia aprovou em 24 de setembro de 2025 o Programa de Recompra de Ações 2025](#), que passou a vigorar a partir de 25 de setembro de 2025 e término em 25 de março de 2027, com limite de aquisição de 9.771.034 ações ordinárias, representativas de 10% do total de ações ordinárias de emissão da Companhia em circulação, e tem como objetivo maximizar a geração de valor para os acionistas por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital da Companhia, até a data de 31 de dezembro de 2025 não houve recompra de ações ordinárias da Companhia referente ao Programa de Recompra de Ações 2025.

d) Resultado do exercício

Em conformidade com o Art. 202 da Lei 6.404/1976, os acionistas possuem direito de dividendos mínimos e obrigatórios. No caso da Companhia está previsto no estatuto que os dividendos mínimos serão de 25% do lucro líquido após a compensação de prejuízos acumulados, a destinação da reserva legal e a destinação da reserva de incentivos fiscais.

A Companhia adiciona ao lucro base para distribuição de dividendos, as realizações da reserva de ativos biológicos e da reserva de ajustes de avaliação patrimonial.

O cálculo dos dividendos e o saldo de dividendos a pagar estão assim compostos:

	Consolidado	
	31.12.25	31.12.24
Lucro líquido do exercício	242.050	304.519
(-) Reserva legal	(12.103)	(15.226)
Reserva de lucros realizada - ativos biológicos	-	1.275
Realização - custo atribuído	8.949	8.944
Lucro base para distribuição de dividendos	238.896	299.512
Dividendo mínimo obrigatório	59.724	74.878
Total de dividendos por ação ordinária (R\$ por ação)	0,259103	0,312213
Dividendos distribuídos	50.140	30.101
Saldo de dividendos a pagar	9.584	44.777
Saldo de dividendos a pagar por ação ordinária (R\$ por ação)	0,041575	0,186705

Conforme a Política de Distribuição de Dividendos e Pagamento de Juros sobre o Capital Próprio da Companhia, os dividendos apresentados acima estão sendo destacados pela Administração referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Os dividendos adicionais propostos referentes a 2025 não foram reconhecidos como passivos tendo em vista que serão submetidos a Assembleia Geral Ordinária para aprovação.

	31.12.25	31.12.24
Dividendos adicionais propostos	59.724	74.878
Total de dividendos adicionais propostos por ação ordinária (R\$ por ação)	0,259103	0,320637

e) Reservas de lucros

As Reservas de lucros estão compostas por: i) reserva legal, ii) reserva de ativos biológicos, iii) reserva de retenção de lucros, iv) reservas de incentivos fiscais.

i) Em conformidade com o [Estatuto Social da Companhia](#) a Reserva legal é constituída através da destinação de 5% do lucro líquido do exercício e poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou para aumento de capital.

ii) A reserva de ativos biológicos foi constituída em função de a Companhia ter avaliado seus ativos biológicos a valor justo no balanço de abertura para adoção inicial do IFRS. A criação desta reserva estatutária foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária de 29 de fevereiro de 2012, quando ocorreu a transferência do montante reconhecido anteriormente em reserva de lucros a realizar.

iii) A reserva de retenção de lucros está composta pelo saldo de lucros remanescentes após a compensação dos prejuízos e a constituição da reserva legal, bem como diminuído da parcela de dividendos distribuídos. Esses recursos serão destinados a investimentos em ativo imobilizado previamente aprovados pelo Conselho de Administração ou poderão, futuramente, serem deliberados para distribuição pela Assembleia Geral. Alguns contratos com credores contêm cláusulas restritivas para distribuição de dividendos superiores ao mínimo legal na data da deliberação para seu respectivo pagamento.

iv) A reserva de incentivos fiscais foi constituída pela parcela do lucro líquido de exercícios anteriores decorrente de subvenções governamentais para investimentos na modernização e ampliação da capacidade de produção de papel em Minas Gerais e ampliação da unidade industrial localizada em Santa Catarina, sendo excluída da base do dividendo obrigatório.

Na data-base destas demonstrações financeiras, as reservas de lucro superam o valor do Capital Social em R\$ 93.187. A Assembleia Geral que deliberará sobre estas demonstrações financeiras deverá também deliberar sobre a proposta da Administração para distribuição de dividendos adicionais e aumento de capital, destas reservas, adequando o saldo das reservas de lucro atendendo o referido dispositivo legal.

f) Ajustes de avaliação patrimonial

Foi constituído em função de a Companhia ter avaliado seus ativos imobilizados (terras, maquinários e edificações) ao custo atribuído no balanço de abertura para adoção inicial do IFRS. Sua realização se dará pela depreciação do respectivo valor de custo atribuído, quando também será oferecida à base de dividendos. O saldo líquido dos tributos em 31 de dezembro de 2025 corresponde a um saldo credor de R\$ 109.919 (R\$ 118.868 em 31 de dezembro de 2024).

As movimentações dos ajustes de avaliação patrimonial estão demonstradas no quadro que segue:

	Consolidado
Em 01 de janeiro de 2024	127.812
Realização anual - custo atribuído	(8.944)
Em 31 de dezembro de 2024	118.868
Realização anual - custo atribuído	(8.949)
Em 31 de dezembro de 2025	109.919

23. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação básico e diluído é calculado pela divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia, pela média ponderada das ações disponíveis durante o período. A Companhia não possui efeitos de ações potenciais como dívidas conversíveis em ações, desta forma o lucro diluído é igual ao lucro básico por ação.

a) Resultado básico e diluído:

	Controladora e Consolidado	
	31.12.25	31.12.24
	Ações ON Ordinárias	Ações ON Ordinárias
Média ponderada da quantidade de ações	231.338.569	238.245.169
Lucro do exercício incluindo operações continuadas e descontinuadas atribuível a cada espécie de ações	242.050	304.519
Lucro por ação básico e diluído de operações continuadas - R\$	1,0978	1,3263
Prejuízo por ação básico e diluído de operações descontinuadas - R\$	(0,0515)	(0,0481)
Total lucro por ação básico e diluído	1,0463	1,2782

24. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

A receita líquida da Companhia está apresentada conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.25	31.12.24	31.12.25	31.12.24
Receita bruta de vendas de produtos	2.167.405	2.004.140	2.179.912	2.012.107
Impostos sobre as vendas	(465.953)	(437.013)	(466.703)	(437.465)
Devoluções de vendas	(26.859)	(19.220)	(26.898)	(19.296)
Receita líquida de vendas	1.674.593	1.547.907	1.686.311	1.555.346

As receitas da Companhia são reconhecidas quando as obrigações de performance são atendidas, o que geralmente ocorre quando os produtos são entregues e o risco transferido aos clientes nas vendas para o mercado interno ou no embarque dos produtos vendidos nas vendas para o mercado externo. Os principais produtos vendidos pela Companhia representam os segmentos operacionais estabelecidos conforme nota explicativa nº 28.

Todas as transações de venda geram recebíveis que estão descritos na nota explicativa nº 6. Não há outros ativos ou passivos de contrato reconhecidos.

Política contábil

As etapas para o reconhecimento da receita compreendem: i) a identificação do contrato com o cliente; ii) a identificação das obrigações de desempenho; iii) a determinação do preço da transação; iv) a alocação do preço da transação; e v) o reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho. A receita é reconhecida quando os produtos e seu risco são transferidos aos clientes.

Considerando os aspectos acima, as receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa que a Companhia tem de receber pela contrapartida dos produtos e serviços oferecidos aos clientes. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

25. CUSTOS, DESPESAS E OUTRAS RECEITAS POR NATUREZA

A composição dos custos, despesas e outras receitas por natureza está apresentada conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.25	31.12.24	31.12.25	31.12.24
Variação do valor justo dos ativos biológicos				
Variação do valor justo dos ativos biológicos	52.017	69.907	116.800	83.736
	52.017	69.907	116.800	83.736
Custo dos produtos vendidos				
Custos fixos e variáveis (matérias-primas e materias de consumo)	(691.245)	(606.613)	(652.640)	(578.644)
Custo com pessoal	(207.668)	(199.656)	(217.716)	(213.044)
Contratação de serviços	(34.044)	(34.381)	(35.518)	(37.492)
Depreciação, amortização e exaustão	(173.552)	(158.306)	(196.995)	(183.948)
	(1.106.509)	(998.956)	(1.102.869)	(1.013.128)
Despesas com vendas				
Gasto com pessoal	(16.270)	(14.841)	(16.270)	(14.841)
Contratação de serviços	(1.385)	(1.164)	(1.385)	(1.164)
Despesa com logística (frete)	(83.471)	(84.278)	(85.282)	(86.147)
Depreciação e amortização	(485)	(486)	(485)	(486)
Comissões Sobre Vendas	(9.232)	(14.219)	(9.232)	(14.219)
Outros	(14.900)	(15.548)	(14.900)	(15.540)
	(125.743)	(130.536)	(127.554)	(132.397)
Reversão (Perdas) por impairment contas a receber				
Reversão (Perdas) por impairment contas a receber	338	(250)	338	(250)
	338	(250)	338	(250)
Despesas Gerais e administrativas				
Gasto com pessoal	(83.835)	(80.836)	(83.835)	(85.976)
Contratação de serviços	(20.423)	(16.793)	(20.784)	(11.838)
Depreciação e amortização	(6.630)	(8.190)	(6.630)	(8.150)
Outros	(4.160)	(10.528)	(6.296)	(13.348)
	(115.048)	(116.347)	(117.545)	(119.312)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas				
Resultado da venda de bens sinistrados e alienados	2.233	7	2.233	7
Resultado da venda de ativos	(69)	1.795	(69)	1.795
Resultado da venda de crédito de carbono	134	87	134	87
Resultado da provisão de subvenção governamental Estado MG	(1.323)	(1.608)	(1.323)	(1.608)
Resultado da redução ao valor realizável líquido	-	(596)	-	(596)
Resultado de pagamento integral de Execução Fiscal de ICMS SC – Recupera Mais	-	(6.237)	-	(6.237)
Resultado dos honorários sobre exclusão dos créditos presumidos de ICMS da base do IRPJ e da CSLL	-	(10.616)	-	(10.616)
Resultado da rescisão de contrato de representação comercial	(585)	(6.972)	(585)	(6.972)
Resultado do impairment de propriedade para investimento	-	(973)	-	(973)
Crédito de IPI sobre fretes "CIF" das operações de vendas, seguro e demais despesas acessórias*	19.871	-	19.871	-
Resultado do impairment de imobilizado	-	(1.987)	-	(1.987)
Indenização de honorários de administrador	(4.200)	-	(4.200)	-
Outras receitas/despesas operacionais líquidas	(4.780)	2.556	(4.150)	1.559
	11.281	(24.544)	11.911	(25.541)
Participação dos administradores				
Participação dos administradores	(19.586)	(19.523)	(19.586)	(19.523)
	(19.586)	(19.523)	(19.586)	(19.523)

*conforme demonstrado na nota explicativa nº 8 item a).

26. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.25	31.12.24	31.12.25	31.12.24
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	89.212	59.944	92.352	62.571
Juros sobre outros ativos	23.509	24.381	23.751	24.384
Descontos obtidos	3.194	2.255	3.197	2.255
	115.915	86.580	119.300	89.210
Variação cambial				
Variação cambial ativa	7.395	10.774	7.395	10.774
Variação cambial passiva	(7.834)	(11.766)	(7.834)	(11.766)
Variação cambial líquida	(439)	(992)	(439)	(992)
Despesas financeiras				
Juros	(240.268)	(180.160)	(240.269)	(180.164)
Descontos concedidos	(109)	(46)	(109)	(46)
Deságios/despesas bancárias	(378)	(392)	(385)	(413)
Juros Passivos Sobre Arrendamentos	(5.177)	(2.201)	(5.177)	(2.201)
Instrumentos derivativos - <i>swap</i>	1.697	(5.353)	1.697	(5.353)
Outros	(5.452)	(9.949)	(5.477)	(9.980)
	(249.687)	(198.101)	(249.720)	(198.157)
Resultado financeiro líquido	(134.211)	(112.513)	(130.859)	(109.939)

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

Gestão do risco de capital

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (captações, debêntures e instrumentos financeiros derivativos – *swap* detalhadas nas notas explicativas nº 17, nº 18 e nº 10, deduzidos pelo caixa e saldos de bancos e aplicações financeiras), conforme detalhado na nota explicativa nº 5, e pelo patrimônio líquido (que inclui capital emitido, reservas e lucros acumulados, conforme apresentado na nota explicativa nº 22).

A Administração da Companhia revisa periodicamente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, são considerados o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital. A Companhia, de acordo com a sua Política de Gestão Financeira, tem como meta manter uma estrutura de capital de 30% a 50% de capital próprio e 70% a 50% de capital de terceiros. A estrutura de capital em 31 de dezembro de 2025 foi de 43% capital próprio e 57% capital de terceiros.

Índice de endividamento

O índice de endividamento em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 é o seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.25	31.12.24	31.12.25	31.12.24
Dívida	1.909.711	1.686.114	1.909.711	1.686.114
Instrumentos derivativos - <i>swap</i>	(11.996)	(5.249)	(11.996)	(5.249)
Caixa e equivalentes de caixa	(825.161)	(577.119)	(839.834)	(604.232)
Dívida líquida	1.072.554	1.103.746	1.057.881	1.076.633
Patrimônio líquido	1.451.934	1.366.538	1.451.934	1.366.538
Índice de endividamento líquido	0,74	0,81	0,73	0,79

Categorias de instrumentos financeiros

A tabela a seguir apresenta os ativos e passivos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2025.

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31.12.25	31.12.24	31.12.25	31.12.24
Ativos financeiros					
Designados ao valor justo por meio do resultado					
Instrumentos derivativos - <i>swap</i>	10	11.996	5.249	11.996	5.249
Custo amortizado					
Caixa e saldos de bancos	5	825.161	577.119	839.834	604.232
Contas a receber de clientes	6	283.329	281.567	286.266	281.902
Passivos financeiros					
Custo amortizado					
Empréstimos e financiamentos	17	960.581	870.706	960.581	870.706
Debêntures	18	949.130	815.408	949.130	815.408
Fornecedores	19	170.131	144.637	150.205	140.848
Passivo de arrendamento	16	52.206	19.449	52.206	19.449
Parcelamentos tributários		2.573	2.290	2.573	2.290
Dividendos a pagar		11.190	46.550	11.190	46.550
Outras contas a pagar		17.227	30.846	17.388	31.000

i) Custo amortizado:

Os ativos e passivos registrados pelos seus valores nominais acrescidos, quando aplicável, de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida no resultado do período.

ii) Valor justo:

Os instrumentos financeiros derivativos – *swaps* estão classificados com o método de avaliação em Nível 2 definido como segue:

Nível 2 - inputs que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente, mas que não são preços cotados e não ajustados em mercados ativos.

O valor justo dos *swaps* de taxa de juros são calculados como o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base em curvas de rendimento observáveis.

Fatores de risco financeiro

A Companhia está exposta a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez.

Tendo como objetivo estabelecer regras para a gestão financeira a Companhia mantém em vigor desde 2010, a Política de Gestão Financeira, a qual normatiza e estabelece diretrizes para a utilização dos instrumentos financeiros.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos financeiros. Os instrumentos financeiros derivativos – *swaps* em vigência, foram contratados com o objetivo de troca de indexador de taxa de juros para otimizar a estratégia de gestão dos passivos financeiros e do caixa no longo prazo, conforme descrito na nota explicativa nº 10.

Risco de exposição cambial

A Companhia mantém operações no mercado externo expostas às mudanças nas cotações de moedas estrangeiras. Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, essas operações apresentaram exposição líquida conforme o quadro a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.25	31.12.24	31.12.25	31.12.24
Bancos	1.046	6.185	1.046	6.185
Contas a receber	21.349	27.417	21.349	27.417
Adiantamento de clientes	(1.131)	(3.523)	(1.131)	(3.523)
Fornecedores	(1.553)	(1.193)	(1.553)	(1.193)
Adiantamento à fornecedores	1.453	28.042	1.453	28.042
Empréstimos e financiamentos	(22.654)	(35.481)	(22.654)	(35.481)
Exposição líquida	(1.490)	21.447	(1.490)	21.447

A Companhia mantém empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira (ACC) que tem por objetivo fazer frente às eventuais variações do saldo de clientes de exportações.

A Companhia identificou os principais fatores de risco que podem gerar prejuízos para as suas operações com instrumentos financeiros. Com isso, desenvolveu uma análise de sensibilidade, que considera razoável para o negócio, considerando as incertezas das premissas, apresentando um cenário base considerando as projeções do mercado futuro do Dólar Americano da B3 para a próxima divulgação (31 de março de 2026), além de dois cenários com deterioração e apreciação de 25% (adverso) e 50% (remoto) da variável de risco considerada. Estes cenários poderão gerar impactos no resultado e no patrimônio líquido, conforme segue:

Operação	Saldo 31.12.25 U\$	Cenário base Ganho (perda) R\$	Alta do Dólar		Baixa do Dólar	
			Cenário adverso	Cenário remoto	Cenário adverso	Cenário remoto
			Ganho (perda) R\$	Ganho (perda) R\$	Perda (ganho) R\$	Perda (ganho) R\$
Ativos	Taxa	5,61	7,01	8,41	4,21	2,80
Bancos	190	20	266	533	(266)	(533)
Contas a receber	3.880	407	5.439	10.880	(5.439)	(10.880)
Adiantamento a fornecedores	264	28	370	740	(370)	(740)
Passivos						
Fornecedores e Adiantamento de clientes	(488)	(51)	(684)	(1.368)	684	1.368
Empréstimos e financiamentos	(4.117)	(432)	(5.771)	(11.544)	5.771	11.544
Efeito líquido		(28)	(380)	(759)	380	759

Esta análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado de câmbio sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Cabe lembrar que foram utilizados os saldos constantes em 31 de dezembro de 2025 como base para projeção de saldo futuro. O efetivo comportamento dos saldos de dívida respeitará seus respectivos contratos, assim como os saldos de contas a receber e a pagar poderão oscilar pelas atividades normais da Companhia e de suas controladas.

Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade que está contida no processo utilizado na preparação dessas análises. A Companhia procura manter as suas operações de empréstimos e financiamentos, expostos à variação cambial, com pagamentos líquidos anuais equivalentes ou inferiores à sua carteira de clientes de exportações.

Risco de Taxas de juros

A Companhia pode ser impactada por alterações adversas nas taxas de juros. Esta exposição ao risco de taxas de juros se refere, principalmente, à mudança nas taxas de juros de mercado que afetem passivos e ativos da Companhia indexados pela taxa CDI (Taxa de juros dos Certificados de Depósitos Interbancários) e IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

A análise de sensibilidade calculada para o cenário base, cenário adverso e cenário remoto, sobre os contratos de empréstimos, financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos - *swap* que tem base de juros indexados está representada conforme a seguir:

1 – Cenário base: para a definição do cenário base as taxas do CDI utilizadas pela Companhia seguem as projeções do mercado futuro B3 para 31 de março de 2026 na data de elaboração da análise. O IPCA é obtido do Boletim Focus.

2 – Cenário adverso: correção de 25% das taxas de juros em relação ao nível projetado para 31 de março de 2026.

3 – Cenário remoto: correção de 50% das taxas de juros em relação ao nível projetado para 31 de março de 2026.

Operação	Indexador	Saldo 31.12.25	Cenário base Ganho (Perda)		Cenário adverso Ganho (Perda)		Cenário remoto Ganho (Perda)	
			Taxa % a.a	R\$	Taxa % a.a	R\$	Taxa % a.a	R\$
Caixa e equivalentes de caixa	CDI	839.834	14,89%	(86)	18,61%	31.941	22,34%	63.967
Capital de Giro	CDI	(1.233.583)	14,89%	125	18,61%	(46.400)	22,34%	(92.924)
Swap Passivo	CDI	(168.688)	14,89%	17	18,61%	(6.235)	22,34%	(12.487)
Exposição Líquida ao CDI				56		(20.694)		(41.444)
Capital de Giro	IPCA	(200.572)	3,44%	1.744	4,30%	(89)	5,16%	(1.922)
Swap Ativo	IPCA	180.683	3,44%	(1.570)	4,30%	80	5,16%	1.731
Finame Direto	IPCA	(468.755)	3,44%	4.000	4,30%	(204)	5,16%	(4.408)
Exposição Líquida ao IPCA				4.174		(213)		(4.599)
Efeito total no Resultado				4.230		(20.907)		(46.043)

Valor justo versus valor contábil

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. Utilizamos os métodos e premissas listados a seguir para estimar o valor justo:

- Os saldos contábeis de contas a receber e contas a pagar de curto prazo apresentados no balanço da Companhia se aproximam dos seus valores justos devido a seus prazos curtos de liquidação.

- Empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos - *swap* - considerando as dívidas, informações de mercado e as taxas de juros dos empréstimos, financiamentos e debêntures contratados, o valor justo é de R\$ 1.897.715 (R\$ 1.834.808 valor contábil), em 31 de dezembro de 2025. A Companhia utilizou como técnica de avaliação fluxos de caixa descontados, considerando o valor presente do pagamento esperado, descontado utilizando taxa de desconto ajustada ao risco da Companhia. O valor justo apurado é de nível 2, na hierarquia do valor justo.

Riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, demonstrada conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.25	31.12.24	31.12.25	31.12.24
Ativos financeiros				
Bancos (a)	2.914	6.170	2.971	6.178
Aplicações financeiras de liquidez imediata (a)	822.247	570.949	836.863	598.054
Contas a receber de clientes (b)	283.329	281.567	286.266	281.902
Instrumentos derivativos - <i>swap</i> *	11.996	5.249	11.996	5.249
Exposição máxima de crédito	1.120.486	863.935	1.138.096	891.383

*operações e valores descritos na nota explicativa nº 10.

a) Bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata

O risco de crédito dos bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata é administrado pela Companhia conforme a Política de Gestão Financeira, que tem o objetivo de estabelecer as diretrizes para a gestão dos recursos financeiros da Companhia.

O quadro a seguir demonstra o saldo de bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata da Companhia, classificando os montantes de acordo com a classificação nacional de longo prazo das agências de *rating* S&P, Fitch Rating e Moodys do risco de crédito das instituições financeiras:

	Consolidado	Agência
	31.12.25	
Rating nacional AAA (br)	839.834	Fitch/S&P/Moodys
	839.834	

b) Contas a receber de clientes

As vendas a prazo da Companhia são administradas através de procedimento de análise e concessão de crédito. As perdas de crédito esperadas estão adequadamente cobertas por provisão para fazer face às eventuais perdas na realização destes, conforme detalhado na nota explicativa nº 6.

As contas a receber de clientes estão compostas por grande número de clientes de diferentes setores e áreas geográficas. Uma avaliação contínua do crédito é realizada na condição financeira das contas a receber e, quando apropriado, uma cobertura de garantia de crédito é solicitada.

As informações de concentração das contas a receber de clientes estão apresentadas na nota explicativa nº 28 b.

As renegociações de dívidas de clientes estão amparadas por contratos de confissão de dívida com aval na pessoa física, garantindo o valor a receber.

Risco de liquidez

A Administração monitora o nível de liquidez considerando o fluxo de caixa esperado, de acordo com a Política de Gestão Financeira, que compreende caixa, aplicações financeiras, fluxo de contas a receber e a pagar, pagamento de empréstimos e financiamentos e ajustes de instrumentos financeiros derivativos – *swap*. A política de gestão de liquidez envolve a projeção de fluxos de caixa nas moedas utilizadas e a consideração do nível de ativos líquidos necessários para alcançar essas projeções, o monitoramento dos índices de liquidez do balanço patrimonial em relação às exigências reguladoras internas e externas e a manutenção de planos de financiamento de dívida.

O quadro a seguir demonstra o vencimento dos passivos financeiros contratados pela Companhia. Os valores apresentados incluem o valor do principal e dos juros pré-fixados incidentes nas operações, calculados utilizando-se as taxas e índices vigentes na data de 31 de dezembro de 2025.

Controladora

	2026	2027	2028	2029	acima 2030
Passivos					
Fornecedores	170.131	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	199.779	317.741	163.885	54.610	381.755
Debêntures	75.595	512.933	138.543	136.375	107.189
Parcelamentos tributários	1.049	446	446	446	186
Passivo de arrendamento	5.519	3.352	3.313	3.247	36.775
Dividendos e JCP a pagar	11.190	-	-	-	-
Outras contas a pagar	16.205	1.022	-	-	-
	479.468	835.494	306.187	194.678	525.905

Consolidado

	2026	2027	2028	2029	acima 2030
Passivos					
Fornecedores	150.205	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	199.779	317.741	163.885	54.610	381.755
Debêntures	75.595	512.933	138.543	136.375	107.189
Parcelamentos tributários	1.049	446	446	446	186
Passivo de arrendamento	5.519	3.352	3.313	3.247	36.775
Dividendos e JCP a pagar	11.190	-	-	-	-
Outras contas a pagar	16.366	1.022	-	-	-
	459.703	835.494	306.187	194.678	525.905

Instrumentos financeiros derivativos
a) 4ª Emissão de Debêntures

Em 01 de dezembro de 2021, a Companhia contratou instrumento derivativo - *swap* de troca de taxa com o Banco Santander, com objetivo de modificar a remuneração associada à taxa de juros da 4ª Emissão de Debêntures.

O valor de referência atribuído na data de contratação (nacional) é de R\$ 66.225. Os ajustes ocorrerão nas mesmas datas de pagamento da 4ª Emissão de Debêntures, que tem vencimento final em 15 de dezembro de 2029, de forma que o seu custo efetivo seja, ao final, o equivalente ao CDI + 0,71% a.a. (CDI mais setenta e um centésimos por cento ao ano).

b) 6ª Emissão de Debêntures

Em 28 de outubro de 2025, a Companhia contratou instrumento derivativo - *swap* de troca de taxa com a XP Investimentos, com objetivo de modificar a remuneração associada à taxa de juros da 6ª Emissão de Debêntures.

O valor de referência atribuído na data de contratação (nacional) é de R\$ 120.000. Os ajustes ocorrerão nas mesmas datas de pagamento da 6ª Emissão de Debêntures, que tem vencimento final em 15 de agosto de 2040, de forma que o seu custo efetivo seja, ao final, o equivalente a CDI – 1,13% a.a. (CDI menos um inteiro e treze centésimos por cento ao ano).

A nota explicativa nº 10 contém demais informações sobre as referidas operações.

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros abaixo estão sujeitos a compensações contratuais.

	Valor bruto de ativos financeiros	Valor bruto dos passivos financeiros	Valor líquido de ativos financeiros apresentados no balanço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2025			
Ativos financeiros derivativos - <i>swap</i>	180.684	168.688	11.996

Riscos e gestão das mudanças climáticas

A Companhia está exposta a mudanças climáticas que podem ter impactos sobre os ativos biológicos, ativos imobilizados e processos produtivos, que podem sofrer perdas devido a elevação de temperatura, escassez ou excesso de água e interrupção na cadeia produtiva causados por eventos climáticos adversos.

Ativos biológicos: aumento de focos de incêndios e impacto no incremento médio anual (IMA) das florestas.

Ativos imobilizados: eventos climáticos adversos como granizos, vendavais, enchentes e descargas atmosféricas podem causar danos como destelhamento de fábricas, inundações com perdas de máquinas e equipamentos e danos às edificações.

Processos produtivos: eventos climáticos podem ocasionar a redução de produção devido a interrupção de fluxos logísticos para recebimento de insumos, desabastecimento e/ou má qualidade de matérias-primas, falta de energia elétrica e/ou falta de água, com o consequente atraso na entrega para clientes.

Os riscos mencionados relativos a mudanças climáticas podem refletir em impactos financeiros negativos à Companhia como a inadimplência de clientes direta ou indiretamente afetados por eventos climáticos adversos, bem como em perda de volumes de vendas.

A Companhia possui equipe dedicada à gestão integrada de riscos, incluindo os riscos relacionados às mudanças climáticas, que apoia os gestores dos riscos com metodologias alinhadas às normas e boas práticas, que visam garantir a identificação, a avaliação e o tratamento dos seus principais riscos. Por meio da sua sistemática de gestão, permite o monitoramento contínuo dos riscos e seus eventuais impactos, o controle das variáveis envolvidas e a definição e implementação de medidas mitigatórias, que visam reduzir as exposições identificadas.

28. SEGMENTOS OPERACIONAIS

a) Critérios de identificação dos segmentos operacionais

A Companhia possui três segmentos estratégicos principais, seguindo a forma com que a Administração gerencia o negócio. A receita da Companhia está segmentada de acordo com os produtos e segmentos operacionais definidos.

A Administração definiu como segmentos operacionais: Segmento Embalagens Sustentáveis (Papelão Ondulado); Segmento Papel para Embalagens Sustentáveis (Papel); Segmento Florestal RS, conforme segue abaixo descrito:

Segmento Embalagens Sustentáveis (Papelão Ondulado): este segmento produz caixas e chapas de papelão ondulado, leves e pesadas, e conta com duas unidades produtivas: Embalagem SC - Campina da Alegria e Embalagem SP - Indaiatuba.

Segmento Papel para Embalagens Sustentáveis (Papel): produz papéis Kraft de baixa e alta gramaturas e papéis reciclados, destinados ao mercado externo e interno, além de direcionar parte da produção para o Segmento Embalagens Sustentáveis (Papelão Ondulado), com duas unidades produtivas: Papel SC Campina da Alegria e Papel MG – Santa Luzia.

Segmento Florestal RS: cultiva e planta pinus para comercialização de toras de madeira e arrendamento para extração de resinas.

A partir do primeiro trimestre de 2025 o segmento passou a se chamar Segmento Florestal RS , anterior Segmento Resinas Sustentáveis (Breu e Terebintina), devido a descontinuidade das atividades da fábrica de destilação de goma resina extraída de florestas de pinus, localizada no município de Balneário Pinhal/RS (“Fábrica”), conforme descrito na nota explicativa nº 11.

b) Informações consolidadas dos segmentos operacionais

	Consolidado				
	2025				
	Embalagens Sustentáveis (Papelão Ondulado)	Papel para Embalagens Sustentáveis (Papel)	Florestal RS	Corporativo/ eliminações	Total
Receita líquida de vendas					
Mercado interno	1.028.876	491.970	11.723	-	1.532.569
Mercado externo	-	153.742	-	-	153.742
Receita líquida de vendas totais	1.028.876	645.712	11.723	-	1.686.311
Variação valor justo ativo biológico	-	132.412	(15.612)	-	116.800
Custo dos produtos vendidos	(706.540)	(386.349)	(9.980)	-	(1.102.869)
Lucro bruto	322.336	391.775	(13.869)	-	700.242
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(75.696)	(43.095)	(2.824)	(130.821)	(252.436)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	246.640	348.680	(16.693)	(130.821)	447.806
Resultado financeiro	(36.214)	(96.022)	946	431	(130.859)
Resultado operacional líquido	210.426	252.658	(15.747)	(130.390)	316.947
Depreciação, exaustão e amortização	(33.731)	(161.638)	(3.485)	(5.256)	(204.110)
	Consolidado				
	2024				
	Embalagens Sustentáveis (Papelão Ondulado)	Papel para Embalagens Sustentáveis (Papel)	Florestal RS	Corporativo/ eliminações	Total
Receita líquida de vendas					
Mercado interno	951.879	463.086	7.457	-	1.422.422
Mercado externo	-	132.924	-	-	132.924
Receita líquida de vendas totais	951.879	596.010	7.457	-	1.555.346
Variação valor justo ativo biológico	-	99.687	(15.951)	-	83.736
Custo dos produtos vendidos	(648.955)	(354.462)	(9.711)	-	(1.013.128)
Lucro bruto	302.924	341.235	(18.205)	-	625.954
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(108.451)	(43.529)	(5.037)	(140.006)	(297.023)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	194.473	297.706	(23.242)	(140.006)	328.931
Resultado financeiro	(31.390)	(79.258)	200	509	(109.939)
Resultado operacional líquido	163.083	218.448	(23.042)	(139.497)	218.992
Depreciação, exaustão e amortização	(34.234)	(147.541)	(3.853)	(6.956)	(192.584)

O saldo na coluna Corporativo/eliminações envolve substancialmente despesas da área de apoio corporativa, não rateadas aos demais segmentos e as eliminações referem-se aos ajustes das operações entre os demais segmentos.

As informações referentes ao resultado financeiro foram distribuídas por segmento operacional levando-se em consideração a alocação específica de cada receita e despesa financeira ao seu segmento, e a distribuição das despesas e receitas corporativas proporcional ao faturamento de cada segmento.

As informações de imposto de renda e contribuição social não foram divulgadas nas informações por segmento em razão da não utilização da Administração da Companhia dos referidos dados de forma segmentada.

No exercício de 2025, um único cliente representava 10,3 % das receitas líquidas do mercado interno no segmento Embalagens Sustentáveis (Papelão Ondulado), equivalente a R\$ 106.086. As demais

vendas da Companhia no mercado interno e externo foram pulverizadas, não havendo concentração de vendas de percentual acima de 10% para nenhum cliente.

c) Receitas líquidas de vendas no mercado externo

As receitas líquidas de vendas para o mercado externo estão distribuídas por diversos países, conforme composição que segue:

Consolidado		
2025		
País	Rec. líquida exportação	% na receita líquida total
Argentina	32.799	1,95%
Arábia Saudita	32.630	1,93%
África do Sul	13.570	0,80%
China	12.114	0,72%
Paraguai	9.185	0,54%
Chile	8.832	0,52%
Paquistão	6.651	0,39%
Portugal	6.220	0,37%
Emirados Árabes Unidos	4.725	0,28%
Peru	3.980	0,24%
Kuwait	3.898	0,23%
Alemanha	3.539	0,21%
Uruguai	3.284	0,19%
Bolívia	3.050	0,18%
Outros países	9.265	0,55%
	153.742	9,10%

Consolidado		
2024		
País	Rec. líquida exportação	% na receita líquida total
Arábia Saudita	24.315	1,56%
Argentina	21.320	1,37%
Paquistão	16.289	1,05%
China	15.815	1,02%
África do Sul	10.677	0,69%
Paraguai	9.580	0,62%
Chile	7.594	0,49%
Kuwait	5.930	0,38%
Portugal	5.332	0,34%
Peru	4.640	0,30%
Bolívia	2.058	0,13%
Estados Unidos	1.995	0,13%
Alemanha	1.988	0,13%
Uruguai	1.877	0,12%
Outros países	3.514	0,23%
	132.924	8,56%

Política contábil

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado: é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado: é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes. Essa escolha é feita investimento por investimento.

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

Continua...

Política contábil

Continuação...

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente, o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato.

Desreconhecimento

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

29. SUBVENÇÃO GOVERNAMENTAL

A Companhia possui incentivos fiscais de ICMS no Estado de Minas Gerais e no Estado de Santa Catarina:

ICMS/MG – Crédito Presumido: O Estado de Minas Gerais concede como principal benefício crédito presumido de ICMS resultando no recolhimento efetivo de 2% do valor das operações de saída dos produtos industrializados pela Companhia. O efeito no lucro operacional antes dos efeitos tributários no exercício de 2025 foi de R\$ 8.986 (R\$ 9.579 no exercício de 2024).

ICMS/SC – PRODEC: A Companhia teve deferido o pedido de Regime Especial que possibilita diferimento para pagamento após 48 meses de 70% do incremento de ICMS no Estado de Santa Catarina, calculado sobre uma base média (julho de 2020 a junho de 2021) anterior aos investimentos realizados. Esse benefício é calculado mensalmente e está vinculado aos investimentos da Plataforma Gaia, tendo como requisito a manutenção da regularidade junto ao Estado, o que está sendo plenamente atendido.

Sobre os valores dos incentivos, não haverá incidência de encargos às taxas contratuais. A vigência do benefício é de 19 anos (15 anos de fruição e 4 anos de carência), iniciado em junho de 2023 e com término em maio de 2038, ou até o limite de R\$ 743.000 de ICMS diferido. Até 31 de dezembro de 2025 a Companhia possui R\$ 366 de ICMS diferido registrado no passivo, líquido da subvenção governamental de R\$ 282.

A partir da implementação total da reforma tributária ao final de 2032, está previsto a extinção total dos benefícios fiscais concedidos pelos Estados, eliminando desta forma os efeitos das subvenções governamentais da Companhia.

Política contábil

Os diferimentos de recolhimento de impostos, concedidos direta ou indiretamente pelo Governo, exigidos com taxas de juros abaixo do mercado, são tratados como uma subvenção governamental, mensurada pela diferença entre os valores obtidos e o valor justo calculado com base em taxas de juros de mercado. Essa diferença é registrada em contrapartida da receita de vendas no resultado e será apropriada com base na medida do custo amortizado e a taxa efetiva ao longo do período.

30. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA

	Controladora			Consolidado		
	Passivos			Passivos		
	Empréstimos, financiamentos, debêntures e swap	Dividendos a pagar	Passivos de arrendamento	Empréstimos, financiamentos, debêntures e swap	Dividendos a pagar	Passivos de arrendamento
Saldo em 31.12.23	1.626.153	3.908	24.226	1.626.153	3.908	24.226
Alterações que afetam caixa	(133.229)	(126.043)	(12.970)	(133.229)	(126.043)	(12.970)
Pagamento de dividendos	-	(126.043)	-	-	(126.043)	-
Passivos de arrendamento pagos	-	-	(10.765)	-	-	(10.765)
Empréstimos, financiamentos e debêntures captados	29.154	-	-	29.154	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures pagos	(11.514)	-	-	(11.514)	-	-
Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e swap	(150.869)	-	-	(150.869)	-	-
Pagamento de juros sobre passivos de arrendamento	-	-	(2.205)	-	-	(2.205)
Alterações que não afetam caixa (*)	193.190	168.685	8.193	193.190	168.685	8.193
Passivos de arrendamento - Adição/baixa	-	-	5.988	-	-	5.988
Variações monetárias e encargos sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e swap	195.429	-	-	195.429	-	-
Juros sobre passivos de arrendamento	-	-	2.205	-	-	2.205
Dividendos	-	168.685	-	-	168.685	-
Ajuste de swap	(2.239)	-	-	(2.239)	-	-
Saldo em 31.12.24	1.686.114	46.550	19.449	1.686.114	46.550	19.449

	Controladora			Consolidado		
	Passivos			Passivos		
	Empréstimos, financiamentos, debêntures e swap	Dividendos a pagar	Passivos de arrendamento	Empréstimos, financiamentos, debêntures e swap	Dividendos a pagar	Passivos de arrendamento
Saldo em 31.12.24	1.686.114	46.550	19.449	1.686.114	46.550	19.449
Alterações que afetam caixa	(8.824)	(169.796)	(14.860)	(8.824)	(169.796)	(14.860)
Pagamento de dividendos	-	(169.796)	-	-	(169.796)	-
Passivos de arrendamento pagos	-	-	(9.683)	-	-	(9.683)
Empréstimos, financiamentos e debêntures captados	286.107	-	-	286.107	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures pagos	(100.121)	-	-	(100.121)	-	-
Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e swap	(194.810)	-	-	(194.810)	-	-
Pagamento de juros sobre passivos de arrendamento	-	-	(5.177)	-	-	(5.177)
Alterações que não afetam caixa (*)	232.421	134.436	47.617	232.421	134.436	47.617
Passivo de arrendamento - Adição/baixa	-	-	42.440	-	-	42.440
Variações monetárias e encargos sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e swap	225.674	-	-	225.674	-	-
Juros sobre passivos de arrendamento	-	-	5.177	-	-	5.177
Dividendos	-	134.436	-	-	134.436	-
Ajuste de swap	6.747	-	-	6.747	-	-
Saldo em 31.12.25	1.909.711	11.190	52.206	1.909.711	11.190	52.206

(*) Inclui apenas as principais operações que não afetam o caixa da Companhia no exercício.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia Irani Papel e Embalagem S.A., em cumprimento das disposições legais e estatutárias, examinou o relatório da administração e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e respectivas notas explicativas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., datado de 20 de fevereiro de 2026, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária dos acionistas.

Porto Alegre, RS, 20 de fevereiro de 2026.

Rosângela Costa Süffert
Presidente do Conselho Fiscal

Renê Sanda Letícia Pedercini Issa
Conselheiros Fiscais

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria da Irani Papel e Embalagem S.A. (Comitê) é um órgão não estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração da Companhia, instalado em 10.09.2020. Atua de forma permanente e independente e com orçamento próprio. Suas competências seguem as normas do Regulamento do Novo Mercado da B3 e são as definidas no Estatuto da Companhia e no Regimento Interno do Comitê, disponível no endereço eletrônico:

<http://www.irani.com.br/wp-content/uploads/2020/12/REGIMENTO-INTERNO-DO-COMIT%C3%8A-DE-AUDITORIA.pdf>.

No exercício de 2025, o Comitê realizou dezenove reuniões ordinárias e extraordinárias, tratando dos temas: Área Financeira e Contabilidade, normas do CPC e CVM, estrutura de controle contábil, contingências, análise de demonstrações financeiras intermediárias e demonstrações financeiras do exercício e respectivas Notas Explicativas, acompanhamento e discussão de processos para gestão de riscos, acompanhamento e revisão do mapa de riscos, controles internos, digitalização, sistemas e armazenamento de dados, segurança de dados e da informação, inteligência artificial, transações com partes relacionadas, *impairment* de ativos fixos e intangíveis, acompanhamento da avaliação de ativos biológicos, descontinuidade da linha de negócio de resinas, acompanhou o planejamento para adoção das normas IFRS1 e IFRS2, o planejamento e as mudanças de sistemas para adaptação à Reforma Tributária, e outros temas de interesse da Companhia. O Comitê discutiu o planejamento e acompanhou os trabalhos da auditoria interna, assessorou o Conselho de Administração na discussão de políticas e procedimentos e acompanhou as reuniões ordinárias do Conselho de Administração, realizando em cada uma o relato de suas atividades no período. Seguindo as boas práticas, o Comitê manteve reuniões em separado com os auditores independentes para discussão dos trabalhos de revisão de cada uma das demonstrações financeiras intermediárias e da auditoria das demonstrações financeiras do exercício de 2025.

O Comitê examinou as minutas das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Irani Papel e Embalagem S.A. e de suas controladas, e respectivas Notas Explicativas, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025. O exame incluiu discussões com a Administração, Contabilidade, áreas Jurídica e de Gestão de Riscos, Auditoria Interna e Auditoria Independente. Nos acompanhamentos, discussões e exames realizados, o Comitê não teve conhecimento de fatos que não estejam refletidos nas Demonstrações Financeiras, e não encontrou evidências ou indícios de erro ou fraude. O Comitê opina que as Demonstrações Financeiras do Exercício de 2025 da Irani Papel e Embalagem S.A. estão em condições de serem apreciadas pelo Conselho de Administração. Porto Alegre, 18 de fevereiro de 2026. Comitê de Auditoria da Irani Papel e Embalagem S.A.

Roberto Lamb
Membro e Coordenador do Comitê

Roberto Faldini
Conselheiro de Administração e Membro do Comitê

Wladimir Omiechuk
Membro do Comitê

Aos Srs. Acionistas da

IRANI PAPEL E EMBALAGEM S.A.

PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL

De acordo com o previsto no artigo 196 da Lei 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 10.303 de 31.10.2001, a administração da Irani Papel e Embalagem S.A. ("Companhia") vem apresentar a presente proposta de Orçamento de Capital.

A proposta de destinação do lucro líquido atribuído aos acionistas da Companhia no exercício encerrado em 31.12.2025, constante das Demonstrações Financeiras, prevê que após os ajustes a que se referem os Arts. 193 e 202 da Lei 6.404/76 serão retidos lucros no montante de R\$ 119.448 mil, destinados a Reserva de Retenção de Lucros, designada para atender ao Plano de Investimento da Companhia.

O Orçamento de Capital 2026, aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 19 de novembro de 2025, totaliza investimentos de **R\$ 252.290 mil** e necessidade de capital de giro de **R\$ 26.967 mil**, assim distribuídos:

Orçamento de Capital 2026

em R\$ mil	Correntes	Estratégicos	Total
Segmento Embalagens Sustentáveis (Papelão Ondulado)	-	2.945	2.945
Segmento Papel para Embalagens Sustentáveis (Papel)	-	92.574	92.574
Investimentos em <i>Startups</i> - Irani Ventures	-	402	402
Aquisição de terras e florestas	38.544	-	38.544
Verba investimentos correntes	117.825	-	117.825
Investimentos	156.369	95.921	252.290
Necessidade de capital de giro	-	-	26.967

Os investimentos e necessidade de capital de giro serão realizados por meio de recursos próprios (gerados com a atividade operacional durante o exercício), e financiados (por meio de operações financeiras) conforme descrito a seguir.

Sendo está a proposta que tinha a apresentar, a Administração coloca-se à disposição dos Senhores Acionistas para prestar os esclarecimentos adicionais que julgarem necessários.

Porto Alegre (RS), 23 de fevereiro de 2026.

A Diretoria.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Para fins do Artigo 27 da Resolução CVM nº 80/22

Na qualidade de Diretores da Irani Papel e Embalagem S.A., sociedade por ações com sede na Av. Carlos Gomes, nº 400, salas 502/503, Bairro Boa Vista, na cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 92.791.243/0001-03, **DECLARAMOS** nos termos do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº. 80, de 29 de março de 2022, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Porto Alegre (RS), 23 de fevereiro de 2026.

Odivan Carlos Cargnin

Diretor Presidente

André Camargo de Carvalho

Diretor de Administração, Finanças e de Relações com Investidores

Henrique Zugman

Diretor de Negócios Papel e Florestal

Lindomar Lima de Souza

Diretor de Negócio Embalagem

Fabiano Alves de Oliveira

Diretor de Pessoas, Estratégia e Gestão

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Para fins do Artigo 27 da Resolução CVM nº 80/22

Na qualidade de Diretores da Irani Papel e Embalagem S.A., sociedade por ações com sede na Av. Carlos Gomes, nº 400, salas 502/503, Bairro Boa Vista, na cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 92.791.243/0001-03, **DECLARAMOS** nos termos do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº. 80, de 29 de março de 2022, que revimos, discutimos e concordamos com a opinião expressa no relatório dos auditores independentes da Companhia referente às demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Porto Alegre (RS), 23 de fevereiro de 2026.

Odivan Carlos Cargnin

Diretor Presidente

André Camargo de Carvalho

Diretor de Administração, Finanças e de Relações com Investidores

Henrique Zugman

Diretor de Negócios Papel e Florestal

Lindomar Lima de Souza

Diretor de Negócio Embalagem

Fabiano Alves de Oliveira

Diretor de Pessoas, Estratégia e Gestão